



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LICENCIATURA - EAD - CAMPUS AVANÇADO DE PATU

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 24 da Resolução Nº 026/2017 - CONSEPE/UERN, HOMOLOGA as atualizações no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (ID 18223773), modalidade à Distância, vinculado ao Campus Avançado de Patu (CAP), nos moldes do Formulário de Registro de Alteração (ID 19211743), Processo SEI Nº 04410079.000904/2022-29, para efeito de reconhecimento de curso. O referido projeto foi aprovado pela Resolução nº 046/2020 - Consepe, de 10 de setembro de 2020.

Mossoró/RN, 24 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Abreu de Oliveira, Pró-Reitor(a) da Unidade**, em 27/03/2023, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19313550** e o código CRC **7746D434**.



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe
Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Fone: 84.3315-2134
Home page: <http://www.uern.br> - e-mail: sc@uern.br – CEP 59610-210 - Mossoró –RN

RESOLUÇÃO N.º 046/2020 - CONSEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade a distância.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 10 de setembro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Consuni/Uern Nº 19, de 10 de setembro de 2019, que aprova o Estatuto da Uern, que atribui competência ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para criar curso e aprovar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 26/2017 – Consepe, de 28 de junho de 2017, que aprovou o Regulamento dos Cursos de Graduação da Uern;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 31/2018 – Consepe, de 22 de agosto de 2018, que criou o curso de licenciatura em Educação do Campo, na modalidade a distância;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 5.357/2019 – Uern,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade a distância, com vigência para os ingressantes 2020.2, proposto e coordenado pelo Departamento de Educação – DE do Campus Avançado de Patu.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 10 de setembro de 2020.

Professor doutor Pedro Fernandes Ribeiro Neto
Presidente.



Conselheiros:

| | |
|--|---|
| Prof ^a . Fátima Raquel Rosado Moraes | Prof ^a . Fernanda Marques de Queiroz |
| Prof ^a Francisca Maria Gomes Cabral Soares | Prof ^a . Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia |
| Prof. José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti | Prof. Manoel Círcio Pereira Neto |
| Prof. Francisco Fabiano de Freitas Mendes | Prof ^a . Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo |
| Prof. José Mairton Figueiredo de França | Prof. Franklin Roberto da Costa |
| Prof ^a . Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros | Prof ^a . Tatiana Moritz |
| Prof. Henderson de Jesus Rodrigues dos Santos | Prof. Francisco de Assis Costa da Silva |
| Prof ^a . Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson | Disc. Alcivan Batista de Moraes |
| Prof. Hideraldo Bezerra dos Santos | Disc. Matheus da Silva Regis |
| Prof. Francisco Valadares Filho | TNM. Séphora Edite Nogueira do Couto Borges |
| Prof ^a . Alessandra Ferreira Gomes | TNS. Fernanda Carla Góis de Oliveira Lima |
| Prof. Alessandro Teixeira Nóbrega | TNS. Ismael Nobre Rabelo |

REGISTRO DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS**ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO A DISTÂNCIA PARA FINS DE
ATUALIZAÇÃO****INFORMAÇÕES DO CURSO E DA VERSÃO DO PPC**

Curso: **Curso de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade a distância**

Grau: **Licenciatura**

Projeto Pedagógico de Curso: Resolução Nº32/2018-CONSEPE / Ano de homologação/implementação):

Projeto Pedagógico de Curso: 2022

ALTERAÇÕES**Alteração 01**

Página e texto do PPC homologado: Capa

Tópico e Item: layout e informações da capa do projeto pedagógico de curso

Página e texto no PPC atualizado: Capa – foram atualizadas as logomarcas da UERN, a disposição das informações, conforme template.

Alteração 02

Página e texto do PPC homologado: p. 01

Tópico e Item: Equipe gestora da universidade e campus, membro do NDE.

Página e texto no PPC atualizado: p. 02 e 03 - Atualizações dos nomes da equipe gestora da UERN, das pró-reitorias, diretoria e chefia do Campus de Patu e Departamento de Educação e composição do NDE foram atualizados, assim como a inclusão da informação sobre a versão atual do PPC. Foi retirado a informação sobre a comissão curricular, que constava no PPC homologado, visto que o template atual não solicita.

Alteração 03

Página e texto do PPC homologado: p. 03 a 05, sumário

Tópico e Item: Edição nas páginas referentes ao sumário do PPC

Página e texto no PPC atualizado: 05 a 07 – Alteração no sumário, em decorrência da nova organização de seções dispostas no atual template, o que modificou a estrutura do PPC que está sendo editado.

Alteração 04

Página e texto do PPC homologado: p.09

Tópico e Item: Dados do curso (no homologado) para Identificação do curso (no atualizado)

Página e texto no PPC atualizado: p. 06 – atualização na identificação da instituição e perfil do curso. Foi feita uma correção na carga horária total do curso, pois no PPC homologado essa carga horária aparecia errada apenas neste item.

Alteração 05

Página e texto do PPC homologado: p. 09 – alteração nas informações da identificação do curso.

Tópico e Item: 1 – Identificação do curso

Página e texto no PPC atualizado: p. 08 – foram feitas edições para atualizar as informações sobre a presidente da instituição mantenedora, dirigente da instituição mantida e no perfil do curso foram incluídas as informações referente ao ato de autorização/criação do curso e a data de início de funcionamento. Convém destacar que a exposição das informações no novo template diferente da versão homologada, tendo sido retirada algumas informações que não são solicitadas no PPC que está sendo atualizado.

Alteração 06

Página e texto do PPC homologado: -

Tópico e Item: -

Página e texto no PPC atualizado: p. 09 – foi incluída uma tabela com informações sobre “Dados de criação/Ato autorizativo”, que não contava na versão do PPC homologado, mas que foi estabelecido para preenchimento no template do PPC atual.

Alteração 07

Página e texto do PPC homologado: p. 9 – informações sobre o curso

Tópico e Item: 1. Dados do curso

Página e texto no PPC atualizado: p. 9 – no template do PPC atual a disposição das informações sobre o curso estão em um novo local, assim na versão atual foram incluídas as informações sobre “Local de funcionamento do curso”, “dados sobre o curso”. No texto referente aos dados do curso foi feita a correção na Carga horária total do curso, que no PPC homologado estava digitado errado esta informação, como também foi adicionada novas informações solicitadas no template novo.

Alteração 08

Página e texto do PPC homologado: p.6, 7, 8, 10, 11, 12 e 13

Tópico e Item: Apresentação e Justificativa

Página e texto no PPC atualizado: p.10 a 17 – foi incluído no template atual do PPC, o histórico do curso, item que não existia no PPC homologado, nomeado desta forma. Cabe destacar que as 11 primeiras linhas da seção “3 HISTÓRICO DO CURSO” são inclusão de texto novo, ou seja, que não consta no PPC homologado. O restante do texto está presente no PPC homologado, mas em outras páginas – itens/seções, mas que atendem ao novo tópico. Assim, o texto foi reorganizado para contemplar o solicitado nesta seção 3, que inicia no PPC atual na página 10. O texto utilizado que consta no PPC homologado, sofreram alterações de palavras, correções pontuais e foram descartados os dois primeiros parágrafos que estavam presentes na apresentação (p.06) do PPC homologado, para se ajustar a nova necessidade do template atual.

Alteração 09

Página e texto do PPC homologado: p. 13

Tópico e Item: 3 Concepções teórico-metodológicas / Perfil do educador do Campo

Página e texto no PPC atualizado: p. 18 a 22 – 5 Perfil do profissional a ser formado. No PPC atual esta seção é incluída, que em termos de exposição e organização do texto, estava em outra seção no PPC homologado. Desta forma, foi feito um reposicionamento do texto para atender o template novo. No texto foram feitas correções pontuais. No PPC atual foi corrigido na página 20 – linha 07 a palavra “pedagogo” para “educador do campo”; na p. 21 – linha 09 a palavra “pedagogo” foi corrigido para “educador do campo”.

Alteração 10

Página e texto do PPC homologado: p. 19 a 21

Tópico e Item: 8. Conhecimentos, atitudes e habilidades

Página e texto no PPC atualizado: p.22 a 22 – 6 Competência e habilidades a serem desenvolvidas.

No PPC atual foi incluída a seção “6 Competência e habilidades a serem desenvolvidas” que no PPC homologado estava disposto em uma organização de seções diferentes da versão atual. No texto que existia no PPC homologado, foi incluído o primeiro parágrafo, texto novo que trata das competências que estudantes de licenciatura devem desenvolver, em consonância com a BNC Formação.

Alteração 11

Página e texto do PPC homologado: p. 35 – texto que trata dos princípios formativos

Tópico e Item: 12 Princípios formativos

Página e texto no PPC atualizado: p. 26 a 38 – 7 Princípios formativos

No PPC atual houve apenas um reposicionamento do texto, que no PPC homologado estava em uma outra posição na exposição do PPC. Foram feitas pequenas correções de formatação no que se refere ao texto original do PPC homologado, assim cabe explicar que os princípios formativos antes expostos sem indicativo numérico, passaram a ser organizados em indicativos numéricos (subseções) que vão do “7.1 Compromisso Público de Estado” ao “7.9 Ensino, Pesquisa e Extensão”. Do texto original (PPC Homologado) para o PPC atual foram feitas pequenas correções de palavras:

Página 6 – linha 2,3/4 – onde aparecia pedagogo, foi corrigido para educador do campo e educação do campo, respectivamente;

Página 29 – linha 12 e 13 – onde eram expostas apenas as siglas do programas formativos, foram incluídos os nomes por extenso e foi incluída uma referência ao Residência Pedagógica (RESPED) antes não citado no PPC homologado;

Página 30 – parágrafo 4, linha 3 – onde se lê “praxe” foi feita a correção para “práxis”;

Página 32 – último parágrafo, linha 2 foi feita a correção de “pedagogo” para “educador do campo”;

Página 32 – último parágrafo, linha 3, onde se lê “em definição”, foi feita a correção para “dialética”;

Página 35 – segundo parágrafo, linha 1, foi feita a correção da palavra “pedagogo”

para “educador do campo”;

Página 35 – último parágrafo, linha 3/4, foi feita a correção da palavra “pedagogo” para “educador do campo”;

Página 37 – penúltimo parágrafo, linha 3, foi feita a correção da palavra “pedagogo” para “educador do campo”;

Alteração 12

Página e texto do PPC homologado: p. 46 – texto que trata da organização curricular

Tópico e Item: 14. Organização curricular

Página e texto no PPC atualizado: p. 38 – 8 Organização curricular

No PPC atual foi incluída a seção “8 Organização curricular” que no PPC homologado estava em uma outra disposição de seção diferente da versão atual. Do texto que existia no PPC homologado, foi incluído os quatro primeiros parágrafos, texto novo que trata de algumas legislações, como a BNC-Formação, assim como também menciona a UCEs, entre outras informações consideradas pertinentes para abordar a organização curricular do curso. Foi incluído subseções no template novo, como no “8.1 Disciplinas” há a inclusão de um quadro que trata das “Unidades de estruturação didático-pedagógicas”, quadro antes não existente no PPC homologado.

Na página 41 – parágrafo 1, linhas 7, 9/10 foi feita a correção da palavra “pedagogo” para “educador do campo”;

Alteração 13

Página e texto do PPC homologado: p. 51, tabela que mostra a organização curricular

Tópico e Item: Quadro que apresenta a especificação da organização curricular

Página e texto no PPC atualizado: p.46, tabela 01 – Especificação da organização curricular.

Foram feitas duas correções nos nomes das disciplinas, que nesta tabela estava digitada de forma errada. Onde tem: “Metodologia do Trabalho Científico”, foi feita a correção para “Metodologia do Trabalho Acadêmico”. Onde tem “Ética no trabalho”, foi feita a correção para “Ética na Educação”.

Alteração 14

Página e texto do PPC homologado: p. 53 a 56 – aprofundamento e diversificação

dos estudos

Tópico e Item: Organização curricular

Página e texto no PPC atualizado: p. 47 a 50 – 8.2 Atividades da prática como componente curricular

O modelo de PPC atual inclui essa nova subseção, antes não existente como seção definida no PPC homologado, estando antes dentro de uma seção única nomeada de “14. Organização curricular”. Do texto original foi incluído apenas o primeiro parágrafo na página 47, subseção 8.2 Atividades da prática como componente curricular.

Alteração 15

Página e texto do PPC homologado: p. 52 a 53 - Estágio supervisionado

Tópico e Item: 14 Organização curricular

Página e texto no PPC atualizado: p. 50 a 52 – 8.3 Estágio obrigatório

O modelo de PPC atual inclui essa nova subseção, antes não existente como seção definida no PPC homologado, estando antes dentro de uma seção única nomeada de “14. Organização curricular”. No PPC atual, o texto está realocado na p. 50 a 52 – 8.3 Estágio obrigatório. Do texto original foram corrigidas duas palavras “lócus” que estava sem acentuação e “configurasse” que estava digitada de forma errada.

Alteração 16

Página e texto do PPC homologado: p. 58-59 – Trabalho de conclusão de curso

Tópico e Item: 14 Organização curricular

Página e texto no PPC atualizado: p.52-53 – 8.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O modelo de PPC atual inclui essa nova subseção, antes não existente como seção definida no PPC homologado, estando antes dentro de uma seção única nomeada de “14. Organização curricular”. No PPC atual, o texto está realocado na p.52-53 – 8.4 Trabalho de Conclusão de Curso. Do texto original foram feitas algumas correções: No segundo parágrafo da seção 8.4, no PPC atual, foi retirado o trecho “na modalidade de artigo científico”, pois não fazia sentido no parágrafo em questão.

Na página 53, segundo parágrafo, foi feita a correção do texto, informando que o estudante será assistido no TCC por um professor selecionado por edital, realidade que representa a especificidade dos cursos ead.

Na página 53, também foi corrigida a informação quanto a composição da banca examinadora, que passa a informar que poderá compor a banca docentes de outros departamentos da UERN.

Na página 53 – último parágrafo foi feita a correção do texto, onde antes só tinha a sigla da ABNT e a mesma foi colocada por extenso.

Alteração 17

Página e texto do PPC homologado: p. 59-61

Tópico e Item: Estudos Integradores/Atividades complementares

Página e texto no PPC atualizado: p.53 a 56 – 8.5 Atividades complementares

O modelo de PPC atual inclui essa nova subseção, antes não existente como seção definida no PPC homologado, estando antes dentro de uma seção única nomeada de “14. Organização curricular”. No PPC atual, o texto está realocado na p.53 a 56 – 8.5 Atividades complementares. Foram feitas alterações pontuais no texto: organização do quadro de pontuação de atividades complementares, que no PPC homologado tinha outro formato; a adaptação do aproveitamento em carga horária, que estava no PPC homologado como sendo pontuação e a inclusão do estágio não-obrigatório como atividade de docência possível para atividades complementares.

Alteração 18

Página e texto do PPC homologado: p. 56 a 57

Tópico e Item: 14 Organização curricular

Página e texto no PPC atualizado: p. 56 a 58 – 8.6 Atividades curriculares de extensão,

O modelo de PPC atual inclui essa nova subseção, antes não existente como seção definida no PPC homologado, estando antes dentro de uma seção única nomeada de “14. Organização curricular”. No PPC atual, o texto está realocado na p. p. 56 a 58 – 8.6 Atividades curriculares de extensão. No PPC atual foi feita a correção da carga horária de UCE do curso, que antes dizia ser 320h, mas é 360h. Também foi feita a organização da tabela de UCEs e CH conforme modelo atual do template, que no PPC homologado constava os semestres, mas no PPC atual (conforme modelo) não solicita o preenchimento do semestre na tabela.

Alteração 19

Página e texto do PPC homologado: p.64 a 66

Tópico e Item: 14 Organização curricular

Página e texto no PPC atualizado: p. 58 a 62– 9 Matriz curricular

O modelo de PPC atual inclui essa nova subseção, antes não existente como seção

definida no PPC homologado, estando antes dentro de uma seção única nomeada de “14. Organização curricular”. No PPC atual, o texto está realocado na p. 58 a 62– 9 Matriz curricular. A edição feita foi para adaptar as informações das tabelas da matriz curricular do PPC homologado, para o modelo de template atual. Também foram inseridos os códigos das disciplinas, conforme numeração de cadastro disponível no SIGAA.

Alteração 20

Página e texto do PPC homologado: p.69 a 71

Tópico e Item: 14.6 Equivalência entre o currículo proposto e o existente

Página e texto no PPC atualizado: p.62 a 65 – 10 Equivalência dos componentes curriculares.

Foi feita uma edição para seguir o modelo da tabela do novo template, onde foi incluído o código da matriz do curso e os códigos das disciplinas do curso.

Alteração 21

Página e texto do PPC homologado: p.72 a 120

Tópico e Item: Ementário

Página e texto no PPC atualizado: p. 65 a 167

No PPC atual, o ementário ganha uma nova seção disposta no tópico 11, com suas subseções para ementário de disciplinas obrigatórias, optativas e UCE. Não foram feitas edições no ementário das disciplinas obrigatórias. Foi incluído no PPC atual o ementário das disciplinas optativas, que antes não constavam no PPC homologado, mas que foram cadastradas no SIGAA e que já possuem código e vínculo com a matriz curricular do curso. Também foi incluído no rol de disciplinas optativas, a disciplina “Educação para as Relações Étnico-Raciais” para atender a “LEI Nº 11.201, DE 11 DE JULHO DE 2022. Dispõe sobre a inclusão do componente extracurricular “Educação para as Relações Étnico- Raciais” nos cursos de Graduação e Pós-Graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e dá outras providências.”

Alteração 22

Página e texto do PPC homologado: p. 125

Tópico e Item: 14.15 Avaliação da aprendizagem

Página e texto no PPC atualizado: p. 167 a – 12 Sistemática de avaliação da

aprendizagem.

Foi feito o reposicionamento do texto já existente no PPC homologado, para o modelo do PPC atual.

Alteração 23

Página e texto do PPC homologado: p.23 a 35

Tópico e Item: 11 Equipes de profissionais

Página e texto no PPC atualizado: p.168 a 181 – 13 Recursos humanos disponíveis e necessários

Considerando a forma de funcionamento dos cursos de educação a distância, a partir do convênio firmado com a CAPES, esse item sofre significativas alterações no seu texto, assim o texto que trata da equipe de profissionais no PPC homologado permaneceu no atual em partes, visto que foi necessário retirar a tabela de docentes citadas no PPC homologado, pois a atuação no curso se dá por meio de seleção e não indicação como o PPC homologado fazia referência. Desta forma, nesta seção foram incluídos textos novos no início da seção 13, na subseção 13.1. Na subseção 13.2 foi utilizado parte do texto do PPC homologado, fazendo a inclusão de um parágrafo no início da seção, a correção de algumas palavras, no item a), c) e d).

Em relação a atuação do professor formador no curso, essa seção foi reescrita, atendendo a prática desenvolvida no curso e regida pela CAPES.

No trecho que trata dos “Tutores (presenciais e a distância” foi feita uma edição na formação que era citada no PPC homologado. Na página 176, foi feita a correção da palavra do profissional que atua no curso, que é “Assistente à docência” e não “auxiliar de docência” como estava no PPC homologado. No texto referente a coordenação do curso, também foram feitas edições no primeiro parágrafo e item a).

Na página 180, linha 9, foi feita a correção do nome do departamento que oferta o curso, pois estava errado.

Alteração 24

Página e texto do PPC homologado: -

Tópico e Item: -

Página e texto no PPC atualizado: p.181 a 182 – 13.3 Política de capacitação, foi feita a inclusão do texto para atender a esta nova seção que não constava no PPC homologado.

Alteração 25

Página e texto do PPC homologado: p. 126

Tópico e Item: 14.8 Descrição da infraestrutura de apoio

Página e texto no PPC atualizado: p. 182 a 189 – 14 Infraestrutura disponível e necessária

Foi feita a inclusão de texto, assim da página 182 a 188 o texto que fala da infraestrutura disponível no Campus de Patu e Departamento de Educação, não estava presente no PPC homologado.

Da página 188 a 189, que trata da infraestrutura nos polos de apoio presencial, o texto permanece sendo o que estava no PPC homologado, com correções apenas de um trecho, na linha 3-4, “[...] Em cada um dos polos que ofertam o curso, foram [...]”.

Alteração 26

Página e texto do PPC homologado: -

Tópico e Item: -

Página e texto no PPC atualizado: p. 189 a 200, que trata da seção – 15 Política de gestão, avaliação, pesquisa e extensão – foi feita a inclusão do texto para atender a esta nova seção que não constava no PPC homologado.

Alteração 27

Página e texto do PPC homologado: -

Tópico e Item: -

Página e texto no PPC atualizado: p. 200 – 16 Programas Formativos – foi feita a inclusão do texto para atender a esta nova seção que não constava no PPC homologado.

Alteração 28

Página e texto do PPC homologado: p. 17

Tópico e Item: 3.3 Resultados esperados

Página e texto no PPC atualizado: p. 201 – 17 Resultados esperados.

Foi feita apenas a organização da disposição do texto homologado para atender ao modelo do template.

Alteração 29

Página e texto do PPC homologado: p. 16 a 17

Tópico e Item: 3.2 Política de Acompanhamento dos egressos

Página e texto no PPC atualizado: p. 201 a 202 – 18 Acompanhamento dos egressos

Foi feita a organização da disposição do texto homologado para atender ao modelo do template. Foram feitas correções de palavras no segundo parágrafo, colocando a palavra “formação” ao invés de “política” e “cidades do interior do Rio Grande do Norte” ao invés de “Patu e cidades circunvizinhas”. Também foi corrigido o nome do Grupo de Pesquisa do Departamento de Educação, que é Formação, Currículo e Ensino. E por fim o ano que se começara a buscar os egressos do curso, que será 2025.

Alteração 30

Página e texto do PPC homologado: p. 141 a 159. Anexo II

Tópico e Item: Regulamento de organização e do funcionamento do curso.

Página e texto no PPC atualizado: p.202 a 224 - 19 Regulamento da organização e do funcionamento do curso.

Foi feita apenas a organização da disposição do texto homologado para atender ao modelo do template.

Alteração 31

Página e texto do PPC homologado: p. 120 a 124

Tópico e Item: 14.8 a 14.14

Página e texto no PPC atualizado: p.224 a 229 – 20 Metodologia a ser adotada para consecução do projeto

Foi feita a organização da disposição do texto homologado para atender ao modelo do template do PPC atual.

Foram feitas correções de palavras nas páginas 224 e 225;

Na subseção 20.1 Material didático, página 225 – o texto foi reescrito, não estando mais conforme o texto do PPC homologado;

Nas demais subseções 20.2; 20.3; 20.4; 20.5; 20.6 o texto não sofreu alterações, estando compatível com o texto do PPC homologado.

Alteração 32

Página e texto do PPC homologado: -

Tópico e Item: -

Página e texto no PPC atualizado: p.235 – Foi incluída a portaria de nomeação do NDE.

**Alterações realizadas em março de 2023, após diligências enviadas pela DCG
– Assessor Prof. Heitor Liberalino**

:

Alteração 33

Página e texto do PPC homologado: -

Tópico e Item: 2 Dados sobre o curso

Página e texto no PPC atualizado: foi feita correção no número máximo de alunos por turma, que antes constava 180, no entanto o número correto é 150.

Alteração 34

Página e texto do PPC homologado: -

Tópico e Item: 8 Organização curricular

Página e texto no PPC atualizado: foi feita a inclusão das informações na tabela referente as unidades de estruturação didático-pedagógica.

Alteração 35

Página e texto do PPC homologado: -

Tópico e Item: 9 Matriz curricular

Página e texto no PPC atualizado: foi feito o preenchimento da carga horária total da tabela do 6º período e correção da carga horária de TCC na tabela do 8º período, que estava digitado errado, pois a CH total de TCC é 120h, sendo 45h teóricas e 75h práticas.

Alteração 36

Página e texto do PPC homologado: -

Tópico e Item: Sumário

Página e texto no PPC atualizado: convém destacar que o sumário foi atualizado no dia 19/03/2023 e que foram feitas novas correções no arquivo, quanto a formatação, inclusão de indicativo numérico de subseção e correções de palavras e

pontuação. Não houve incorporação de novos textos.

Cabe destacar que em decorrência do novo template de PPC disponibilizado, alguns textos, tabelas e quadros utilizados no PPC homologado, não estão presentes no PPC atual, o que o NDE considerou como sendo informações ou estruturas de formatação que não são solicitadas no modelo vigente, no qual buscou-se adequar o PPC do Curso de Educação do Campo.



Afirmo que as alterações realizadas no PPC do Curso de Educação do Campo, modalidade a distância, ano 2023, são somente as apresentadas neste documento.

Patu, 20 de março de 2023.

Profa. Dra. Joseane Abílio de Sousa Ferreira
Coordenadora do NDE do Curso de Educação do Campo
Portaria-SEI N° 373, de 30 de agosto de 2022

Profa. Ma. Soraya Nunes dos Santos Pereira
Chefe do Departamento de Educação do CAP/UERN
Portaria N° 631/2021-GP/FUERN de 31 de maio de 2021

Profa. Dra. Kamila Costa de Sousa
Coordenadora do Curso de Educação do Campo a distância
Portaria N° 606/2023-GP/FUERN de 07 de março de 2023

DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO

CAMPUS AVANÇADO DE
PATU



PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/A DISTÂNCIA

PATU – RN
2022

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Chefe de Gabinete

Lauro Gurgel de Brito

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Mayra Rodrigues Fernandes Ribeiro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Pró-Reitor de Extensão

Esdras Marchezan Sales

Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis

Erisson Natécio da Costa Torres

Pró-Reitora de Administração

Simone Gurgel de Brito

Pró-Reitora de Planejamento, Orçamento e Finanças

Fátima Raquel Rosado Morais

CAMPUS AVANÇAO DE PATU – CAP

Diretora

Cláudia Maria Felício Ferreira Tomé

Vice-Diretor

Benedito Manoel do Nascimento Costa

Departamento de Educação – DE

Chefe do departamento

Soraya Nunes dos Santos Pereira

Subchefe

Iure Coutre Gurgel

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Soraya Nunes dos Santos Pereira

Andréia Araújo da Nóbrega

Kamila Costa de Sousa

Joseane Abílio de Sousa Ferreira

Samuel Penteado Urban

Adaptações na estrutura curricular vigente: <Resolução do Consepe que aprovou o PPC>

Versão atual: Março de 2023.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO | 7 |
| 2 PERFIL DO CURSO | 7 |
| 2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO | 7 |
| 2.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO | 8 |
| 2.3 DADOS SOBRE O CURSO | 8 |
| 3 HISTÓRICO DO CURSO | 9 |
| 4 OBJETIVOS DO CURSO | 16 |
| 5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO | 17 |
| 6 COMPETÊNCIA E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS | 21 |
| 7 PRINCÍPIOS FORMATIVOS | 25 |
| 8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR | 37 |
| 8.5 Atividades da Prática Como Componente Curricular | 46 |
| 8.8 Estágio Obrigatório | 49 |
| 8.9 Trabalho de Conclusão de Curso | 51 |
| 8.10 Atividades Complementares | 52 |
| 8.11 Atividades Curriculares De Extensão | 55 |
| 9 MATRIZ CURRICULAR | 57 |
| 10 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES | 61 |
| 11 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES | 64 |
| 11.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS | 64 |
| 11.2 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS | 139 |
| 11.3 EMENTÁRIO DAS UCE | 162 |
| 12 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM | 165 |
| 13 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS | 166 |
| 13.1 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS | 167 |
| 13.2 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS | 169 |
| a) Professor(a) formador(a) (professores das disciplinas); | 169 |
| b) coordenador(a) da tutoria; | 169 |
| c) tutores (presenciais e a distância); | 169 |
| d) assistente à docência; | 169 |
| e) auxiliar administrativo (monitor(a) de secretaria); | 169 |

| | |
|--|-----|
| f) secretário(a) do curso; | 169 |
| g) coordenador(a) do curso; | 169 |
| h) coordenador(a) pedagógico e de produção de material; | 169 |
| i) coordenador(a) do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); | 169 |
| j) coordenador do polo; | 169 |
| k) Núcleo Docente Estruturante. | 169 |
| 13.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO | 179 |
| 14 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA | 180 |
| 14.1 ADMINISTRATIVO | 180 |
| 14.2 SALAS DE AULA | 181 |
| 14.3 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS | 182 |
| 14.4 OUTROS ESPAÇOS | 184 |
| 15 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO | 187 |
| 15.1 POLÍTICA DE GESTÃO | 187 |
| 15.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO | 190 |
| 15.3 POLÍTICAS DE PESQUISA | 197 |
| 15.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO | 197 |
| 16 PROGRAMAS FORMATIVOS | 198 |
| 17 RESULTADOS ESPERADOS | 199 |
| 18 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS | 199 |
| 19 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO | 200 |
| 20 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO | 222 |

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição Mantenedora

Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN

Rua Almino Afonso, 478 – Centro

CEP: 59.610-210 – Mossoró – RN

Fone: (84) 3315-2148 Fax: (84) 3315-2108

E-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Cicília Raquel Maia Leite

Espécie Societária: Não Lucrativa

Instituição Mantida

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

CNPJ: 08.258.295/0001

Campus Universitário

BR 110, Km 46, Av. Prof. Antônio Campos s/n

Bairro Costa e Silva

CEP: 59625-620 - Mossoró-RN

Fone: (84) 3315-2175 Fax: (84) 3315-2175

Home Page: www.uern.br e-mail: reitoria@uern.br

Dirigente: Cicília Raquel Maia Leite

Ato de credenciamento: Portaria nº 874/MEC, de 17/06/1993

Ato de recredenciamento: Decreto Estadual Nº 27.902 (23/04/2018), publicado em 12/05/2018.

2 PERFIL DO CURSO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Denominação: Educação do Campo

Grau acadêmico: Licenciatura

Modalidade: à distância

Área de Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais

Ato de Autorização/Criação: Resolução Nº 32/2018 - CONSEPE

Data de Início de Funcionamento: 30/04/2021

| Dados de criação/Atos autorizativos | |
|---|---|
| Ato de Autorização/Criação: | Resolução Nº 32/2018 - CONSEPE |
| Ato de reconhecimento | <Portaria Federal/ Decreto Estadual> |
| Ato de renovação de reconhecimento 1 | <Decreto Estadual (nº do documento e data de publicação)> |
| | <Parecer do CEE <nº do parecer/ ano> |
| Ato de renovação de reconhecimento 2 | <Decreto Estadual (nº do documento e data de publicação)> |
| | <Parecer do CEE <nº do parecer/ ano> |

2.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Campus: Campus Avançado de Patu

Endereço: Avenida Lauro Maia, S/N, Centro, CEP: 59770-000, Patu – RN

Telefone: (84) 3361-2461

E-mail: patu@uern.br

Site: patu.uern.br

2.3 DADOS SOBRE O CURSO

Carga horária total: 3.560

Tempo médio de integralização curricular: 04 anos

Tempo máximo de integralização curricular: 06 anos

Número de vagas por semestre/ano: 150

Turno de funcionamento: integral

Número máximo de alunos por turma: 150

Sistema: créditos com matrícula semestral

Forma de Ingresso no Curso: Processo Seletivo utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Conceito da última avaliação do Conselho Estadual de Educação:

3 HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, ofertado na modalidade a distância pelo Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) foi criado pela Resolução Nº 32/2018 – CONSEPE de 22 de agosto de 2018, no entanto iniciou suas aulas em 30 de abril de 2021, ofertando 150 vagas, das quais 70 foram destinadas a ampla concorrência, 45 aos professores da Educação Básica, 10 vagas para pessoas com deficiência e 25 para pessoas pretas, pardas e indígenas, respeitando assim as leis de cotas instituídas no país.

A primeira oferta de turma do Curso de Licenciatura em Educação do Campo iniciou com 150 estudantes matriculados, distribuídos entre os polos de Caraúbas, Guamaré, Marcelino Vieira, Natal e São Gonçalo do Amarante. A oferta do curso surge no contexto de expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil e se constitui na perspectiva de formar futuros educadores e educadoras que poderão contribuir com a defesa e garantia do direito a educação/escola e elevação da qualidade da educação nas áreas rurais do Brasil.

Neste documento estão descritos os aspectos pedagógicos, políticos e sociais que fundamentam a oferta do referido curso pelo Departamento de Educação, do Campus Avançado de Patu (CAP), da citada universidade. O objetivo primário do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (CAP/UERN) é formar educadores e educadoras que possam atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, na Gestão Escolar das escolas do campo e em espaços não escolares relacionados às áreas rurais, comprometidos com a realidade e valorização cultural, com a vida e trabalho dos sujeitos que vivem no campo.

Este projeto de curso responde à chamada prescrita no Edital nº. 05/2018 – CAPES/UAB//MEC, em consonância com o que preceitua a Resolução CNE/CEB nº.1, de 03 de abril de 2002, o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 e o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo se fundamenta em marcos legais que orientam

e promovem a formação de professores para a educação básica, e mais especificamente para a formação de profissionais para atuarem na educação básica do campo. Como primeiro marco legal, se destaca o decreto nº 6755/2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação e das Diretorias de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação a Distância (DED) do Conselho Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Assim sendo, o curso atende a essas políticas que visam organizar e fomentar a formação inicial e continuada de professores das redes públicas de educação básica mediante a ação conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A Lei nº 11.502/2007 altera as competências e a estrutura organizacional da CAPES que passa a subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas voltadas para a formação de profissionais do magistério da educação básica e superior através da realização de convênios com instituições de ensino superior.

Os demais marcos legais que fortalecem a proposta desse curso parte das legislações conquistadas principalmente pelos movimentos sociais do campo, que na resistência e defesa pelo reconhecimento dos sujeitos do campo como sujeitos de direitos, e da educação e escola como direito básico para todos os cidadãos, constroem uma nova concepção de educação que não se reconhece na experiência da educação rural difundida no país, mas sim em uma outra perspectiva que passa a nomear uma nova forma de olhar para a educação nesses territórios e que possui implicações teóricas e práticas, não se resumindo apenas a uma mudança de terminologia, mas em outra compreensão de campo, de educação para a promoção da vida no campo.

Dessa forma, esse projeto de curso se constrói a partir do entendimento que serão formados profissionais comprometidos com a “[...] Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural” (CALDART, 2004, p.1). Significa dizer que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, compreende que a terminologia “campo” carrega a luta histórica dos camponeses, trabalhadores rurais e movimentos sociais em prol do direito à terra, a vida, ao trabalho, a educação e escola, a todos os direitos sociais que historicamente foram negados aos povos que vivem

nesses territórios. Assim, reconhecemos esse curso como uma proposta de educação “do” campo, pois o “do” campo vem se opor a “no” campo já que o “do” expressa a concepção de que a educação deve ser pensada e partir do lugar em que esses sujeitos do campo estão vinculada às necessidades culturais, humana e sociais que esses sujeitos possuem. (CALDART, 2002).

No que concerne ao presente projeto de Curso de Licenciatura em Educação do Campo, esse dialoga com os marcos legais que colocam o debate da educação do campo na agenda educacional do país a partir do ano de 2001, com conquistas legais como o Parecer CNE/CEB nº 36/2001, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o Parecer CNE/CEB nº 23, de 12 de setembro de 2007, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Esse projeto de curso também incorpora as demandas de estudos educacionais atuais, que devem fazer parte da formação dos futuros educadores. O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 propõe a combinação da formação geral e específica com a prática didática, acrescentando os estudos sobre as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência; além de articular a formação inicial com a formação continuada (BRASIL, 2014). Essa necessidade de estudos se torna exigência expressa na Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduandos e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015).

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo aponta um perfil profissional de educador que tenha significativo domínio de conhecimentos dos campos de atuação e, ao mesmo tempo, compreenda que esse conhecimento necessita ser redimensionado diante de situações específicas da educação nas áreas rurais, o que lhe exigirá um diálogo constante entre diferentes visões de mundo, possibilitando condições para que reflita sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a escola

em um contexto rural.

A educação básica nas áreas rurais do Brasil, historicamente revelou o lugar que o campo e os seus sujeitos possuíam nas políticas públicas sociais do país. Desde o início da formação do país, registra-se singelas iniciativas no que se refere à oferta da educação básica para os povos que vivem no campo. Pesquisadora da Educação Rural, Calazans (1993, p.16) reflete sobre a trajetória da educação e escola nesses territórios, e destaca que “[...] a escola surge no meio rural brasileiro tardia e descontínua”, pois apesar de iniciativas ainda no final do II Império que tinha um caráter elitista, é apenas na metade do Século XX que se registram algumas propostas de programas educacionais para esses territórios.

As mudanças sociais ocorridas no Brasil dos anos de 1930, como o processo crescente de urbanização do país e a entrada de Getúlio Vargas no Governo Brasileiro, impulsionaram a construção e implementação de programas de escolarização para as áreas rurais com o intuito de fixar o homem no campo, visto que a migração da área rural para a urbana era uma preocupação para os governantes, por muitos motivos entre eles pela perda da mão de obra dos trabalhadores rurais nas plantações do país. O “[...] esvaziamento populacional das áreas rurais, enfraquecimento social e político do patriarcalismo e forte oposição ao movimento progressista urbano [...]” (LEITE, 1999, p.28) guiaram as principais iniciativas de escolarização rural na década de 1930.

Outras experiências que se registram na trajetória da educação rural no país, são os programas criados na década de 1940 e 1950 que estavam diretamente ligados a atividade de extensão rural sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e da Educação e Saúde. As ações extensionistas nas áreas rurais do país tinham como propósito promover o desenvolvimento do campo, estando esse ligado a perspectiva de trabalho e produção agrícola dos governantes e latifundiários e com forte influência de ações dos organismos estadunidenses, como a American International Association for Economic and Social Development (AIA). Nessas experiências não se consideravam as necessidades educacionais dos sujeitos que produzem e reproduzem a vida na terra, no trabalho agrícola, com suas características sociais e culturais.

Na década de 1960 houve um agravamento social representado pela disparidade entre as regiões do país, onde Norte e Nordeste expressavam altos índices de analfabetismo, migração, fome e desemprego. Ainda na década de 1960 foi lançada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas essa não promoveu maior atenção, incentivo e investimento à educação dos povos do campo, pois como Souza (2006, p.54) destaca na “[...] LDB 4.024/61 ficou comprovada a marginalidade da Educação do Campo, uma vez que ficou delegada aos municípios a estruturação da escola fundamental rural”. Mas, se no plano legal, os governos não demonstravam um olhar cuidadoso para reverter à situação de atrasado educacional presente nas áreas rurais do país, experiências outras de educação popular vinham sendo desenvolvidas nesses territórios pelos movimentos sociais e sociedade civil.

Em destaque, o Movimento de Educação Popular (MEP) difundido por Paulo Freire na década de 1960, promoveu uma educação ligada às classes populares, alfabetizando e formando sujeitos críticos e reflexivos comprometidos com a realidade social da qual faziam parte. Com o Golpe Militar de 1964, os movimentos sociais e as experiências de educação popular e as lideranças começaram a ser perseguidas, rompendo assim com as ações de educação que vinham sendo desenvolvidas.

No período de redemocratização do país novas ações educacionais começam a ser desenvolvidas, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que começam a reivindicar do Estado a garantia do direito à educação e escola para os camponeses.

Destaca-se que na LDB n 9.394 de 1996 a educação para a população rural ganha ênfase em seu artigo 28, onde se expressa à necessidade de promover as adaptações necessárias do ensino para as particularidades da vida rural e das regiões em que as escolas rurais se inserem, além de construir conteúdos curriculares e metodologias voltadas as necessidades dos estudantes que vivem nesses territórios, assim como uma adequação do calendário escolar ao ciclo agrícola e condições climáticas. (BRASIL, 1996). Mas, apesar da lei apresentar todas essas orientações, o que se percebe no campo ainda é a reprodução das velhas e fracassadas experiência de educação rural, onde conteúdos e metodologias ainda eram guiadas pela lógica da

educação urbana.

Em 1997 o MST juntamente com outros movimentos sociais do campo, sociedade civil e estudiosos do tema, entre outros, promoveram o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), que além de socializar as experiências que já vinham sendo construídas para a educação dos assentados e acampados como forma de reverter o fosso educacional histórico a que foram submetidos, foi também um momento de construir uma nova perspectiva de educação para a classe trabalhadora camponesa, reconhecendo a necessidade de uma educação para os povos do campo que reconhece principalmente a luta pela terra como parte fundante dessa formação.

É então a partir da primeira década do ano de 1990 que se começa a discutir a proposta de educação para os sujeitos do campo, denominada de Educação do Campo, e que para além de uma nova terminologia representa principalmente outra concepção de educação, escola, campo, cultura, trabalho e direitos. Entre as primeiras conquistas do Movimento Nacional de Educação do Campo destaca-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que foi criado em 1998 que buscou desenvolver ações educativas em áreas de reforma agrária.

Em seguida conquista-se dispositivos legais que ampliam o debate e implantação da educação do campo nas áreas rurais do país com conquistas legais como o Parecer CNE/CEB nº 36/2001, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o Parecer CNE/CEB nº 23, de 12 de setembro de 2007, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

A partir de todas essas conquistas legais, foram ofertados cursos de ensino superior voltados a formação de profissionais para atuarem no campo, com o compromisso de promoverem a transformação da realidade educacional e social dos camponeses. A UERN, enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento educacional, social e econômico do estado ofereceu nos primeiros anos de 2000 o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Terra, confirmando seu compromisso com a formação de educadores para o exercício do magistério nas áreas rurais do

estado.

No Estado do Rio Grande do Norte ainda é visível a defasagem da oferta da educação básica nas áreas rurais, sendo ainda possível detectar nessas realidades educacionais uma precariedade na estrutura escolar e na formação dos seus sujeitos principalmente por ainda se encontrar salas multisseriadas que recebem em um mesmo espaço-tempo escolar estudantes de faixas etárias diferentes o que resultaria em níveis de ensino diversos em um mesmo ambiente educacional.

Outro dado preocupante e que potencializa a intenção desse projeto, é o reconhecimento de que no Estado do Rio Grande do Norte 40% da população estão localizadas nas áreas rurais (IBGE, 2012), e em 2006 ainda se registrava nessas áreas 486.000 analfabetos, sendo sua maioria 38,50% jovens entre 18 e 29 anos (IBGE, 2006). Esses dados só reforçam o despreparo das políticas públicas com a educação dos povos do campo, visto que além de estruturas precárias, é comum encontrar nessas salas de aula professores que não tiveram formação para o magistério e que diante dos desafios que a escola rural e salas multisseriadas possuem, está também a dificuldade de promover uma educação que reconheça o campo como lugar de produção de saberes, que precisam ser dialogados em sala de aula com os conteúdos escolares.

O presente projeto justifica-se pela intenção de buscar intervir nessas realidades educacionais presentes na zona rural do estado, a partir da formação de educadores sensíveis e comprometidos com o contexto em que a educação do campo se insere, buscando efetivar uma educação que seja de fato do campo, contextualizada, com práticas educativas que reflitam a realidade local, promovendo assim a valorização e fortalecimento cultural do campo.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, do CAP/UERN, afirma o compromisso da universidade com o desenvolvimento social e econômico da região semiárida do estado e entende que essa é uma oportunidade de contribuir com o avanço da educação básica do campo, ao buscar colocar no mercado profissionais que tenham as qualidades necessárias para o exercício da docência nesses contextos, considerando os conhecimentos científicos e técnicos, atrelados aos saberes populares, tradicionais e culturais como significativos para a formação dos

sujeitos do campo.

4 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral:

- Formar educadores e educadoras que possam atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, na Gestão Escolar das escolas do campo e em espaços não escolares relacionados às áreas rurais, comprometidos com a realidade e valorização cultural, com a vida e trabalho dos sujeitos que vivem no campo.

Objetivos específicos:

- Estabelecer diálogo entre a área pedagógica e as demais áreas de conhecimento, com o propósito de favorecer o planejamento, a execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades, projetos e experiências educativas próprias da atuação do educador do campo;
- Desenvolver o processo de compreensão sobre a criança, o jovem e o adulto inseridos no contexto social e cultural, de forma a contribuir para seu desenvolvimento humano nas dimensões física, psicológica, intelectual, ética, cultural, social, dentre outras;
- Estimular o comprometimento com a ética e a organização democrática da sociedade, com a finalidade de desenvolver estratégias interventivas frente aos problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino e medidas que visem à superação da exclusão social no campo;
- Orientar o desenvolvimento de metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação de maneira a beneficiar a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional;

- Estabelecer parcerias com os sistemas de ensino públicos e demais entidades educativas para articular a formação inicial à formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, no intuito de instituir políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento profissional dos professores;
- Contribuir com a expansão da escola do campo e da sua identidade por meio de práticas educativas vinculadas ao contexto e à realidade cultural e social que a educação do campo se insere, ao reconhecer a cultura popular e os saberes presentes nos estudantes valorizando o trabalho e a vida na terra.
- Propiciar uma formação do educador do campo por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo a apropriação e a produção do conhecimento inerentes à natureza das práticas educativas escolares e não-escolares.

5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O perfil do formando em Licenciatura em Educação do Campo caracteriza-se pela sua prática educativa comprometida com a realidade social dos povos do campo, sendo um mediador entre a cultura das populações do campo e o conhecimento universal. Esse profissional tem o compromisso de levar para os seus espaços de atuação, sejam estes escolares e não-escolares, a reflexão teórica-prática que a concepção de Educação do Campo expressa, assim deve ser um agente transformador das realidades educacionais presentes no campo.

Ao mobilizar seus conhecimentos científicos e técnicos deverá ter a sensibilidade e reflexividade de contribuir com a mudança do local em que se insere, possibilitando que os sujeitos do processo educativo se reconheçam como sujeitos ativos da aprendizagem e partícipes na relação de ensino, e principalmente como sujeitos de direitos lhes revelando o direito a cidadania por meio de uma educação digna e de qualidade, por assumir o compromisso de construir uma educação contextualizada, crítica e engajada com a realidade do campo.

O Educador do Campo deverá ser o principal agitador e mobilizador social na resistência e defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para os povos do

campo, assumindo como papel fundamental a formação humana integral dos sujeitos do campo, em todos os seus espaços de inserção.

O profissional formado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (CAP/UERN) reconhece que a docência é a base fundante da sua formação e identidade, estando apto para atuar nas escolas das áreas rurais na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, na Gestão Escolar das escolas do campo e em espaços não escolares relacionados às áreas rurais, comprometidos com a realidade e valorização cultural, com a vida e trabalho dos sujeitos que vivem no campo.

O Educador do Campo entende que teoria e prática são duas dimensões integradas e inseparáveis, que em suas salas de aula e/ou em outros espaços de atuação a cultura e os saberes do campo são elementos imprescindíveis para se desenvolver uma educação crítica e contextualizada, articulada por meio do ato educativo que toma da realidade social elementos para refletir a teoria e prática.

Portanto, deve compreender o ato educativo como práxis marcadamente intencional e que se consubstancia através de um fazer profissional que, para ser efetivo em seus propósitos, demanda diálogo e atenção à autonomia/emancipação dos sujeitos envolvidos, como condição para que eles se expressem genuinamente.

Assim, este Projeto concebe a formação do Licenciado em Educação do Campo como uma ação direcionada pelo trabalho pedagógico, realizado tanto nos espaços escolares como nos não-escolares, tendo como referência, à docência. Ao mesmo tempo, leva em conta que o processo pedagógico é construído a partir de relações sociais, étnico-raciais e produtivas que exercem influência sobre os conceitos, princípios e objetivos da educação. Isto implica dizer, em conformidade com o Parecer do CNE, que:

A docência, tanto em processos educativos escolares como não-escolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais (Parecer CNE/CP n.º 05/2005, p. 7).

Portanto, o sentido da docência “se articula à ideia de “trabalho pedagógico”, a ser desenvolvido em espaços escolares e não-escolares” (AGUIAR et alii, 2006, p. 830). Por isso, a formação do Licenciado em Educação do Campo na UERN terá como foco principal a práxis.

Isto se justifica porque a noção de práxis, como ação e reflexão do ser “no sendo”, põe em destaque as finalidades do trabalho a ser realizado pelo Educador do Campo, as quais visam à mediação para a construção reflexiva de saberes (cf. THERRIEN, 1997). Desse modo, a formação é considerada como processo de aprendizagem de uma função eminentemente profissional e que buscará fomentar a compreensão no formando, em seu fazer, da ação pedagógica como uma construção permanente tendo em vista a emancipação social e a autonomia profissional. Logo:

[...] é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania. (...) Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder (...). Finalmente, é central a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática, em que a co-responsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares (Parecer CNE/CP n.º 05/2005, pp. 6-7)

Nesta direção, aspiramos à formação de um profissional que seja capaz de dominar esses saberes acima referidos e que possa transformá-los, reconfigurando-os a cada contexto em que suas funções sejam requisitadas, sempre por meio de uma postura ética, a qual deverá ser a sustentação da sua práxis. Assim, “o domínio de saberes”, “a transformação de saberes” e “a atuação ética” constituir-se-ão elementos essenciais no processo de uma formação de qualidade desse profissional no âmbito da UERN, haja vista a busca pelo desenvolvimento consciente da ação e da reflexão sobre a realidade educativa.

Buscando atender os instrumentos normativos postos na legislação educacional, definimos como princípios da formação do licenciado em educação do campo as dimensões: relação teoria-prática; compromisso público de estado; democracia; regime de colaboração; contextualização; interdisciplinaridade; equidade; atualização e aperfeiçoamento, e ensino, pesquisa e extensão. A partir desses princípios determina-se a qualidade da formação do Educador do Campo na UERN.

Ao tentar estabelecer um significado entre o que aprenderá no curso de Educação do Campo e o que fará dentro e fora da escola, o Licenciado em Educação do Campo deverá ser capaz de ressignificar essa aprendizagem em função de sua atividade junto aos outros sujeitos com os quais estabelecerá uma relação profissional e educativa. Esperamos, desse modo, que tal ressignificação tenda a ser influenciada pela diferença entre as lógicas da prática, com suas relações e sentimentos, e as lógicas controladoras das técnicas e planos educacionais. Por isso, o Curso deverá também promover uma reflexão sobre a condição ética do profissional da Educação do Campo, sobre o que o move para sua atividade e em quais condições ele irá desenvolvê-la.

Isto se justifica porque o direcionamento dado aos processos de gestão pedagógica e de ensino-aprendizagem, ao abarcar tomadas de decisões e intervenções de caráter político-ideológico, é suscetível de afetar a concepção de vida e de mundo dos sujeitos neles envolvidos (cf. THERRIEN & THERRIEN, 2000; THERRIEN, LOIOLA E MAMEDE, 2004). Importa, portanto, ter em atenção que a tríplice relação com o saber que buscamos operacionalizar – “o domínio de saberes, a transformação de saberes e a atuação ética” – tece as características eminentemente profissionais do trabalho do Educador, sistematizadas como se segue:

- Atuação na docência da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e suas diversas modalidades de ensino, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino;
- Empreendimento da pesquisa científica, principalmente nas áreas básicas de sua formação, docência, gestão educacional e áreas correlatas, incorporando,

criativa e coletivamente, os produtos desse processo reflexivo em outras instâncias sociais onde a educação ocorra;

- Atuação no âmbito da Gestão Educacional, de modo a subsidiar os Sistemas de Ensino no que concerne ao planejamento, coordenação, organização, avaliação e implementação de programas e projetos educativos, mediante as demandas dos contextos locais;
- Atuação na articulação entre a escola e a sociedade, analisando e executando projetos educativos advindos das parcerias com Sistemas de Ensino, Empresas, Escolas e outras instituições.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UERN tem como meta formar o Educador do Campo de modo integral para atuar na docência da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e suas modalidades de ensino, bem como na gestão dos processos educativos, escolares e não-escolares, e na produção e difusão do conhecimento do campo educacional.

Para atuar nos mais diferentes espaços e momentos da prática educativa, sejam esses formais ou não-formais, a experiência do Educador deve se tornar sempre uma referência para a reflexão. Em outras palavras, e como já assinalado, esperamos que a prática desse profissional não esteja dissociada da teoria e, por isso, deverá ser práxis.

Enfim, o perfil do Educador do Campo a ser formado pela UERN requer que ele esteja habilitado para tratar das demandas da atuação docente, dos desafios postos pela prática educativa em diferentes contextos e da gestão educacional.

6 COMPETÊNCIA E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Em conformidade com a Resolução nº 02 de 20 de dezembro de 2019 que trata da BNC-Formação (BRASIL, 2019) egressos dos cursos de licenciaturas, devem desenvolver competências gerais, como abordadas anteriormente, e para isso, precisa se apropriar das competências específicas que estão agrupadas em três dimensões fundamentais: Conhecimento profissional, prática educacional e

engajamento profissional.

Competências da dimensão do conhecimento profissional:

- I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

Competência da dimensão da prática profissional:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
- IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

Competências da dimensão do engajamento profissional:

- I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Em conformidade com a Resolução do CNE/CP N. 01/06, Art. 5º e da Resolução nº 02 de 1º de julho de 2015 que trata das diretrizes para formação inicial e continuada, o egresso do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UERN deverá estar apto a:

- atuar com ética e compromisso, visando a construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- compreender seu papel no desenvolvimento das aprendizagens dos alunos da

Educação Infantil e do Ensino Fundamental em todas modalidades, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

- participar do debate sobre as questões educacionais, e em especial sobre a educação do campo;
- dominar os fundamentos históricos, filosóficos e científicos que influenciam o pensamento pedagógico, especialmente a construção da Educação do Campo, a fim de promover uma prática pedagógica comprometida com essa concepção de educação;
- trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos, nas suas relações individuais e coletivas;
- aplicar modos de ensinar diferentes linguagens – Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, Tecnológica, LIBRAS, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;
- relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- promover e facilitar relações de cooperação entre a escola, a família, a comunidade e outras instituições educativas;
- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, dentre outras;
- demonstrar consciência da diversidade e busca pela inclusão ao respeitar as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas

geracionais, grupos minoritários, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientações sexuais, dentre outras;

- atuar na gestão das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas pedagógicos;
- participar da gestão das instituições de educação básica em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico, considerando os ambientes escolares e não-escolares;
- agregar a esses espaços, os ambientes culturais, científicos, e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção do conhecimento;
- utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática, envolvendo a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e aprender em diferentes meios ambiental/ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- ler e discutir referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para compreender e apresentar propostas e dinâmicas didático pedagógica em seus espaços de trabalho;
- utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- estudar e aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais as quais lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;
- implementar teórico-metodologicamente estratégias pedagógicas pertinentes à realidade da Educação do Campo.

7 PRINCÍPIOS FORMATIVOS

A concepção aqui atribuída a princípios formativos refere-se às proposições básicas que fundamentam a formação do educador do campo, as quais servem de alicerce e parâmetro para orientar e inspirar a organização do Curso de Educação do Campo, bem como seu processo de implementação e acompanhamento. Assim, estão elencados os princípios formativos: 1) Compromisso público de Estado; 2) Democratização; 3) Colaboração; 4) Relação teoria e prática; 5) Contextualização; 6) interdisciplinaridade; 7) Equidade; 8) Aperfeiçoamento profissional; 9) Ensino, pesquisa e extensão.

7.1 Compromisso Público de Estado

O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UERN tem o compromisso de formar o docente para atuar na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e na gestão dos processos educativos em espaços escolares e não escolares nas áreas rurais, compreendendo as modalidades da educação básica (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação indígena, Educação para Comunidades Quilombolas e ribeirinhas etc) e considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica. A formação inicial se tornou a partir da LDB de 1996 uma exigência para o professor atuar lecionar na educação básica. Essa determinação torna público o compromisso do Estado com a formação de profissionais da Educação.

Para cumprir com esse compromisso, o Estado instituiu em 2009 a Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica, sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento de programas de formação inicial e continuada pelo Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009). Um dos princípios dessa política é ampliar o número de docentes da Educação Básica pública para conquistares a licenciatura em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial, podendo ser realizada também, a distância.

A UERN sendo uma instituição pública se ajusta as diretrizes curriculares nacionais de formação inicial e continuada de profissionais da educação para atender as exigências também da política nacional de formação. Ela faz parte da Rede Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Renafor), assumindo o compromisso quanto a formação inicial mediante o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). Assim, assumimos junto ao Estado o compromisso público e político com a formação dos profissionais da educação no intuito de contribuir com a melhoria da qualidade da educação equalizando as oportunidades de formação inicial e continuada.

7.2 Democratização

Formar profissionais para o magistério comprometidos com o projeto social, político e ético que contribua para a relações democráticas, inclusiva e que promova emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais. O formando em Educação do Campo trabalhará com um repertório de informações e habilidades que deverá estar pautado em princípios que propiciam o exercício da profissão, dentre os quais se destaca a democratização. Entende-se esse princípio como a possibilidade de oferecer ao formando as condições adequadas para a participação na gestão do processo educativo, considerando-se a compreensão de seu papel como sujeito que se insere numa dada realidade de maneira crítica, participativa e transformadora.

Democratizar o ensino no Curso de Licenciatura em Educação do Campo não se limita apenas à oferta de vagas. Numa compreensão mais ampla, direciona-se para a formação de um profissional habilitado para: o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigação de interesse da área educacional; a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

A competência do professor que se pretende formar deve estar pautada em princípios de ética democrática que revelem a dignidade humana, a justiça, o respeito mútuo, a participação, a responsabilidade, o diálogo e a solidariedade que permitam

ao indivíduo atuar tanto como profissional quanto como cidadão.

Esse entendimento é revelador de que a universidade só tem sentido se ela tiver, efetivamente, uma prática social interventiva na realidade, firmada no compromisso de transformá-la. Na avaliação de Graciani (2006), não há mais sentido para as universidades somente construir grandes teses, num país de analfabetos. Segundo a autora, é preciso atentar para a importância do compromisso social com a formação, com a investigação, para que isso possa realmente se reverter na mudança que a sociedade precisa, pois possibilita conhecer de perto a realidade em que o educador do campo vai atuar.

A formação do educador do campo que atuará nessa sociedade deve estar voltada para a conscientização de que “a escola é uma instituição social que apresenta unidade em seus objetivos (sócio-políticos e pedagógicos), interdependência entre a necessária racionalidade no uso dos recursos (materiais e conceituais) e a coordenação do esforço humano coletivo” (LIBÂNEO, 2001, p. 78). Considera-se, então, que a formação do educador do campo não pode divergir dos objetivos básicos da escola e da educação, os quais dizem respeito à construção do conhecimento e ao desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, éticas e afetivas.

7.3 Colaboração

Manter parceria com o Ministério da Educação (MEC), instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino para contribuir na efetivação dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. A proposta do governo central é que a formação docente ocorra em Regime de Colaboração entre as demais instâncias federativas. Esse regime está posta na Constituição Federal de 1988, mas esta não apresenta definições das responsabilidades de cada ente federativo.

É apresentado como estratégia que propicia o estabelecimento de relações democráticas pelos entes federados, os quais, teoricamente, são iguais e autônomos, estruturados em bases horizontais e de cooperação. Assim, na constituição de um Estado Federativo devem-se estabelecer relações de interdependência entre os entes

federados, segundo as quais, simultaneamente, ocorre à divisão de responsabilidades e a garantia da integralidade do Estado nacional. Os fundamentos do federalismo dizem respeito à distribuição de competências e de recursos financeiros entre os governos subnacionais diante das disputas entre o nacional, o local e os interesses das elites políticas nesses campos (ARAÚJO, 2010).

A UERN sendo uma instituição de ensino superior que está vinculada a Renafor realiza em colaboração com a União, o Parfor que é um programa de formação inicial voltado para a formação inicial de professores em caráter emergencial e presencial e o processo formativo é realizado em serviço. A colaboração da UERN é técnica pois não tem autonomia financeira. É uma instituição que necessita da colaboração financeira dos entes federativos para realizar os programas formativos como Parfor, Pibid, Residência Pedagógica (RESPED), os cursos de aperfeiçoamento, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e demais políticas que emitem o pagamento de bolsas de incentivo aos alunos e professores.

7.4 Relação teoria-prática

Garantir um padrão de qualidade na formação docente mediante um ensino que possibilite a articulação entre teoria e a prática, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, mantendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A docência é uma profissão que se aprende desde que se entra na escola pela primeira vez, através da observação do comportamento dos professores. O aluno, quando chega ao processo de formação inicial, leva não somente seus conhecimentos prévios sobre a prática docente, como também uma epistemologia, da qual irá utilizar-se para construir seus conhecimentos sobre a sua profissão. Neste sentido, “a pretensão de integrar ambos os conhecimentos em um só tipo escolar, ou a de fazer o conhecimento escolar substituir o cotidiano, dificilmente dará resultado, além de ser muito questionável” (RODRIGO, 1998, p.235).

Um dos pontos centrais desse debate está em conceber os programas formativos como espaços legítimos das relações sociais e formas de socialização de

conhecimentos, desafiando o futuro profissional do ensino, como agente privilegiado na formação dos processos educativos intencionalmente adotados pelas escolas, a rever, de forma reflexiva e crítica, sua práxis docentes, enquanto um dos mecanismos para garantir seu desenvolvimento profissional.

Lucarelli (2001) alerta que a articulação teoria e prática como inovação na formação inicial do professor manifesta-se na prática profissional, bem como em estratégias pedagógicas. Na prática profissional, através da resolução de problemas significativos presentes no cotidiano docente, cujo desafio está em reconhecer determinadas características da profissão em diferentes condições históricas. Isto possibilita identificar e refletir o quanto as práticas pedagógicas “tradicionais” fazem-se ainda presentes no cotidiano, ao mesmo tempo em que se evidenciam a distância, na maioria dos casos, de características pedagógicas que expressem uma atuação docente numa perspectiva mais emergente.

As estratégias pedagógicas para articular teoria e prática emergem de momentos relativos à construção de conhecimentos interdependente, num verdadeiro processo dialético: destaca-se a alternância de espaços dedicados ao tratamento teórico dos temas, com outros onde a análise da realidade e a prática sobre ela também geram reflexões, indagações e questionamentos teóricos.

Requer a inclusão de espaços curriculares e situações de ensino e aprendizagem de maneira que ocorra a “reflexão na ação”, a fim de que se propicie a realização do “prático-reflexivo”, para que o aluno assuma o perfil profissional em função da incerteza que lhe apresentará o futuro na realidade de trabalho e, assim, possa entender a partir de situações diversificadas como pensam os profissionais quando atuam.

Segundo Paulo Freire (1979), conhecer os níveis de pensamento dos alunos, suas habilidades, seus sentimentos, pode favorecer um ensino efetivo, uma vez que a práxis resgata seus problemas em torno de temas geradores da sua vida cotidiana (aqui especificamente problemas relacionados ao ensinar e ao aprender) e em função dos estudos acadêmicos, o conteúdo de ensino é apurado dialogicamente com os alunos, relacionando o epistemológico à realidade.

Nessa perspectiva, a articulação teoria e prática na formação inicial do

professor aponta para formas alternativas da didática. Uma simples atividade de exemplificação pode desencadear um significado diferente para os alunos, desde que o conteúdo e o tipo de aprendizagem que se pretende estejam sintonizados com o desenvolvimento de determinadas estruturas do processo de cognição humana (ensinar e aprender conceitos, por exemplo, requer estratégias didáticas diferentes para o ensinar e o aprender procedimentos ou habilidades de estudo): estas estruturas inserem-se em outras mais complexas, como a resolução ou a produção de situações problemas, ou a análise crítica de outras produções, promovendo, assim, situações de aprendizagens mais complexas, que demandam o pensamento crítico e reflexivo do aprendiz.

Esses pontos em comum, que estabelecem a relação teoria e prática relativa ao ensinar e o aprender na universidade, constituem-se enquanto essência deste Curso, uma vez que a Educação do Campo é compreendida como a teoria da prática educativa.

7.5 Contextualização

Inserir os alunos nas instituições de educação básica e as entidades formativas por ser espaços privilegiados de práxis docente e que garante uma melhor articulação entre os conhecimentos científicos e as vivências das práticas. Nesse sentido, o currículo do Curso e sua organização precisam ser repensados de modo a integrar disciplinas, situar saberes e abrir inúmeras possibilidades para a construção efetiva do conhecimento na área.

Ao tomarmos o princípio da contextualização como alvo de nossa reflexão, podemos dizer que ele é o responsável por orientar a organização do currículo na devida adequação dos conteúdos às características regionais e locais onde se desenvolve. Essas características são importantes na medida em que guardam relações com a vida dos formandos, permitindo que o currículo transforme-se em um confronto saudável entre os saberes: tanto os dos estudos básicos quanto os do aprofundamento e diversificação de estudos. Por conseguinte, é a contextualização que nos permitirá pensar o currículo com base em uma ideia distante daquela em que

o mundo está organizado pela certeza do conhecimento, pela medida e definição precisa das coisas, fugindo à experiência confusa, vaga e incerta do sujeito humano.

Com base nessa orientação, o princípio da contextualização leva-nos a entender também que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, ao invés de considerar a docência como um fim, toma-a como base para ampliar o desenvolvimento profissional do educador. Isto se explica pelo fato de que a aprendizagem do sujeito é situada e, por isso, o futuro profissional precisa entender, tal como sugere Oliveira-Formosinho (2007), a pedagogicidade existente tanto nos espaços quanto nos materiais com os quais se irá trabalhar. Afinal, segundo a autora, “esses elementos são importantes para criar uma outra visão da criança e do professor, do ensinar e do aprender” (p. 23).

Nesse sentido, a escola torna-se para o educador em formação mais que um espaço físico, ela se constituirá em um contexto social no qual circulam metas, memórias, valores e intencionalidades múltiplas. Ora, se a cultura é inseparável do contexto, como nos diz Oliveira-Formosinho (*idem*), então o segundo (contexto social) funciona como um elemento constituidor do primeiro (espaço físico/escola) e, por isso, torna-se também espaço de formação. Assim sendo, quanto mais relações forem estabelecidas pelo currículo entre os espaços educativos e os futuros educadores, melhores poderão ser vislumbradas as possibilidades de desenvolvimento profissional desses sujeitos. Além da criação desses significados, o princípio da contextualização preocupa-se com o fato de que o formando deve ser capaz de ampliar suas ações para outros espaços que vão além do chão da sala de aula.

7.6 Interdisciplinaridade

Garantir uma base teórica e interdisciplinar que reflita nas especificidades em que o educador do campo poderá ter acesso no exercício da profissão, assegurando organicidade ao trabalho. A interdisciplinaridade é uma categoria dialética e em processo de elaboração. É complexa e seu entendimento requer que se alicerce nas mais íntimas inter-relações, porque a interdisciplinaridade, como diz Fazenda (1993), é busca, é pesquisa, é comunicação, é síntese.

O enfoque interdisciplinar, compreendido como uma busca da construção de uma visão holística e dialética da realidade – esta vista como dinâmica e em permanente vir a ser, manifesta-se no contexto da educação como uma contribuição para a reflexão e o encaminhamento de solução às dificuldades relacionadas ao ensino e à pesquisa. No campo educacional, Luck (2003, p.59-60) compreende que o enfoque interdisciplinar “emerge da compreensão de que o ensino não é tão somente um problema pedagógico e sim um problema epistemológico”. Este se apresenta como possibilidade de promover a superação da dissociação das experiências escolares entre si, como também delas com a realidade social e com que é discutido nas universidades.

No campo da produção do conhecimento científico, a interdisciplinaridade é chamada a contribuir para superar a dissociação do conhecimento produzido e para orientar a produção de uma nova ordem de conhecimento. E no ensino constitui uma das condições para a melhoria da sua qualidade, por orientar-se na perspectiva da formação integral do homem. Posto isso, pesquisa e ensino contribuem para que o indivíduo assuma uma postura crítica perante os desafios sociais, por meio de uma abordagem interdisciplinar entre o conhecimento acumulado e as situações do cotidiano.

Desvendar a realidade é, então, o compromisso do pesquisador. Na prática, tal constatação abre espaço para o debate sobre o papel do educador, para além da natureza social de sua profissão, resultante da transformação de sua práxis e dos diversos saberes instituídos. Para tanto, a formação do educador pesquisador depende necessariamente de “saber modificar velhas concepções e procedimentos inadequados que impedem o rigor teórico-prático, desvirtuando as análises dos fenômenos sociais, culturais e políticos” (CALAZANS, 2002, p. 60).

Nesta perspectiva, educar e pesquisar ultrapassa a noção de diálogo apenas como instrumento de trabalho. A finalidade do aprendizado é resultado da interação entre as pessoas. Nesse caso, passamos da ideia de ensinar o que se sabe, para descobrir o que não se sabe, de forma a pensar na possibilidade de fazer com que o professor e o aluno convertam-se em aprendizes permanentes. Aqui, professor e aluno partilham da mesma experiência: descobrem e criam o que aprendem.

Há uma necessidade de preparar os alunos para serem produtores e criadores de conhecimentos, de maneira que a educação, como partilha na construção de saberes, perceba o momento de ousar. Isso requer desde cedo uma formação e aceitação da pesquisa educacional que oportunize o desenvolvimento da capacidade crítica, em que o aluno, ao encontrar um problema, seja capaz de formular e avaliar as hipóteses, dado o estímulo das novas descobertas.

Na verdade, é reforçar quão prazeroso é desvendar o mundo, o outro, a experiência interativa do cotidiano. A pesquisa, a fundamentação teórica, a coleta e o tratamento das informações, o compromisso e o interesse do pesquisador traduzem um processo formal e sistemático de desenvolvimento da prática investigativa, importante ao aluno na sua iniciação científica, na graduação.

7.7 Equidade

Garantir o acesso a formação inicial em Educação do Campo, articulada com ações de formação continuada dos profissionais da educação básica voltadas para educação infantil, ensino fundamental e gestão dos processos educativos em espaços escolares e não escolares, compreendendo as modalidades de ensino citadas, no intuito de diminuir as desigualdades sociais, regionais e locais.

Nesse sentido, a equidade compreende a ampliação do acesso ao Ensino Superior, especificamente no curso de Licenciatura em Educação do Campo, criando oportunidades de atendimento aos diversos tipos de realidades, em ênfase a das áreas rurais, como também a extensão da atuação do educador durante e pós a formação inicial.

Assim, a equidade vista como uma perspectiva formativa contribui para a realização de um trabalho voltado para a busca da eficiência pautada na interação, na relação dialógica, na qual o papel do educador é concretizar ações coerentes e consistentes à construção de conhecimentos, exercendo a função de mediador na interação dos alunos entre si, o meio social, os objetivos e os instrumentos do conhecimento, equalizando-se, sobretudo, na epistemologia e contextualização social do saber, tendo como premissa fundamental o planejamento e o desenvolvimento de

projetos e programas pedagógicos.

Nesse íterim, construir uma prática pedagógica baseada na equidade a partir de valores éticos e políticos na formação de cidadãos requer um educador capaz de ressignificar sua prática mediante a ação-reflexão-ação, elucidando competências que lhe proporcionem uma atitude crescente de autonomia e valorização profissional, conscientizando-se do processo formativo do sujeito em sua totalidade, articulada com a realidade e constituída pelo compromisso com a vida dos estudantes.

7.8 Aperfeiçoamento Profissional

Manter o currículo do curso atualizado para garantir ao educador do campo o acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais por reconhecer os profissionais do magistério como agentes formativos de cultura.

Para se ajustar a demanda do mundo contemporâneo, é imprescindível, conforme sugere Gadotti (2001, p. 118), preparar os estudantes para o respeito à diversidade. Veja-se o que afirma o autor:

A escola precisa formar o cidadão para participar de uma sociedade planetária. A escola deve ser o local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto de chegada, isto é, deve valorizar a cultura local – a cultura primeira do aluno – e redimensioná-la na relação com outras culturas, não ficando, portanto, apenas nela.

O ambiente institucional precisa ser propício à aprendizagem, adaptar-se à necessidade do educando, considerando o contexto sociocultural. Isso é essencial porque a globalização exige cada vez mais uma abordagem heterogênea na construção do conhecimento, uma vez que pessoas com diversas habilidades formam o todo capaz de sobreviver aos desafios inerentes ao mundo atual.

Sob essa ótica se faz relevante saber que todos devem estar a serviço do processo de ensino e aprendizagem na escola, numa relação dialógica, com vistas a refletir acerca dos problemas da instituição. Assim, é necessário que o educador do campo adote como referencial a reflexão sobre sua prática. Nesse sentido, Perrenoud (2002, p.63) defende:

A prática reflexiva, como seu nome indica, é uma prática cujo domínio é conquistado mediante a prática. É claro que é importante nomeá-la, suscitar uma adesão a essa figura particular do profissional. Contudo, o passo decisivo só é dado quando a reflexão transforma-se em um componente duradouro do habitus [...].

Ao tentar dar sentido a essa reflexão, de forma a proporcionar sua internalização, tornando-a natural, espontânea e indispensável, o mesmo autor apresenta dez elementos que justificam a importância da prática reflexiva e subsidiam o professor a apropriar-se dos recursos adequados ao enfrentamento das diversas dificuldades presentes no trabalho pedagógico. São eles:

- *Compensar a superficialidade da formação profissional* – ressignificar o processo de ensino e aprendizagem através da reflexão sobre os conteúdos, dando sentido ao fazer pedagógico;
- *Favorecer a acumulação de saberes de experiência* – refletir com vistas a aproveitar da prática os pontos positivos, eliminar os negativos e construir novas estratégias inerentes a esse processo, reconstruindo e desconstruindo crenças;
- *Tornar possível uma evolução para a profissionalização* – conscientizar-se de que o conhecimento é inacabado, e pode ser lapidado e redimensionado a cada dia, e dessa forma enaltece a importância do aperfeiçoamento profissional;
- *Preparar para assumir uma responsabilidade ética e política* – refletir e questionar sobre a prática, reivindicando os recursos para melhorá-la, bem como respeitar a diversidade.
- *Poder enfrentar a crescente complexidade das tarefas* – aceitar a realidade e enfrentar os desafios impostos pela sociedade globalizada;
- *Ajudar a viver um ofício impossível* – fazer o que está ao seu alcance, com ousadia para transformar sua realidade;
- *Oferecer os meios de trabalhar sobre si mesmo* – ter autoconhecimento para se permitir avaliar-se e refletir sobre si mesmo, conhecer e assumir suas crenças para reconstruí-las ou desconstruí-las, num constante processo de formação;
- *Estimular para enfrentar a irreduzível tarefa do aprendiz* – compreender o que se é e aceitar que sempre se pode melhorar;
- *Possibilitar a cooperação com colegas* – saber ouvir o outro, aceitar sua

opinião e expor seu pensamento, enfrentando o conflito como uma ação positiva;

- *O aumento das capacidades de inovação* – enfrentar o novo como contribuição necessária à prática pedagógica, sem medo de transformar-se.

Nessa perspectiva, o fazer pedagógico assume uma abordagem sociointeracionista, pois de acordo com Vygotsky (1997, p. 57) considera a aprendizagem “o processo pelo qual o indivíduo adquire informação, habilidades, atitudes, valores etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas”. Assim, institui na prática crítico-reflexiva, o transformar-se como norte, com vistas a atingir o objetivo comum a todos inseridos no contexto institucional: proporcionar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de forma inclusiva.

A esse respeito, Silva e Garcia (2007, p. 294) se pronunciam:

O professor não pode descuidar de uma educação que promova o combate ao preconceito, em todas as suas formas, e, em especial, o preconceito linguístico, fazendo de sua postura e prática em sala de aula, um testemunho de respeito à pluralidade de pensamentos e expressões. O reconhecimento do valor das diversas variedades linguísticas que circulam entre aqueles que pisam o chão da sala de aula, deve ser entendido como elemento enriquecedor da nossa história e indicativo da complexidade que compõe uma sociedade na qual as diferenças contribuem para a riqueza cultural.

Nesse sentido, evidencia-se a importância do respeito às diferenças, que também se manifestam na linguagem. Combater o preconceito e estimular o respeito à diversidade deve ser a política do profissional da educação.

Assim, é necessário repensar as estratégias de ensino, com enfoque na construção do conhecimento a partir da valorização da subjetividade dos futuros educadores do campo, mediante uma prática de ensino, atividades de pesquisa e extensão que estimule à reflexão e a ação crítica.

7.9 Ensino, Pesquisa e Extensão

Garantir o efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, mediante a articulação entre ensino, pesquisa e extensão que são princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e

das práticas educativas. A formação de indivíduos em uma perspectiva acadêmica, profissional e cidadã tem sido amplamente discutida nas instituições de ensino superior. No bojo dessas discussões apresenta-se como consenso a formação alicerçada em atividades de ensino, pesquisa e de extensão. A pesquisa, princípio indispensável da formação profissional, constitui-se em mecanismo necessário à produção de conhecimentos que, em interação com o ensino e práticas extensionistas que estarão voltadas para a formação continuada, integrando conhecimentos teóricos a atividades práticas, contribuindo com o processo de transformação da sociedade.

Na sociedade contemporânea, a formação acadêmica precisa articular uma competência científica, proporcionada através da apropriação dos conhecimentos que fundamentam uma dada ciência, processo que requer domínio da evolução histórica da respectiva ciência, domínio dos métodos e linguagens, em cuja base de fundamentos pode-se construir o “aprender a aprender”, condição para o exercício profissional criativo e busca permanente à atualização.

O processo de construção do conhecimento no espaço da formação acadêmica exige que seja oportunizado aos que dela participam a capacidade de “ampliar a percepção da realidade” através da articulação entre práticas investigativas, disciplinas e projetos de intervenção e de cursos de aperfeiçoamento para o aprimoramento profissional, a qual conduz a uma formação de múltiplas abordagens, tendo em vista que a complexidade do processo educacional não é específica de um componente curricular, nem de momentos dicotômicos entre teoria e prática, no processo de formação.

Nesse enfoque, prima-se por uma estruturação curricular que proporcione a articulação permanente da tríade ensino-pesquisa-extensão, permitindo a incorporação de formas diversificadas de aprendizagens presentes na dinâmica realidade social.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular deste PPC segue as definições apontadas na Resolução 026/2017 - CONSEPE/UERN (UERN, 2017), as Diretrizes Curriculares

Nacionais para as licenciaturas (BRASIL, 2006); as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira instituída pela Resolução do CNE/CES nº 18 de 7 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), RESOLUÇÃO Nº 25/2017 - CONSEPE que Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e a Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação (BRASIL, 2020).

Todas essas normativas tem a finalidade de garantir ao aluno, não somente a inscrição em ofertas de componentes curriculares, mas uma formação cujos componentes e demais atividades curriculares estejam sustentadas por determinados princípios formativos, como: interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, relação teoria e prática, democratização e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A inserção das UCEs nos currículos de licenciaturas vem atender as prerrogativas legais, que impõe que a formação de professores ultrapasse a visão de via única cujo ensino é supervalorizado na formação acadêmica e entende a importância da extensão universitária, tanto sob o ponto de vista dos interesses das instituições de Ensino Superior em enriquecer as aprendizagens dos discentes associando-as a atividades práticas, quanto da sociedade que tem acesso a diversos serviços que visam o exercício da cidadania e dos direitos humanos.

Neste sentido, a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Campus Avançado de Patu, irá propiciar uma formação mais dinâmica para o aluno e ao mesmo tempo, mais próxima do estudo dos fenômenos que constituem a realidade educacional. Esta estrutura está organizada através de Eixos Formativos e de Núcleos de Estudos, cuja compreensão impõe à formação um processo de constante conexão e dinamicidade entre as diversas atividades curriculares e os componentes curriculares.

8.1 Disciplinas

Quadro 1 – Unidades de estruturação didático-pedagógica

| UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (ART. 21 DO RCG) | | CARGA HORÁRIA |
|---|-----------------------------------|------------------------|
| Disciplinas (RCG, Art. 49) | Obrigatórias | 2.075h |
| | Optativas | 120h |
| | Eletivas* (RCG, Art 49, Inc. III) | Não há previsão no PPC |
| Atividades da prática como componente curricular (RCG, Arts. 28-29) OBS: Para licenciaturas. | | 400h |
| Estágio curricular supervisionado obrigatório (RCG, Arts. 30-31) | | 405h |
| Trabalho de conclusão de curso (RCG, Arts. 32-33) | | 120h |
| Atividades complementares (RCG, Arts. 34-36) | | 200h |
| Atividades curriculares de extensão (Res. 25/2017 – CONSEPE, de 21/06/2017) | | 360h |
| Carga horária total (sem as eletivas) | | 3.560h |

*Não contabilizar na carga horária total.

A organização curricular está baseada na finalidade de garantir ao aluno, não somente a inscrição em ofertas de componentes curriculares, mas uma formação cujos componentes e demais atividades curriculares estejam sustentadas por determinados princípios formativos, como: interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, relação teoria e prática, democratização e articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com esta finalidade, a estrutura curricular é capaz de propiciar uma formação mais dinâmica para o aluno e ao mesmo tempo, mais próxima do estudo dos fenômenos que constituem a realidade educacional. Esta estrutura está organizada através de Eixos Formativos e de Núcleos de Estudos, cuja compreensão, impõe à

formação um processo de constante conexão e dinamicidade entre as diversas atividades curriculares e os componentes curriculares.

8.2 Eixos formativos

Os eixos formativos constituem conceitos para a formação profissional, os quais se caracterizam como componentes contínuos e transversais no currículo que queremos desenvolver. Eles estão destinados a articular as partes do fluxo curricular como um todo, através de uma significativa visibilidade no âmbito dos conteúdos e das atividades que o compõem. Dito de outro modo, os eixos formativos assumem condição de conceitos orientadores e, ao mesmo tempo, mediadores entre o desenvolvimento profissional e pessoal do educador do campo e a apreensão das competências que lhes são próprias, entre elas, as competências docentes. Conforme essa compreensão, o presente Projeto Pedagógico para o Curso de Educação do Campo da UERN está constituído de quatro eixos articuladores que se desenvolverão nos eixos formativos, que tem a intenção de fortalecer a identidade do sujeito do campo e, principalmente a do docente do campo. São eles: **1) Ser Humano e Relação com o trabalho e a sociedade; 2) Cidadania, organização social, política e identidade do campo; 3) Educação como instrumento de mudança social; e 4) Docência na Educação do Campo.**

8.2.1 Ser Humano e Relação com o trabalho e a sociedade

O trabalho é uma construção social e ocupa um lugar na vida do homem. Defendemos a perspectiva de que o trabalho deve materializar a dignidade humana, na qual o Direito do Trabalho sinaliza o reconhecimento que todo trabalhador possui: a sua inclusão como condição de verdadeiro cidadão. Assim, é necessário ampliar o conceito de vida e dignidade, em um Estado de Direito que priorize o bem comum e os direitos da pessoa humana, face a uma sociedade organizada e democrática, tal como assinalou Hannah Arendt (1999, p. 17): “o que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição

de existência humana”.

Nesse sentido, o eixo formativo: Ser Humano e a Relação com o trabalho priorizará componentes curriculares que compreenda o direito ao trabalho como justiça social, com conteúdos que compreende a proteção real dos direitos, o princípio da dignidade da pessoa humana, os movimentos de luta pelo trabalho, a Reforma Agrária, e pelo reconhecimento e o aperfeiçoamento das condições humanas e de acesso ao mercado de trabalho, dentre outros temas, recusando todas as formas de violação de direitos.

8.2.2 Cidadania, organização social, política e identidade do campo

Esse eixo aborda os conteúdos que analisa às políticas públicas implantadas e implementadas para o campo brasileiro, compreendendo as comunidades camponesas como espaço formado por diferentes contextos econômicos, políticos e sociais, que exigem políticas econômicas e sociais diversas para o atendimento de suas necessidades. Possibilitará o licenciado compreender também o homem e a mulher do campo, como sujeitos políticos que participam das formulações, das críticas, reflexões e lutas por políticas públicas estruturadas para o desenvolvimento sustentável, que assegurem a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar. A participação política dos sujeitos do campo nas políticas públicas fortalece a afirmação da identidade do camponês, da camponesa e das suas formas organizativas, por favorecerem a vinculação das identidades coletivas e dos sujeitos como participantes de um movimento social que luta por terra, reforma agrária e, conseqüentemente, por uma produção do e no campo com base na agricultura familiar, no intuito de garantir a cidadania, respeitando as diversas formas de organização do campo.

8.2.3 Educação como instrumento de mudança social

A educação constitui um processo social, complexo e histórico concreto, em que tem lugar a transmissão e a apropriação da herança cultural acumulada pelo ser humano. Nesse contexto, a aprendizagem representa o mecanismo através do qual o

sujeito se apropria dos conteúdos e das formas da cultura que são transmitidas na interação com outras pessoas. Portanto, a educação, de um modo geral, pode ser descrita como uma prática cultural, haja vista cada sociedade desenvolver suas ações educativas de acordo com os elementos que, social e historicamente, lhe constituem e caracterizam.

Nesse sentido, a educação pode ser entendida como uma oportunidade para mudança social e se fundamenta em diversos paradigmas. Vivemos um momento de transformações estruturais como: globalização, revolução tecnológica, formação de blocos econômicos. É necessário democratizar essas informações a fim de dar ao homem condições que lhe permita entender os contextos históricos, sociais e econômicos em que estão inseridos. Esses pressupostos alicerçam o homem para uma perspectiva de inclusão social numa convivência justa e pacífica e de respeito às diferenças.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) acredita numa educação que contribua para a democratização através de um movimento de homens e mulheres que dedicam suas vidas a transformar a realidade. A educação pensada por Freire deve ser para a promoção do homem como sujeito-histórico, movido por um compromisso ético e político com a superação de todas as formas de opressão, sendo um dos fundamentos desta proposta de curso.

Assim, os conteúdos deste eixo priorizam a aprendizagem para a democracia, através do exercício cotidiano que contribui para própria existência do homem, o que implica em aprender democracia pela prática da participação, possibilitando o exercício direto do poder, sem autoritarismo. É importante que o educando encontre segurança e abertura para que possa falar e reconhecer nas experiências com os outros, as que lhes são particulares. A educação, como diretriz para mudança social, perpassa este projeto pedagógico do curso, a qual deve ser articulada por uma gestão participativa que visualize a dinamicidade do currículo na comunidade escolar e de seu entorno.

8.2.4 Docência na Educação do Campo

O paradigma da Educação do Campo, contrapondo-se ao paradigma da Educação Rural, preconiza: 1) a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor; 2) a valorização e o respeito à existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola (MEC, 2007).

Esses redirecionamentos devem reencaminhar a valorização dos diferentes saberes dos estudantes camponeses; a formação de sujeitos articulados a um projeto de emancipação humana; a promoção de tempos e espaços de formação que considerem a relação entre os conhecimentos formal (conteúdos sistematizados apropriados no ambiente acadêmico, escolar, previamente demarcado), informal (conteúdos que se aprendem no processo de socialização: igreja, família, comunidade etc.) e o não formal (conteúdos que se aprendem no mundo da vida, via processos de compartilhamentos de experiências em espaços e ações coletivas), objetivando vincular a escola à realidade dos sujeitos do campo de forma a contemplar estratégias para o desenvolvimento sustentável ligado aos interesses do campo e não aos do sistema agrário capitalista (ARROYO, CALDART & MOLINA, 2004; FERNANDES, 2006; MEC, 2005, 2007, 2008).

Nesse eixo formativo, os conteúdos propostos visam promover o debate nos aspectos teóricos e metodológicos sobre temas que possibilite a qualificação docente atenda às exigências do contexto mundial e nacional, ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável de suas comunidades, das escolas camponesas e dos alunos.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo foi organizado de forma coletiva respeitando os diferentes espaços de formação para planejar, socializar e sistematizar as práticas pedagógicas, ou seja, ação-reflexão-ação permitirá a interlocução de forma permanente entre o coletivo envolvido (docentes, discentes, coordenação etc).

Essa proposta se fundamenta em uma perspectiva de educação com características ideológica e caráter político que possibilite mudanças de comportamento que ressignifique ações sociais e comprometida com a formação de

sujeitos para atender a sociedade. Diante dessa compreensão, os quatro (04) eixos formativos se entrelaçam com a intenção de fortalecer a identidade do sujeito do campo e, principalmente, a do docente do campo, como é possível observar.

Esses eixos serão ressignificados durante a realização dos Núcleos de Estudos (Formação Geral, Aprofundamento e Diversificação de Estudos, e Integradores), buscarão dar uma visão ampla do processo educativo como uma prática cultural, na qual estão presentes os elementos que constituem a sociedade no seu todo, quais sejam, elementos de natureza histórica, filosófica, econômica, cultura, antropológica, psicológica, social, política, linguística, etc. Tais elementos contemplam, por conseguinte, os saberes que caracterizam e fornecem uma sustentação epistemológica aos processos de ensino e aprendizagem dos alunos das comunidades campestre, já que englobam as teorias, os ditames legais para o exercício da docência, em particular, e o conjunto de saberes que se fazem necessários à gestão educacional.

Para isso, o professor formador deverá também assumir a condição de ser um mediador na produção de sentidos e de saberes. Daí nasce a importância da prática de pesquisa no referido curso, para que, através da mediação pedagógica dos formadores, possa se promover a transformação das informações em conhecimento e destes em saberes.

8.3 Núcleos de estudos

Os núcleos de estudos são compreendidos como parte constitutiva de todo o currículo, cuja função consiste em nortear o processo acadêmico de formação, sem perder de vista seu caráter de “unidade” articulado em função dos eixos e princípios formativos.

A dinâmica curricular do Curso de Educação do Campo se constituirá da formação docente enriquecida por atividades integradoras, privilegiando, conteúdos que favoreçam a compreensão do contexto histórico e sociocultural necessários à reflexão crítica sobre a educação e o aprendiz campestre.

Embora organizado em três núcleos de estudos distintos (formação geral,

diversificação e aprofundamento, e integradores), o processo acadêmico de funcionamento do Curso aponta que a formação do professor para atuar nas escolas do campo não ocorre por meio de núcleos separados entre si, mas em função de inter-núcleos, de modo a formar para o exercício integrado e indissociável da docência e da gestão em processos educativos escolares e não-escolares, bem como, da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

O currículo de Educação do Campo, atendendo a preceitos legais, define três núcleos de estudos com sua respectiva abrangência, composição e carga horária, como podemos observar no quadro a seguir:

Tabela 01 - Especificação da Organização Curricular

| NÚCLEO DE ESTUDOS | EIXOS FORMATIVOS | COMPONENTES CURRICULARES/ATIVIDADES | CARÁTER |
|--------------------------|--|---|----------------|
| FORMAÇÃO GERAL | Ser Humano e Relação com o trabalho e a sociedade | Orientação para Educação a Distância (EAD) Metodologia do Trabalho Acadêmico Psicologia Social História da Educação Brasileira Ética na Educação Sociologia da Educação Filosofia da Educação Políticas e Legislação da Educação Básica Cultura Brasileira Antropologia e Educação Pedagogia histórico-crítica Psicologia do Desenvolvimento Psicologia da Aprendizagem | Obrigatório |
| | Cidadania, organização social, política e identidade do campo | Sociologia do Trabalho e Rural Fundamentos da Educação do Campo Movimentos Sociais e Educação do Campo Currículo da Educação Básica Educação Inclusiva Sociolinguística | Obrigatório |
| | Educação como instrumento de mudança social | Gestão e Planejamento educacional Didática Pedagogia da Alternância Gestão da Escola do Campo História e Geografia do Rio Grande do Norte Educação pela Arte e Expressão Cultural Educação Sócio Ambiental Educação para Diversidade | Obrigatório |
| | Docência na Educação do Campo | Alfabetização e Letramento Ensino de História e Geografia Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos Concepções e Práticas de Educação Infantil Ensino de Língua Portuguesa Ensino da Matemática Criança: Linguagem oral e escrita Criança: Linguagem e Matemática Estágio Supervisionado I (EJA) Estágio Supervisionado II (Educação Infantil) Estágio Supervisionado III (anos iniciais do Ensino Fundamental) | Obrigatório |

| | | | |
|---|-----------------------|--|--|
| | | Nutrição na Alimentação Escolar Currículo da Escola do Campo Ensino de Ciências Práxis do Docente da Educação do Campo Tecnologia e Mediação pedagógica Literatura e Infância LIBRAS | |
| APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS | Aprofundamento | Optativas I Optativas II Pesquisa e Prática I Pesquisa e Prática II Laboratório de TCC TCC Atividades de Extensão | Optativo Optativo Obrigatório Obrigatório Obrigatório Obrigatório |
| INTEGRADORES | | ATIVIDADES COMPLEMENTARES | Obrigatório |

Fonte: Secretaria do DE/CAP/UERN.

8.4 Formação geral

Está composto por um elenco de componentes curriculares dos quatro eixos abordados anteriormente que visa a formação geral do educador do campo pois é constituído de fundamentos teóricos e metodológicos que constitui-se conhecimentos e saberes sobre: Educação, Trabalho e Prática Docente, saberes docentes, contextualização sócio histórica da educação, tecnologia da comunicação e informação (TICs), processos educativos, sala de aula, interação, níveis e modalidades da educação básica, pesquisa e educação e políticas públicas em educação que objetivam formar um aluno crítico-reflexivo sobre a educação e a sociedade, voltadas para a educação do campo.

8.5 Atividades da Prática Como Componente Curricular

O Curso de Educação do Campo do Departamento de Educação, do Campus Avançado de Patu da UERN, apresenta em sua base curricular as atividades da Prática como componente curricular, que são as Pesquisas e Práticas II, estes componentes também fazem parte do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos.

Aprofundamento e Diversificação dos Estudos

Este núcleo de estudos combina orientações e determinações estabelecidas nas Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2015), com os resultados provenientes da análise de necessidades formativas para o Curso de Educação do Campo do CAP/UERN.

Portanto, diz respeito às oportunidades que o Curso oferece para diversificar e aprofundar os estudos dos alunos, seja através de componentes curriculares Optativos, Prática e Pesquisa I e II, Laboratórios e elaboração do TCC, que vão além da complexa relação conteúdo forma tradicionalmente adotada nos componentes curriculares.

Essa composição é guiada pelos princípios e eixos articuladores, aqui adotados, numa constante progressão acadêmica, capaz de inserir os alunos na compreensão da realidade educativa através do olhar fornecido pelas múltiplas teorias educacionais, de maneira a situá-los sobre os processos de aprender e ensinar desenvolvidos historicamente, processos esses vividos em diferentes realidades socioculturais e institucionais e que proporcionam fundamentos à prática pedagógica, à orientação e apoio ao aprendiz, assim como à gestão e avaliação de projetos educacionais.

8.6 Componentes Optativos

Os Componentes Curriculares Optativos propõem atender a interesses e necessidades individuais do formando. Elas têm a finalidade de complementar os estudos nas áreas de atuação do Educador do Campo na Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Gestão dos Sistemas de Ensino.

É obrigatória a integralização de 120 horas correspondentes aos Componentes Curriculares Optativos, seja em função do elenco ofertado pelo Departamento de Educação, seja através de outros Componentes Curriculares originários de outros Departamentos da UERN, de modo que o total da carga horária corresponda às horas mínimas aqui estabelecidas.

8.7 Pesquisa e Práticas (PP)

Os componentes Pesquisa e Práticas (PP) I e II estão orientadas a favorecer espaços para a pesquisa e a aprendizagem prática dos educadores do campo em formação, a partir do segundo ano do Curso. Busca-se proporcionar elementos concretos para a reflexão sobre o fenômeno educacional na sua complexidade, ou seja, parte-se do princípio que o conhecimento específico da área educacional não pode prescindir das dimensões práticas, básicas para a articulação interdisciplinar advindas das variadas teorias do social, do conhecimento e do ser cognoscente. Seu principal foco é o acompanhamento nas seguintes áreas de atuação do Educador do Campo, seja em espaços escolares e não escolares: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, educação inclusiva e Gestão dos Sistemas de Ensino.

As aprendizagens relativas à docência e à gestão do ato educativo ocorrerão no contato com uma rede de profissionais e instituições que atuam em distintos espaços de educação escolar e não escolar. Na segunda metade do curso, essas aprendizagens terão continuidade através dos Estágios Supervisionados, que se pauta na combinação aprendizagem do ofício e exercício pleno da atividade do educador.

Concebido como colaborador aprendiz junto a outros profissionais, o formando cumprirá um circuito que compreende o acompanhamento das práticas de profissionais habilitados nas seguintes funções:

- Docência na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, considerando as modalidades de EJA, educação do campo, educação especial e educação quilombola;
- Atuação em gestão do sistema de ensino em espaços não-escolar.

As PP serão desenvolvidas por pequenos grupos de estudantes, mediante fóruns online gerando aprendizagens de convívio próximo para o trabalho, numa atitude de corresponsabilidade junto ao profissional (atuante no campo de trabalho) o qual coordenará todo o acompanhamento das práticas; mediação e resolução de

conflitos; habilidades necessárias para desenvolver relações interpessoais com diferentes grupos.

Poderão ser encadeadas ações que produzam gradualmente:

- Diagnóstico e análise das práticas educativas encontradas nos espaços educativos, tomando como referência, por exemplo, os estudos dos componentes curriculares que estejam sendo ofertados no semestre em que as PP estarão sendo ofertadas;
- Observação, registro, reflexão, análise e produção de conhecimento acerca do contexto sócio educacional do município no qual se situa o estudante;
- Planejamento e execução de atividades educativas frente aos diagnósticos realizados.

As PP se constituem em uma atividade extensiva dos componentes curriculares que integram o 2º, e 4º períodos do Curso. Deverão ser planejadas pelos professores do período letivo correspondente, sob a responsabilidade de um Professor Coordenador cuja função está em articular o planejamento, a execução e avaliação desta atividade com os demais colegas.

Cada PP terá carga horária total de 60 horas-aula, sendo 30 horas destinadas para o aluno realizar o acompanhamento de profissionais no campo de trabalho (local ou em sua cidade de origem) e 30 horas-aula reservadas à orientação, socialização e discussão das práticas na sala de aula.

O estudante deverá receber até o primeiro mês do semestre letivo todas as orientações para sua atuação prática através de um Plano de Acompanhamento Pedagógico.

O processo avaliativo dos estudantes neste componente curricular poderá apresentar-se de instrumentos e sistemáticas diferenciadas. Cabe a cada conjunto do corpo docente eleger o mais adequado as ações propostas, de modo a formalizá-lo através de uma única nota no final de cada PP.

8.8 Estágio Obrigatório

O Estágio Supervisionado, nesta proposta formativa, é compreendido como atividade teórica e instrumentalizadora da práxis que qualifica o docente da educação

do campo para o exercício da prática. Não se limita, portanto, à aplicação de técnicas aprendidas no processo de construção dos conhecimentos basilares da formação acadêmica. Sua referência é o disposto na Resolução 06/2015-CONSEPE, que diz:

O Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de licenciatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN é concebido como um campo de conhecimento teórico-prático e interdisciplinar, que possibilita ao educando a aproximação, reflexão, interação e atuação no contexto social, ético, político, tecnológico, cultural e educacional no qual o trabalho docente está inserido, configurando-se, assim, como espaço de convergências dos conhecimentos científicos pertinentes a cada área e das experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer dos cursos, sendo essencial para a formação de competências docentes do futuro profissional licenciado.

Nessa perspectiva, entende-se que o fundamental para o educador do campo é compreender e se apropriar de novas maneiras de enfrentar os problemas, de pesquisar, de ensinar e de aprender, inserindo-se em processos de investigação na ação. Assim sendo, o estágio constitui-se numa atividade teórico-prática, em interação com os demais componentes do curso, a ser desenvolvida em sintonia com a totalidade das ações do currículo.

O objetivo é contribuir para a formação de um profissional reflexivo, pesquisador, comprometido com o pensar/agir diante das problemáticas educacionais evidenciadas nos das comunidades camponesas, locus de ação profissional do futuro licenciado. O Estágio configurasse, assim, como um espaço de produção do conhecimento que favorece à pesquisa e à extensão, através da troca de experiências entre os envolvidos no processo e do aprimoramento progressivo do conhecimento sistematizado, a partir da confluência das diversas atividades curriculares, não se limitando assim, à transferência linear da teoria para a prática.

O Estágio Supervisionado, na perspectiva de contemplar a formação do educador do campo, capaz de atender às demandas de uma realidade que se renova e se diferencia a cada dia, se apresenta, no decorrer do Curso, assim distribuído:

Estágio Supervisionado I – Desenvolvido na Educação de Jovens e Adultos em comunidades camponesas, envolve o estudo sobre a alfabetização de adultos, gestão das escolas do campo e dos conteúdos que fazem parte dos adultos, afim melhor articular as práticas pedagógicas da EJA em escolas do campo.

Estágio Supervisionado II – Desenvolvido na Educação Infantil das escolas do campo, envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a elaboração de proposição de soluções para as situações de ensinar, aprender e elaborar, executar e avaliar projetos de ensino, não apenas na sala de aula, mas também na escola, como instância formadora, e na sua relação com a comunidade.

Estágio Supervisionado III – Consiste no desenvolvimento e na execução de projetos, a partir de situações e de experiências práticas, visando a aprimorar a formação e a atuação profissional do futuro Educador do Campo em salas de aula do Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano, considerando as demais modalidades de ensino. A inclusão das modalidades de ensino (Educação Quilombola, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação inclusiva, etc), nesse contexto, tem o propósito de flexibilizar e contemplar necessidades formativas profissionais e pessoais dos formandos em Educação do campo.

8.9 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – é considerado como Atividade Obrigatória de Aprofundamento relativo ao núcleo de Formação Geral. Este trabalho ganha sua forma através de um artigo científico com rigor teórico e metodológico que atenda as exigências de um trabalho acadêmico, devendo ser apresentado em Sessão Pública de Defesa, com Banca Examinadora e defendido no final do 8º período.

O projeto investigativo do Trabalho de Conclusão de Curso deve ser apresentado no Laboratório de Trabalho de Conclusão de Curso, com a obrigatoriedade de contemplar discussão numa ou mais Área(s) de atuação do Educador Campo (ensino na Educação Infantil, Anos Iniciais do ensino fundamental, considerando as modalidades de Educação do Campo, EJA, Educação Especial, Educação quilombola e Gestão dos Sistemas de Ensino) seja em espaços escolares ou não escolares.

O TCC apresenta uma carga horária de 120 horas destinadas à orientação e à construção da pesquisa. Dessas, são 45 horas de atividades teóricas e 75 horas de atividades práticas.

O estudante será assistido por um professor selecionado por edital, durante todo o 8º período do Curso e submeterá a aprovação da pesquisa a uma Banca de três professores Examinadores cujo titular será seu Professor orientador (podendo convidar examinadores de outros Departamentos Acadêmicos da UERN e Instituições de Ensino Superior (IES), afins com seu objeto de estudo). Cabe à Banca Examinadora atribuir uma única nota à pesquisa realizada onde o valor 7,0 é considerado mínimo para a Aprovação.

Em caso de ausência de algum membro da banca, este deve apresentar justificativa e enviar parecer avaliativo que contemple a análise do trabalho. O orientador, fica impedido de se ausentar da Banca, caso aconteça imprevistos, a data da banca será alterada, dentro do prazo estabelecido pela coordenação. A banca não pode ser realizada sem a participação de no mínimo dois membros.

A coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso é exercida por um professor do Departamento de Educação, escolhido por seus pares em plenária departamental por um período de dois semestres letivos. O artigo científico indicado como TCC do Curso de Licenciatura da Educação do Campo deve seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

8.10 Atividades Complementares

As atividades complementares relativas aos Estudos Integradores incluem a participação dos estudantes em atividades específicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

São atividades que deverão ocorrer ao longo do curso, diretamente orientadas por membros do corpo docente, bem como, articuladas aos Componentes Curriculares e Atividades relativas à Diversificação dos Estudos, áreas de conhecimentos, eventos científico-culturais, estudos curriculares, dentre outras, de

modo a propiciar múltiplas vivências pedagógicas e da pesquisa em organizações escolares e não escolares, públicas e privadas voltadas para a Educação.

O estudante deve compor, ao longo do Curso, um conjunto de atividades com carga horária mínima de 200 horas-aula, obedecendo aos critérios de pontuação abaixo: participação em projetos de iniciação científica, em atividades de grupos de pesquisa, em projetos de extensão, atuação em monitoria, apresentação em evento científico, participação em evento científico, em palestras, em eventos científico-culturais, publicações, dentre outros, conforme quadro a seguir:

Quadro 1. Pontuação de atividades complementares

| I – Atividade de docência | |
|--|---|
| Requisito para a atribuição da carga horária | Carga horária |
| Participação em Programas (PIBID, RESPED), Projetos de ensino (bolsista ou voluntário) – até 02 projetos | 20 horas por semestre |
| Atuação em monitoria (bolsista ou voluntário) – até 02 projetos | 20 horas por semestre |
| Participação em cursos e/ou minicursos na área de educação, na modalidade presencial ou a distância – até 05 minicursos | Curso com até 10 horas: 05 horas Curso entre 10 e 20 horas: 08 horas Curso acima de 20 horas: 10 horas |
| Ministrante de minicurso e oficina com carga horária mínima de 4 horas – até 04 atividades | 15 horas |
| Proferente de palestra – até 04 palestras | 10 horas |
| Estágio não-obrigatório | 10 horas por estágio |
| II - Atividade de pesquisa | |
| Requisito para a atribuição da carga horária | Carga horária |
| Participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ou em Projetos de Pesquisa de Fluxo contínuo (Bolsista ou voluntário) – até 02 projetos | 20 horas por semestre |
| Participação em atividades de Grupo de | 10 horas por grupo |

| | |
|---|--|
| Pesquisa – até 02 grupos | |
| Participação como colaborador de pesquisa (voluntário) – até 02 projetos | 08 horas por projeto de pesquisa |
| Apresentação em eventos artístico-culturais) – até 03 eventos | 05 horas por evento |
| Participação em evento científico (local, regional, nacional e internacional) – até 05 eventos ¹ | Local: 04 horas por evento Regional: 05 horas por evento Nacional: 10 horas por evento Internacional: 15 horas por evento |
| Participação em palestras na área de educação – até 08 palestras | 03 horas por palestra |

| | |
|---|------------------------------|
| III - Atividade de Extensão | |
| Requisito para a atribuição da carga horária | Carga horária |
| Participação em Projetos de Extensão (Bolsista ou voluntário) – até 02 projetos | 20 horas por semestre |
| Participação em atividades extensionistas – até 05 atividades | 10 horas |

| | |
|---|--|
| IV - Produção técnica e científica | |
| Requisito para a atribuição da carga horária | Carga horária |
| Publicações (revistas, jornais, livros, outros) – até 02 publicações em cada categoria | Revista: 30 horas Jornal: 10 horas Capítulo de livro: 50 horas |
| Participação na organização, coordenação e execução de eventos – até 02 eventos | 10 horas por evento |
| Apresentação de trabalho em evento científico (local, regional, nacional e internacional) ² – até 02 trabalhos de cada categoria | Local: 10 horas Regional: 20 horas Nacional: 30 horas Internacional: 40 horas |

| | |
|--|---------------|
| V - Outras atividades | |
| <Inserir outras atividades (permitir a inserção de campos)> | |
| Requisito para a atribuição da carga horária | Carga horária |

¹ É obrigatório pelo menos duas participações.

² É obrigatório pelo menos 01 (uma) apresentação durante o curso.

| | |
|--|------------------------------|
| Participação ativa em comissões internas do curso – até 02 participações | 10 horas por semestre |
| Representação em órgão colegiado – até 02 participações | 10 horas por semestre |
| Outros (casos não previstos que tenha a aprovação do orientador acadêmico) – até 03 atividades | 05 horas |

8.11 Atividades Curriculares De Extensão

Entre as diversas atividades de qualificação da universidade está a dinâmica da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse processo busca referendar a possibilidade de pautar o projeto formativo para atender às finalidades da educação, contempladas nas proposições de sua regulação, que são o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho. Essas atividades, por sua vez, podem ser concretizadas de diversas formas, sendo a metodologia de projetos a que tem se revelado de fundamental importância nos contextos universitários, principalmente quando se trata de projetos de pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva, a extensão universitária, entre a diversidade de entendimentos, pode ser considerada uma diretriz institucional, um processo mediador de construção do conhecimento e uma atividade que aponta para a finalidade do percurso da aprendizagem, qualificando o valor epistemológico, ético e político da instituição, que deve ser vivenciado, cotidianamente, pelos sujeitos acadêmicos e comunitários, pelos processos constituídos e constituintes, e pelos resultados individuais e coletivos. Esse princípio está vinculado, também, ao seu projeto social, que se torna a razão do acolhimento de milhares de jovens, formando-os intelectual e profissionalmente, com o objetivo de atuar de modo profissional competente e de maneira cidadã consciente. Para que tal procedimento seja significativo, é oportuno que, na relação da academia com a sociedade, por meio de seus projetos pedagógicos, constituam-se um tempo e um espaço favoráveis ao

processo de aprendizagem. Tempo esse garantido através da curricularização da extensão através das Unidades Curriculares de Extensão (UCEs).

Como apresentado na resolução 25/2017 – CONSEPE/UERN que regulamenta a curricularização das atividades de extensão no capítulo 2 artigo 4º, uma UCE é ofertada a partir, obrigatoriamente, de sua vinculação com Programas e/ou Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão da UERN, respeitados os trâmites ordinários previstos na legislação vigente (CONSEPE, 2017). Especificamente o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UERN além do desenvolvimento de atividades extensivas através de projetos, realizará ao longo dos semestres, atividades que atenda aos educadores das escolas e comunidades do campo no intuito de promover o diálogo entre a universidade e a comunidade enriquecendo tanto a formação dos alunos quanto o papel social da UERN.

Essa possibilidade de aprendizagem constitui-se o eixo transversal para as atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, que dá continuidade à articulação entre teoria e prática. Considerando que as UCEs devem responder a 10% da carga horária do curso (Resolução 25/2017 – CONSEPE/UERN) teremos especificamente no curso de Licenciatura em Educação do Campo, 360 horas distribuídas em cinco semestres, efetivadas no 2º, 3º, 4º, 5º e 6º períodos. Vale ressaltar que, por sua natureza interdisciplinar, os alunos do curso podem matricular-se em UCEs de outros cursos, de acordo com as vagas oferecidas. Em contrapartida, poderemos receber alunos de outros cursos, contribuindo para nossas ações extensionistas.

| UCE | Carga Horária |
|---------|---------------|
| UCE I | 60 |
| UCE II | 90 |
| UCE III | 75 |
| UCE IV | 75 |
| UCE V | 60 |

A realização dessas atividades ao longo do curso evita uma sobrecarga para o aluno junto ao estágio e possibilita uma imersão no campo, logo que o estudante entra na graduação. As UCEs serão cadastradas de acordo com o calendário universitário e seguirão os tramites propostos na instrução normativa da PROEX/PROEG/UERN que regulamenta a curricularização da extensão. Vale salientar, que a ementa, carga-horária será visualizada pelo aluno no ato da matrícula a depender do projeto/programa a ser vinculado a UCE naquele semestre.

Dado o caráter interdisciplinar das UCEs, os alunos do curso de Educação do Campo a Distância poderão se matricular nas ofertas advindas do próprio curso. O cadastro das UCEs respeitará o calendário acadêmico da UERN, assim como os protocolos normativos da PROEX/PROEG/UERN.

O discente terá de se matricular regularmente nas UCEs previstas para o seu período, podendo cursar outras de seu interesse, de forma a integralizar a carga horária total prevista no PPC e respeitando o tempo limite da integralização curricular. (UERN, 2018b).

9 MATRIZ CURRICULAR

O conteúdo mínimo exigido nas diretrizes curriculares (BRASIL, 2015) para os cursos de formação inicial e continuada está ligado à área de Educação do Campo. A elaboração da matriz curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância, da UERN, levou em consideração essas diretrizes, selecionando e ordenando as disciplinas da seguinte forma:

| 1º PERÍODO | | | | | | | | |
|------------|-----------------------------------|------------------------|-------------|------------------------|---------|-------|------------|---------------------------------|
| Código | Componente Curricular | Departamento de Origem | Aplicação | Carga Horária/Créditos | | | CH semanal | Pré-requisito Código-Componente |
| | | | T, P, T/P * | Teórico | Prático | Total | | |
| DEC0001 | Orientação para EaD | Educação a Distância | T | 30 | - | 30 | 02 | - |
| DEC0002 | Cultura Brasileira | Educação a Distância | T | 30 | - | 30 | 02 | - |
| DEC0003 | Ética na Educação | Educação a Distância | T | 30 | - | 30 | 02 | - |
| DEC0004 | Metodologia do Trabalho Acadêmico | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |

| | | | | | | | | |
|---------|-------------------------------|----------------------|---|-----|---|-----|----|---|
| DEC0005 | Sociologia da Educação | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0006 | Psicologia do Desenvolvimento | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0007 | Antropologia e Educação | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| TOTAL | | | | 330 | - | 330 | 22 | |

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

| 2º PERÍODO | | | | | | | | |
|------------|----------------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|---------|-------|------------|--|
| Código | Componente Curricular | Departamento de Origem | Aplicação T, P, T/P * | Carga Horária/Créditos | | | CH semanal | Pré-requisito Código-Componente |
| | | | | Teórico | Prático | Total | | |
| DEC0008 | História da Educação Brasileira | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0009 | Filosofia da Educação | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0010 | Pedagogia Histórico-crítica | Educação a Distância | T | 45 | - | 45 | 03 | - |
| DEC0011 | Psicologia da Aprendizagem | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0006 Psicologia do Desenvolvimento |
| DEC0012 | Fundamentos da Educação do Campo | Educação a Distância | T | 45 | - | 45 | 03 | - |
| DEC0013 | Pesquisa e Prática I | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0050 | Unidade Curricular de Extensão I | Educação a Distância | T/P | 06 | 54 | 60 | 04 | - |
| TOTAL | | | | 336 | 54 | 390 | 26 | |

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

| 3º PERÍODO | | | | | | | | |
|------------|---|------------------------|--------------------------|------------------------|---------|-------|------------|--|
| Código | Componente Curricular | Departamento de Origem | Aplicação T, P, T/P * | Carga Horária/Créditos | | | CH semanal | Pré-requisito Código-Componente |
| | | | | Teórico | Prático | Total | | |
| DEC0014 | Psicologia Social | Educação a Distância | T | 45 | - | 45 | 03 | DEC0011 Psicologia da Aprendizagem |
| DEC0015 | Políticas e Legislação da Educação Básica | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0016 | Sociologia do Trabalho Rural | Educação a Distância | T | 45 | - | 45 | 03 | DEC0005 Sociologia da Educação |
| DEC0017 | Pedagogia da Alternância | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0010 Pedagogia Histórico-crítica |
| DEC0018 | Movimentos Sociais e Educação do Campo | Educação a Distância | T | 45 | - | 45 | 03 | - |

| | | | | | | | | |
|---------|--|----------------------|-----|-----|----|-----|----|--|
| DEC0019 | Currículo da Educação Básica | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0008 História da Educação Brasileira |
| DEC0020 | Concepções e Práticas de Educação Infantil | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0051 | Unidade Curricular de Extensão II | Educação a Distância | T/P | 09 | 81 | 90 | 06 | - |
| TOTAL | | | | 384 | 81 | 465 | 31 | |

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

| 4º PERÍODO | | | | | | | | |
|------------|---|------------------------|--------------------------|------------------------|---------|-------|------------|--|
| Código | Componente Curricular | Departamento de Origem | Aplicação T, P, T/P * | Carga Horária/Créditos | | | CH semanal | Pré-requisito Código-Componente |
| | | | | Teórico | Prático | Total | | |
| DEC0021 | Educação Inclusiva | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0022 | Sociolinguística | Educação a Distância | T | 30 | - | 30 | 03 | - |
| DEC0023 | Gestão e Planejamento Educacional | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0015 Políticas e Legislação da Educação Básica |
| DEC0024 | Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0025 | História e Geografia do Rio Grande do Norte | Educação a Distância | T | 30 | - | 30 | 03 | - |
| DEC0026 | Literatura e Infância | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0027 | Didática | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0011 Psicologia da Aprendizagem |
| DEC0028 | Pesquisa e Prática II | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0052 | Unidade Curricular de Extensão III | Educação a Distância | T/P | 8 | 67 | 75 | 03 | - |
| TOTAL | | | | 428 | 67 | 495 | 33 | |

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

| 5º PERÍODO | | | | | | | | |
|------------|---|------------------------|--------------------------|------------------------|---------|-------|------------|------------------------------------|
| Código | Componente Curricular | Departamento de Origem | Aplicação T, P, T/P * | Carga Horária/Créditos | | | CH semanal | Pré-requisito Código-Componente |
| | | | | Teórico | Prático | Total | | |
| DEC0029 | Educação pela Arte e Expressão Cultural | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0030 | Gestão da Escola do Campo | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0031 | Alfabetização e Letramento | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0022 Sociolinguística |

| | | | | | | | | |
|--------------|--|----------------------|-----|------------|------------|------------|-----------|---|
| DEC0032 | Ensino de História e Geografia | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0027 Didática |
| DEC0033 | Ensino de Língua Portuguesa | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0027 Didática |
| DEC0034 | Estágio Supervisionado I na Educação de Jovens e Adultos | Educação a Distância | T/P | 30 | 105 | 135 | 09 | DEC0024 Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos DEC0027 Didática |
| DEC0053 | Unidade Curricular de Extensão IV | Educação a Distância | T/P | 8 | 67 | 75 | 05 | - |
| TOTAL | | | | 338 | 172 | 510 | 34 | |

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

| 6º PERÍODO | | | | | | | | |
|-------------------|---|------------------------|--------------------------|------------------------|------------|------------|------------|--|
| Código | Componente Curricular | Departamento de Origem | Aplicação T, P, T/P * | Carga Horária/Créditos | | | CH semanal | Pré-requisito Código-Componente |
| | | | | Teórico | Prático | Total | | |
| DEC0035 | Ensino de Matemática | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0027 Didática |
| DEC0036 | Currículo da Escola do Campo | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0019 Currículo da Educação Básica |
| DEC0037 | Língua Brasileira de Sinais | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | - |
| DEC0038 | Ensino de Ciências | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0027 Didática |
| DEC0039 | Práxis Docente da Educação do Campo | Educação a Distância | T | 45 | - | 45 | 03 | - |
| DEC0040 | Estágio Supervisionado II (Educação Infantil) | Educação a Distância | T/P | 30 | 105 | 135 | 09 | DEC0027 Didática DEC0034 Estágio Supervisionado I na Educação de Jovens e Adultos |
| DEC0054 | Unidade Curricular de Extensão V | Educação a Distância | T/P | 06 | 54 | 60 | 04 | - |
| TOTAL | | | | 321 | 159 | 480 | 32 | |

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

| 7º PERÍODO | | | | | | | | |
|-------------------|-------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|---------|-------|------------|------------------------------------|
| Código | Componente Curricular | Departamento de Origem | Aplicação T, P, T/P * | Carga Horária/Créditos | | | CH semanal | Pré-requisito Código-Componente |
| | | | | Teórico | Prático | Total | | |
| DEC0041 | Nutrição na alimentação | Educação a Distância | T | 60 | - | 60 | 04 | DEC0027 Didática |

| | | | | | | | |
|---------|---------|---|----|------------------|---|---|--|
| DEC2021 | DEC0004 | Metodologia do Trabalho Acadêmico | 60 | Dep. de Educação | 0301055-1 0103014-1 0104002-1 0105002-1 0201015-1 0401059-1 0705002-1 0701091-1 0703035-1 0805035-1 0901003-1 | Organização do Trabalho Acadêmico Metodologia do Trabalho Científico Metodologia do Trabalho Científico Metodologia do Trabalho Científico Metodologia do Trabalho Científico Metodologia do Trabalho Científico Metodologia do Trabalho Científico Metodologia do Trabalho Científico Metodologia do Trabalho Científico Metodologia do Trabalho Científico Metodologia do Trabalho Científico | 60 60 60 60 60 60 60 60 60 60 60 |
| DEC2021 | DEC0005 | Sociologia da Educação | 60 | Dep. de Educação | 0301048-1 | Fundamentos socioeconômicos da Educação | 60 |
| DEC2021 | DEC0006 | Psicologia do Desenvolvimento | 60 | Dep. de Educação | 0301043-1 | Psicologia do Desenvolvimento da Aprendizagem da Criança | 60 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| DEC2021 | DEC0009 | Filosofia da Educação | 60 | Dep. de Educação | 0701032-1 0704036-1 0301004-1 | Filosofia da Educação Filosofia da Educação Filosofia da Educação I | 60 60 60 |
| | | | | | | | |
| DEC2021 | DEC0011 | Psicologia da Aprendizagem | 60 | Dep. de Educação | 0301041-1 0301017-1 | Psicologia Aplicada à Educação Psicologia da Educação | 60 60 |
| DEC2021 | DEC0014 | Psicologia Social | 45 | Dep. de Educação | | | |
| DEC2021 | DEC0015 | Políticas e Legislação da Educação Básica | 60 | Dep. de Educação | 0301014-1 0301071-1 | Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico Estrutura e Funcionamento da Educação Básica | 60 60 |
| | | | | | | | |
| DEC2021 | DEC0019 | Currículo da Educação Básica | 60 | Dep. de Educação | 0301059-1 | Currículo | 60 |
| DEC2021 | DEC0020 | Concepções e Práticas de Educação | 60 | Dep. de Educação | 0301016-1 | Princípios da Educação Infantil | 60 |

| | | | | | | | |
|---------|---------|---|----|------------------|--|--|----------------------|
| | | Infantil | | | | | |
| DEC2021 | DEC0021 | Educação Inclusiva | 60 | Dep. de Educação | 0301021-1 | Educação Especial | 60 |
| | | | | | | | |
| DEC2021 | DEC0023 | Gestão e Planejamento Educacional | 60 | Dep. de Educação | 0301015-1 0301061-1 | Política e Planejamento da Educação Gestão dos Processos Educativos | 60 60 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| DEC2021 | DEC0026 | Literatura e Infância | 60 | Dep. de Educação | 0401058-1 0301067-1 | Literatura Infantil Literatura e Infância | 60 60 |
| DEC2021 | DEC0027 | Didática | 60 | Dep. de Educação | 0301002-1 0301038-1 0301042-1 | Didática Didática Geral Introdução à Didática | 60 60 45 |
| DEC2021 | DEC0029 | Educação pela Arte e Expressão Cultural | 60 | Dep. de Educação | 0401057-1 0301068-1 | Arte e Educação Ensino de Arte | 60 60 |
| DEC2021 | DEC0031 | Alfabetização e Letramento | 60 | Dep. de Educação | 0301022-1 | Processos de Alfabetização | 60 |
| DEC2021 | DEC0032 | Ensino de História e Geografia | 60 | Dep. de Educação | 0301102-1 0301025-1 0301103-1 0301029-1 | Ensino de História Ensino de História Ensino de Geografia Ensino de Geografia | 60 75 60 75 |
| DEC2021 | DEC0033 | Ensino de Língua Portuguesa | 60 | Dep. de Educação | 0301026-1 0401095-1 | Ensino da Língua Portuguesa I Didática da Língua Portuguesa | 75 90 |
| DEC2021 | DEC0035 | Ensino de Matemática | 60 | Dep. de Educação | 0301027-1 | Ensino de Matemática I | 75 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| DEC2021 | DEC0046 | Tecnologias e Mediação Pedagógica | 60 | Dep. de Educação | 0801071-1 | Informática na Educação | 60 |
| DEC2021 | DEC0048 | Educação para Diversidade | 45 | Dep. de Educação | 0301021-1 | Educação Especial | 60 |

11 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

11.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

| 1º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Orientação para EAD | Classificação: obrigatória |
| Código: DEC0001 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Organização de sistemas de EAD: processo de comunicação, processo de tutoria, avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Apropriação do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Estudos da Plataforma Moodle.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BEHAR, Patrícia Alejandra (Org.). Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.</p> <p>JÚNIOR, Arnaldo Oliveira Souza; LACERDA, Naziozênio Antonio; OLIVEIRA, Sandra Suely (Org). Educação a Distância: midiatização, formação e saberes. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2016.</p> <p>LITWIN, Edith (Org.). Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed. 2001.</p> | | |

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
PALLOFF, Rena. M.; PRATT, Keith. **O Aluno Virtual**: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PALLOFF, Rena. M.; PRATT, Keith. **Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço**: estratégias eficientes para a sala de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PRETI, Oreste (Org.) **Educação a Distância**: construindo significados. Brasília: Ed. Plano. 2000. SILVA, Marco (org.). Educação online. São Paulo: Loyola, 2003.

SILVA, Robson Santos da. **Moodle para autores e tutores**. 3 ed. São Paulo: NOVATEC, 2013.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel; ARANTES, Valéria Amorim. **Educação a Distância** (Coleção Pontos e Contrapontos). 1 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

| 1º PERÍODO | | |
|--|--|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Cultura Brasileira | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica <u>30</u> / <u>02</u> ; Prática: ___ / ___; Total 30/02 | | |
| <p>EMENTA: Formação histórica da cultura brasileira. Cultura regional e cultura popular no Brasil. A formação de uma cultura nacional e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A cultura brasileira contemporânea. A cultura brasileira e os meios de comunicação. A questão da cultura de massa no Brasil. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>DAMATA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis; Rio de Janeiro: Rocco, 1997.</p> <p>FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. Rio de Janeiro: Record, 2006.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahah, 2004.</p> <p>ORTIZ, R. Cultura brasileira e Identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2003.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FAORO, Raymundo. Os donos do poder. São Paulo: Globo, 2001. FRENETTE, Marco. Preto e branco: a importância da cor de pele. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.</p> | | |

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000. PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**; São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SODRÉ. N. W. **Síntese da história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Cultrix, 2003.

| 1º PERÍODO | |
|--|---|
| Nome do componente: | Ética na Educação |
| | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (X) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 30 / 02; Prática: ___ / ___; Total 30 / 02 | |
| EMENTA: A discussão contemporânea da ética. O ser humano enquanto ser-no-mundo, ser-na-práxis, ser-na-escola. Existência e liberdade. Ética e política. Ética e educação. O ethos escola. Bases filosóficas para a educação ética. Ética e moral. Autonomia moral e o exercício da cidadania na Escola do Campo. Tradição e transgressão. Educação, sociedade, cultura. Participação social. Violência e agressão. Solidariedade, tolerância, respeito na vida do campo. | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHAUI, Marilena. A existência ética. In: CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia . São Paulo: Ática, 2000, p. 334-339. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática | |

educativa. São

Paulo: Paz & Terra, 2003.

VALLS, Álvaro. **O que é ética?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo.** São Paulo: Paulus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomacos.** Brasília: UnB, 2001.

CHANGEUX, Jena-Pièrre (org.). **Uma ética para quantos?** Bauru: Edusc, 1999.

ESPINOSA, B. **Ética.** São Paulo: Autêntica, 2009.

GALLO, S. **Ética e cidadania.** Caminhos da Filosofia. Campinas: Papyrus, 2002.

PLATÃO, **Mênnon,** São Paulo: Loyola, 2001.

SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

| 1º PERÍODO | | |
|--|-----------------------------------|---|
| Nome do componente: | Metodologia do Trabalho Acadêmico | Classificação: obrigatória |
| Código: 0601031-1/ Educação | | Avaliado por: (X) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: A ciência e outras formas de conhecimento. Tipos de trabalhos acadêmicocientíficos. Diretrizes teórico-metodológicas para o estudo acadêmico: estratégias de leitura, fichamento, resumo e organização da informação. Diretrizes para realização de seminários. Etapas de elaboração e aspectos normativos e | | |

técnicos da redação científica e acadêmica de resenhas, resumos e artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citação em documentos: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: apresentação. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2002.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pósgraduação. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo

Hamburgo: Feevale, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

| 1º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Sociologia da Educação | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: Análise dos principais paradigmas da sociologia da educação, perpassando pelo estudo da infraestrutura e superestrutura político-jurídica-econômica e ideológica. Articulações e mediações entre educação e sociedade. Educação e Trabalho: Significados e desafios. Reflexão acerca de práticas educativas formais e não formais – práticas sociais cotidianas da vida no campo – tendo como referência norteadora as instituições sociais, o processo de socialização e a educação contra-hegemônica. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia : Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 1995. DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia . São Paulo: Melhoramentos, 1967. KRUPPA, Sônia M. Portella. Sociologia da Educação . São Paulo: Cortez, 1995. | | |

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: editora Ática, 2005.

GOMES, Candido Alberto. **A educação em novas perspectivas sociológicas**. 4. ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária - E.P.U, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. Brasiliense, São Paulo, 1981.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações**. São Paulo: Cortez, 1984.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário, In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE), 1996.

GOMES, Cândido. **A Educação em Perspectiva Sociológica**. 3 ed. São Paulo: EPU, 1994.

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

| 1º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Psicologia do Desenvolvimento | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |

| |
|--|
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 |
| <p>EMENTA:</p> <p>Principais contribuições teóricas da Psicologia sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem humana em suas diferentes dimensões (cognitiva, afetiva, social e moral). Analisa as implicações educacionais, nos atos de ensinar e aprender, decorrentes dos pilares básicos conceituais das diferentes abordagens do desenvolvimento, a partir da relação entre os temas transversais e o cotidiano escolar no campo.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANGELA M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>BEE, Helen L. A criança em desenvolvimento. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>BOCK, A. M.B. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>COLL, César. et.al. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>ERIKSON, Erik H. O ciclo de vida completo. São Paulo: Artmed, 1998.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BARROS, C. S. Guimarães. Pontos de psicologia do desenvolvimento. 12 ed. São Paulo: Ática, 2000.</p> <p>BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Lei nº 8060, de 13 de julho de 1990. Brasília - DF.</p> <p>CORIA-SABINI, Maria Aparecida. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Ática, 2001.</p> |

DOLTO, Françoise. **Os caminhos da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DUSKA, Ronald; Mariellen Whelan. **O desenvolvimento moral na idade evolutiva** - um guia a Piaget e Kohlberg. São Paulo: Loyola, 1994.

ERIKSON, Erik Homburger. **Identidade, juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 322

GOULART, I. B. **Piaget**: experiências básicas para utilização pelo professor. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUTIERRA, Beatriz C. Cruz. **Adolescência, psicanálise e educação** - o mestre possível de adolescentes. São Paulo: Avercamp, 2003.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Por que Piaget?** A educação pela inteligência. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

RAPPAPORT, C. Regina et. al. **Psicologia do desenvolvimento**: conceitos fundamen-tais. São Paulo: EPU, 2007.

SABINI, M. A. Cória. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Ática, 2007.

VIGOTSKI, L.S. **O desenvolvimento psicológico da infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZAGURY, Tânia. **O adolescente por ele mesmo**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

| 1º PERÍODO | | |
|--|-------------------------|---|
| Nome do componente: | Antropologia e Educação | Classificação: obrigatória |
| Código: | | Avaliado por: (X) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |

EMENTA:

Antropologia, sociedade e educação. Antropologia contemporânea e sua relação com a cultura, educação e socialização. Caracterização e compreensão cultural brasileira e do Nordeste e suas implicações na educação. Antropologia e cultura da escola na perspectiva de seus ritos e rituais. Investigação antropológica e cotidiano em espaço escolar/não escolar presentes nas comunidades camponesas. Lugares e não lugares antropológicos e educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo - SP: Melhoramentos, 1976.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia Hiperdialética**. São Paulo: Contexto, 2011.

LAPLATINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUGÉ, M. **O Sentido dos outros: atualidade da antropologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CUCHE, Dennis. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

GERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 11 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

| 2º PERÍODO | | |
|--|---------------------------------|---|
| Nome do componente: | História da educação brasileira | Classificação: obrigatória |
| Código: 0301012-1/Educação | | Avaliado por: (X) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: Historiografia da educação em documentos e leis educacionais brasileira. Estudo das ideias pedagógica e práticas educativas escolares e não escolares ocorridas no Brasil em diferentes períodos da história. Reformas e Articulação do processo educativo com a economia, a política, a cultura e a sociedade como um todo. Problemas e perspectivas da educação contemporânea. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARANHA, M. L. História da educação . São Paulo: Moderna, 1993. GERMANO, J. W. Estado militar e educação no Brasil: 1964 – 1985 . São Paulo: Cortez, 1993. GHIRALDELLI JR, Paulo. História da Educação Brasileira . São Paulo: Cortez, 2006. MANACORDA, Mário Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias . 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006. RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação Brasileira a Organização | | |

Escolar. 8. ed. São Carlos: Cortez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA JR, Celestino Alves (Org). **Infância, educação e neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1996.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade.** 4ª ed.. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990. **Educação e sociedade.** Campinas – SP, v. 24, n.82, p. 93-130, abril, 2003.

GENTILLI, Pablo A.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. História da educação: a escola no Brasil, São Paulo: FTD,1994.

2º PERÍODO

| | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Filosofia da Educação | Classificação: obrigatória |
| Código: 0301054-1/Educação | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: A Filosofia e o processo do filosofar como princípio educativo. A Filosofia da Educação na formação e na prática do educador. Educação pela Filosofia iluminista, filosofia moderna, filosofia marxiana e pela teoria crítica. A Filosofia na sala de aula da Educação Infantil e Ensino Fundamental e suas modalidades da educação do campo, EJA. As relações entre educação, trabalho, cultura, subjetividade e | | |

ideologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de A. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1998.

GHEDIN, Evandro. **A filosofia e o Filosofar**. São Paulo, Uniletras, 2003.

PORTO, Leonardo Sartori. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KOHAN, W. O.; LEAL, B. RIBEIRO.A (Orgs). **Filosofia na escola pública**. 2. ed. Petrópolis; RJ: Vozes, 2000.

LIPMAN, M.; SHARP, Ann.; OSCANYAN, F. **A filosofia na sala de aula**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

MARCONDES, D. **Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

SHAUGHNESSY, M. F.; SARDOC, M.; GHIRALDELLI JR, J.R.; BENDASSOLLI, P.F. (Org.). **Filosofia, educação e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho D'Água, 2001.

| 2º PERÍODO | | |
|--|-----------------------------|---|
| Nome do componente: | Pedagogia Histórico-Crítica | Classificação: obrigatória |
| Código: | | Avaliado por: (X) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |

Carga horária/Crédito: Teórica 45 / 03; Prática: ___ / ___; Total 45 / 03

EMENTA:

Escola e saber objetivo na perspectiva Histórico-crítica. Pressupostos da Pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da educação brasileira. A materialidade da ação pedagógica e os desafios da pedagogia histórico-crítica. A interdisciplinaridade no ensino. Metodologia da pedagogia histórico-crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 4. Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SANTOS, C. F. (Org.). **Crítica ao esvaziamento da educação escolar**. Salvador: EDUNEB, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (Orgs.). Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar. Campinas: Alínea, 2007.

BACZINSKI, Alexandra Vanessa de Moura. **A implantação oficial da pedagogia histórico-crítica na rede pública do estado do Paraná (1983-1994):** legitimação, resistências e contradições. Campinas: Autores Associados, 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Campinas: Alínea, 2008.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme (Org.). **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectiva para uma educação transformadora**.

Campinas/SP: Autores Associados, 2012. MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão.

Pedagogia histórico-crítica: 30 anos. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 34.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista**

Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan/abr 2007, p. 152-180. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em 24 mar. 2019.

| 2º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Psicologia da Aprendizagem | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: A contribuição da psicologia educacional para o processo ensinoaprendizagem. Análise das principais concepções teóricas da aprendizagem e suas implicações no ato educativo: Inatista, Comportamentalista, Humanista, Psicogenética e Sócio-cultural. A relação professor-aluno nas respectivas concepções. Processo avaliativo como terminalidade e como mediação da aprendizagem. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CASTORINA, J. A . Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1996. COLL, C. E Org. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação, Porto Alegre: Artes Médicas, v.2 ,1996. DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. Psicologia na Educação. São Paulo: Cortez, 1994. FONTANA, R.; CRUZ, N. Psicologia e Trabalho Pedagógico. São Paulo: Atual, 1996. LA TAILLER, Yves. Piaget, vygotsky, wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. | | |

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
 REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
 VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, C. **Vygotsky**, quem diria?! Em minha sala de aula: fascículo 12. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
 ANTUNES, C. **Como desenvolver as competências em sala de aula**: fascículo 8. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
 ABREU, M. C. & MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula**. São Paulo: MG Ed. Associados, 1990.
 BOCK, A. M. B. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo, SP: Saraiva, 1999.
 LIMA, L. O. **Piaget para principiantes**. São Paulo: Summus, 1980.
 MATUI, J. **Construtivismo**: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1995.

| 2º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Fundamentos da Educação do Campo | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45 / 03; Prática: ___ / ___; Total 45 / 03 | | |

EMENTA:

Fundamentos filosóficos da educação do campo. A relação entre educação e trabalho como fundamento ontológico e histórico da educação do campo. As dimensões científica, ética, política e estética do trabalho pedagógico centrado na Filosofia da Educação Brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROYO, M. G.; CALDART, R; MOLIN, M.C. **Por uma educação do campo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.**

CALAZANS, M. J. C. Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural: Traços de uma Trajetória. In: DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, J. (Coord.) **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papyrus, 1993.

CALDART, R. S. **Educação em Movimento**: Formação de Educadoras e Educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012b. p.257-265.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: Escola É Mais do que Escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma Identidade em Construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Educação do Campo**: Identidade e Políticas Públicas. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p.18-25.

FAORO, R. **Os donos do poder**. 8. ed. São Paulo: Globo, 2004.

FERNANDES, B. M. **Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SOUZA, M. A. de. **Educação do Campo**: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KOLLING, E.; VARGAS, M. C.; CALDART, R. S. MST e Educação. In: CALDART, R. S. et al. (Org.) **Dicionário de Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.500-507.

MATTOS, B. H. O. M. **Educação do Campo e Práticas Educativas de Convivência com o Semiárido**: A Escola Família Agrícola Dom Fragoso. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MENEZES Neto, A. J. **Além da terra**: cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.324-331.

STÉDILE, J. P (Org). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

| 2º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Pesquisa E Prática I | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: A relação entre formação de profissionais da educação e pesquisa: contribuições do estudo científico para a reflexão e formação contínua. Abordagem quantitativa e qualitativa em educação. Estratégias de pesquisa em Educação. Orientações | | |

teóricoepestemológicas para a elaboração do projeto de pesquisa com vistas ao desenvolvimento do TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Marisa Cristina V. **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira Cruz Neto (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GHEDIN, Evandro. FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e ação pedagógica**: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FAZENDA, Ivani Catarina A. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

PETERNELLA, Alessandra; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. **A relação e a teoria e prática da formação do pedagogo**. Maringá: EDUEM, 2012.

SANTOS FILHO, José Camilo; SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio (Orgs.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

| 3º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Psicologia Social | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45 / 03; Prática: ___ / ___; Total 45 / 03 | | |
| EMENTA: Psicologia Social Transcultural. Processos Básicos de Cognição Social: tomada de decisões, percepção social, valores, atitudes e representações sociais. Processos Interpessoais. Processos grupais: identidade, categorização. Processos intergrupais. Temas em Psicologia Social. Aplicações da psicologia social. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARONSON, E.; WILSON, T. D. & Akert, R. M. Psicologia social . São Paulo: LTC. BOCK, A. M.B. Psicologias : uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999. CAMPOS, R.H.F. e GUARESCHI, P. (Org.). Paradigmas em Psicologia Social . Petrópolis: Vozes, 1996. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARR, R. As raízes da psicologia social moderna . Petrópolis, Vozes, 1998. JACQUES, M.G. et AL. (orgs.). Psicologia Social contemporânea . Petrópolis: Vozes, 1998. JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e esfera pública : a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. | | |

LANE, S. e CODO, W. (orgs). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, A; ASSMAR, E.M.L. e JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. 18ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

| 3º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Políticas e Legislação da Educação Básica | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45 / 03; Prática: ___ / ___; Total 45 / 03 | | |
| EMENTA: A relação entre sociedade, Estado e Educação. Situa a política educacional no contexto das políticas públicas. Destaca as perspectivas e tendências contemporâneas das políticas educacionais expressas nas reformas educacionais. Analisa a educação na Constituição Federal de 1988, nas leis orgânicas e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.304/96 e suas leis complementares. Programas Educacionais do Governo. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: NAZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Políticas Públicas e Educação : debates contemporâneos. Maringá: EDUEM, 2008. BRASIL. (1998). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, 1988. _____. (1996a). Lei nº 9.394/96 - Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. _____. (1996b). Lei nº 9.424/96 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do | | |

Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília, 1996.

_____. **Emenda Constitucional nº 14/96**. Brasília, 1996.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CABRAL NETO, A (Org). **Política educacional**: desafios e tendências. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **A educação na América Latina**: direito em risco. São Paulo: Cortez; ActionAid Américas, 2006.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil**: Leitura crítico-compreensiva: Artigo a Artigo. Petrópolis: Vozes, 1998.

DORNAS, Roberto Geraldo de Paiva. **A Nova LDB**: ranços e avanços. Campinas: Papyrus, 1997.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da Formação à Ação. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

| 3º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Sociologia do Trabalho Rural | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45 / 03; Prática: ___ / ___; Total 45 / 03 | | |

EMENTA:

A Sociologia Rural ou a sociologia dos processos sociais agrários: caracterização e problemática. Estado, políticas agrícolas e agrárias. Sociedade, mudança social e movimentos sociais no campo brasileiro. A formação e o desenvolvimento da sociedade rural brasileira. Os processos socioeconômicos e as transformações na estrutura da sociedade agrária. O processo de estratificação social no meio rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IANNI, Otávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 1999.

WORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo, /Brasília, Hucitec/Eduspo, 1995.

COLETTI, S. **A estrutura sindical no Campo**. São Paulo, Unicampo, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ILHA NETO, S. F. **Notas sobre a evolução da família agrária ocidental e sua desagregação na sociedade contemporânea**. UFSM. Cadernos de Extensão Rural, 1999.

ILHA NETO, S; F. **Os problemas sociais da agricultura brasileira – um modelo classificatório preliminar**. UFSM, CCR, 2001.

MARÉS. Carlos Frederico. **A função social da Terra**. Porto Alegre, 2003.

REZENDE LOPES, M. **Agricultura política – História dos grupos de interesse na agricultura**. Brasília, EMBRAPA, 1996.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo, Ed. Contexto, 1990.

| 3º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Pedagogia da Alternância | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Pedagogia da Alternância e as tendências pedagógicas. A interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade na Pedagogia da Alternância. Os instrumentos metodológicos articuladores aos tempos e aos espaços formativos na Pedagogia da Alternância.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ALVARENGA, A. T, et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri, SP: Manole, 2011 p. 03-68.</p> <p>BRANDÃO, C. R. O que é método Paulo Freire? O que é método Paulo Freire? São Paulo: Brasiliense, 1981.</p> <p>CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>ESTEVAM, D. de O. Casa Familiar Rural: formação como base da Pedagogia da Alternância. Florianópolis: Insular, 2003.</p> <p>KOLLING, E. Alternância e formação universitária: o MST e o curso de pedagogia da terra. In: UNEFAB. Vários Autores. Pedagogia da alternância: formação em</p> | | |

alternância em alternância e desenvolvimento sustentável. Brasília: Cidade Gráfica. nov. 2002., p. 54-61.

MASCARELO, C. B. **Pedagogia da Alternância**: Formação Integral e desenvolvimento do meio. Universidade Católica de Brasília. 2010.

NASCIMENTO, C. G. do. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura**: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás - EFAGO. 2005. (Dissertação de Mestrado em Educação). 2005. 318 f. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2005.

ZAMBELAN, Sérgio. **A pedagogia da Alternância**. Vitória: Movimento da Educação Promocional do Espírito Santo, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GHEDIN, Evandro (Org.) **Educação do Campo**: epistemologias e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

RAYNAULT, C. **Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos**. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri, SP: Manole, 2011 p. 69- 105.

ROCHA, I. X. O. A Formação Integral nos CEFFAs. In: **Revista da Formação por Alternância**. Dez. 2007.

SANDRI, T. **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento rural**: um estudo sobre a Casa Familiar Rural de Reserva – Paraná. Ponta Grossa. 2004. 162 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2004.

TEIXEIRA, E. S.; ANTUNES, L. C. Casas familiares rurais e desempenho escolar: um estudo na região sudoeste do Paraná. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 951-969, set./dez. 2011.

| 3º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Movimentos Sociais e Educação do Campo | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: () Nota (x) Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45 / 03; Prática: ___ / ___; Total 45 / 03 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>A história da luta de classes. Movimentos sociais e organização social do campo. Tipos de Movimentos sociais. A relação entre educação e trabalho como fundamentos ontológicos e históricos da educação do campo. Lutas por educação. O que é educação do campo e não para o campo. Educação do Campo uma perspectiva da educação popular.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2001.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma política nacional de educação do campo. Caderno de Subsídios, Brasília, DF, 2003.</p> <p>BORGES, Heloisa da Silva; VILHENA JUNIOR, Waldemar Moura (Org.) Movimentos Sociais do Campo: aspectos históricos, ideológicos e políticos. Manaus: UEA Editora Valer, 2013.</p> <p>CALDART, R.S. Pedagogia do Movimento Sem-Terra. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>SOUZA, M.A. Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST.</p> | | |

Petrópolis: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALDART, R. S. Caminhos para a transformação da escola. In: CALDART, R.S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (Org.). **Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 115-138.

CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. **Rev. Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 2, n.2, p.1-16, 2004. Disponível em: Acesso em: 05 set. 2015.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola É Mais do que Escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEITE, S.C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MUNARIM, A. Trajetória do Movimento Nacional de Educação do Campo no Brasil. Educação. Revista do Centro de Educação, Santa Maria, v. 33, n. 1, p.57-72, jan.-abr. 2008. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da Questão Agrária no Brasil. In: PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 15-85.

RIBEIRO, Marlene. Movimentos Sociais, Questão Agrária e Educação do Campo. In: COUTINHO, A.F.; CAVALCANTI, C. R. (Org.). **Questão agrária: movimentos sociais e educação do campo**. Curitiba, PR: CRV, 2012. p. 99-114.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 197-224.

| 3º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Currículo da Educação Básica | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: () Nota (x) Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Teorias de currículo: tradicionais, críticas e pós- críticas. Currículo e cultura: condicionantes e influências, disciplinas e integração curricular. A produção de conhecimento no campo do currículo. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Relações entre produção curricular, saberes profissionais e formação de professores. Currículo Escolar sócio-interacionista. Fundamentos da avaliação curricular.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>LOPES, Alice Casimiro (Org); MACEDO, Elizabeth (Org). Currículo debates contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 237 v. 2 (Série cultural, memória e currículo).</p> <p>MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículos e Programas no Brasil. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CARDOSO, Maria Helana Fernandes (Org). Escola Fundamental: Currículo e Ensino. 2. ed. Campinas - SP: Papirus, 1995. p. 216 (Coleção Magistério: formação e trabalho).</p> <p>SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 352 p.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite. O sentido da escola. Rio de Janeiro,</p> | | |

DP&A, 1999.

ALVES, Nilda et al. **Criar currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002.

BARRETO, Elba Siqueira de Sa (Org.). **Os Currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Formação de professores).

COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **O Currículo nos limiares do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Currículo de ciências em debate**. Campinas, Papirus, 2004.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo, Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.32, p.285-296, maio /ago, 2006.

MOREIRA, Antonio Flávio B. (org.) **Currículo: políticas e prática**. Campinas: Papirus, 1999.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da (Org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas na sala de aula - uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SACRISTAN, J. GIMENO. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, curricular e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, Luiz Heron da (org.). **Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

| 3º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Concepções e Práticas de Educação Infantil | Classificação: obrigatória |
| Código: 03010621/Educação | Avaliado por: () Nota (x) Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>As dimensões biológicas, psicossocial, histórica e cultural do conceito de criança e de infância. A percepção de criança em sua realidade educativa. Práticas relacionadas com o educar e o cuidar: abordagens sobre as diferentes linguagens (o brinquedo, o desenho, a música, corpo e movimento). Discussão e organização do ambiente e das rotinas pedagógicas na educação infantil que favorecem a ampliação do conhecimento de mundo, a construção da identidade e da autonomia. Debate sobre as políticas nacionais de educação infantil e sua influência nas práticas pedagógicas para as escolas do campo.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>AQUINO, Lígia Maria Leão de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Orientação Curricular para a Educação Infantil: Referencial Curricular Nacional e Diretrizes Curriculares Nacionais. In: Educação da Infância: História e política. Niterói: UFF, 2013.</p> <p>BRAIT, Beth. Educar na infância perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>BONDIOLI, Anna. Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos: uma abordagem reflexiva. 9ª Ed. Porto Alegre. Artmed, 1998.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato (Org). Pedagogia(s)</p> | | |

da Infância: Dialogando com Passado Construindo o Futuro. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 328.

KRAMER, Sônia. **Infância e Educação infantil.** São Paulo: Papyrus, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANGOTTI, Maristela (org.) **Educação infantil:** para que, para quem e por quê? Campinas, SP: Alínea, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a educação infantil – RCNEI – Brasília: MEC/SEF, 1998. 03 vl.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil/Coordenação Geral de Educação Infantil.** — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. I e II.

DEVRIES, Rheta. **A ética na Educação Infantil:** o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KULMANN Jr, Moysés. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre. Mediação, 1998. Ática, 2005.

VASCONCELLOS, V.M.. (Org.). **Educação da Infância:** história e política. 2ª ed. Niterói: Editora da UFF, 2013.

| 4º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Educação Inclusiva | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |

Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04

EMENTA:

Pressupostos teóricos e metodológicos da Escola Inclusiva. Análise histórica da educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional. Questões políticas, ideológicas e éticas da Educação Inclusiva. As necessidades educacionais especiais: deficiências visuais, auditiva, mental, física, múltipla, TDHA, transtorno do Espectro Autista, e outros distúrbios e dificuldades de aprendizagem. Legislação para Educação Inclusiva. Os sujeitos do processo educacional que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Perspectivas da Educação Inclusiva no sistema escolar: currículo, didática e avaliação. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: família, escola e sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação Secretária de Educação Especial; ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva** Brasília: MEC, 2010. 48 p. 1v. il. (A educação especial na perspectiva da inclusão escolar).

BRASIL. Ministério da Educação Secretária de Educação Especial; SARTORETTO, Maria Lucia; BERSCH, Rita de Cássia R.. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa.** Brasília: MEC/UFC, 2010. 64 p. 6v. il. (A educação especial na perspectiva da inclusão escolar). ISBN 978-85-60331-35-2.

BRASIL. Ministério da Educação Secretária de Educação Especial et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: surdocegueira e deficiência múltipla.** Brasília: MEC/UFC, 2010. 48 p. 5v. il. (A educação especial na perspectiva da inclusão escolar).

CARLOS, Anne Helly Figueredo; SILVA, Silvânia Lúcia de Araújo. **A dialética da inclusão na contemporaneidade: um olhar sobre particularidades da prática inclusiva escolar.** Patu: [s.n.], 2010. 40 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Dulce Barros de. Formação de professores para a escola inclusiva. In: LISITA, Verbena M. S. S; PEIXOTO, Adão J. (Org.). **Formação de professores: políticas, concepções e perspectivas**. Goiânia: Alternativa, 2001.

BRASIL/MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Adaptações curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais**, Brasília, 1999.

____Ministério da Educação. **Direito à Educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais, orientações gerais e marcos legais. Brasília: Mec/ Secretaria da Educação Especial, 2004. BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069. Brasília/DF, 1990.

____. **Lei n. 10.436**: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.

____. Ministério de Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, SEESP, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre princípios, política e prática em educação especial**. Disponível: www.mec.org.br. Acesso em: 12/06/2006.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara (orgs.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 1998. BRASIL, Constituição de 1998. Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2005

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo (orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

| 4º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Sociolinguística | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 30 / 02; Prática: ___ / ___; Total 30 / 02 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Estudo de questões teóricas e metodológicas vinculadas à relação língua e sociedade. Relação entre língua-sociedade. Heterogeneidade linguística. Preceito linguístico. Regra variável (variável-variantes). Condicionamentos linguísticos e extralinguísticos. Mudança linguística. Sociolinguística e ensino de língua. Política linguística.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2001. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.</p> <p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>MATOS E SILVA, Rosa Virgínia. Contradições no ensino do português. São Paulo: Contexto, 2000.</p> <p>MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luíza. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> | | |

BECHARA, E. **Ensino de gramática**. Opressão? Liberdade? São Paulo: Ática, 2007. CALVET, L.J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2003. FIORIN, J. L (Org.) **Introdução à linguística**. Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2007.

MULLER DE OLIVEIRA, Gilvan. **Declaração universal dos direitos linguísticos**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SILVA, Fábio Lopes e MOURA, Heronides M. M. (orgs.) **O Direito à fala**. Florianópolis: Insular, 2002.

TARALLO, Fernando. **A Pesquisa Sociolinguística**. 7ª. Ed. São Paulo: Ática, 2005.

TARALLO, Fernando. **Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1994.

| 4º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Gestão e Planejamento Educativo | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: A gestão e sua interface com as políticas educacionais. Fundamentos teóricos da Administração e Gestão Educacional. Características do Planejamento Educacional. Organização do trabalho pedagógico em termos de planejamento, coordenação e avaliação dos processos educativos escolares e não-escolares. Planejamento participativo e elaboração de projetos educativos direcionados a educação do campo. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |

CASTRO, Alda Maria Duarte de Araújo; BARBALHO, Maria Goretti Cabral. **Formação de gestores a distância: uma contribuição para a gestão democrática da escola.** Natal: EDUFRN, 2012. 253p.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, Jorge Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar, políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 543 p.

PERRENOUD, Philippe. **Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar** Porto Alegre: Artmed, 2007. 229 p.

VALERIEN, Jean. **Gestão da Escola Fundamental: Subsídios Para Análise e Sugestões de Aperfeiçoamento.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola.** Teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCE, Maria Beatriz. e MEDEIROS, Isabel L. Pedroso de. **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências.** Porto Alegre /RS Editora da URFG . 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Escola de Gestores da Educação Básica - CD-ROM.** Brasília: MEC, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** São Paulo. Ática. 2007.

PETITAT, André. **Produção da Escola Produção da Sociedade.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

ROMANELLI, Otaiza de O. **História da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

| 4º PERÍODO | | |
|----------------------------|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |

| | |
|---|---|
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Aspectos históricos da EJA como instrumento de inclusão e seus pressupostos teórico-metodológicos. O sujeito participante da Educação de Jovens e Adultos na sociedade, e o seu processo de alfabetização. A especificidade das práticas educativas com jovens e adultos nas escolas do campo, considerando-se a orientação metodológica da relação dialética teoria-prática e da perspectiva de Educação popular. A apropriação de saberes escolares e cidadania. Aprendizagem ao longo da vida.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 86</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, Jose Eustáquio. Educação de jovens e adultos teoria, prática e proposta 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 136 p. 5v. (Guia da escola cidadã, v. 5).</p> <p>FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da liberdade uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.</p> <p>_____, Paulo. Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 148 p. (Leitura).</p> <p>PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e de educação de adultos. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. São Paulo:</p> | |

Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Saber e Ensinar: Três Estudos de Educação Popular** 3. ed. Campinas: Papyrus, 1986. p. 187.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 8 ed. Indaiatuba: São Paulo. Editora Villa das Letras., 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PAIVA. J. e OLIVEIRA, I. B. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

| 4º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | História e Geografia do Rio Grande do Norte | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 30 / 02; Prática: ___ / ___; Total 30 / 02 | | |
| EMENTA: Compreender a formação do Estado do Rio Grande do Norte a partir do processo de ocupação e povoamento, enquanto espaço produzido pelo homem; caracterizar o território e o poder político na capitania do RN; conhecer os principais acontecimentos históricos que transformaram politicamente a Capitania; os holandeses e sua influência cultural; discutir os processos políticos e econômicos que marcaram os séculos XIX e XX. Entender o Estado do Rio Grande do Norte dentro da economia global e nacional. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ADAS, Melhem. Geografia Geral: Quadro Político e Econômico do Mundo Atual . 1. | | |

ed. São Paulo: Moderna, 1979. p. 197.

BRAZ, Emanuel Pereira. **A Abolição da Escravidão em Mossoró: Pioneirismo Ou Manipulação de Fato.** Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1999. p. 136.

GUIMARÃES, Maria Leda Lins. **A geografia no espaço tempo.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, 1996. 108 p. ISBN 85-7273-045-1.

RIBEIRO, Luíz Távora Furtado. **Ensino de história e geografia.** Fortaleza: Brasil tropical, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Raimunda; CASTRO, Maria das Neves Gurgel de Oliveira. Rio Grande do Norte: **Geografia história.** São Paulo: FTD, 1995. p. 176.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 11, 2017.

MORES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia.** São Paulo: brasiliense, 2007. –(coleção primeiros VERISSIMO, Luis Fernando. **20 histórias escolhidas: Agora Comunicação Integrada** 78 p. (Coleção o dia: livros; 1).

ZAMBONI, Ernesta (Coord). **A Prática do Ensino de História.** São Paulo: Cortez, 1984. p. 71 (Cadernos CEDES; 10).

| 4º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Literatura e Infância | Classificação: obrigatória |
| Código: 0301067-1/Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |

| |
|---|
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 |
| <p>EMENTA:</p> <p>Literatura e Infância: conceitos e aspectos históricos. A diversidade dos gêneros literários no contexto da infância. A literatura como deleite. Literatura, leitura e formação de leitores. A presença da literatura no processo educativo: aspectos teóricos e metodológicos. A literatura como direito e prazer da criança. A inclusão pela literatura.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. 5. ed. São Carlos: Scipione: DLP, 2008.</p> <p>ABRAMOVICH, Fanny. O estranho mundo que se mostra as crianças. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1983.</p> <p>AMARILHA, Marly. Estão mortas as fadas? Literatura infantil e prática pedagógica. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. 22. ed. São Carlos, SP: Paz e Terra, 2000.</p> <p>CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Org.). Educação infantil: pra quê te quero? Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura infantil: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Ática, 1988.</p> <p>FARIA, Maria Alice de Oliveira. Como usar a literatura infantil na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 49. ed. São Carlos: Cortez, 2008.</p> <p>PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (Org.). Literatura infantil: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p> <p>PALO, Maria José; OLIVEIRA, Maria Rosa D. Literatura infantil: voz da criança. São Paulo: Ática, 1986.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> |

AMARILHA, Marly. **Alice que não foi ao país das maravilhas**: educar para ler ficção na escola. 1. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.

BEDRAN, Bia. **Arte de cantar e contar histórias**: narrativas orais e processos criativos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, Leo (Org.). **Poesia para crianças**: conceitos, tendências e práticas. São Paulo: Pia, 2012.

FILHO, José Nicolau Gregorin Filho. **Literatura infantil**: múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

FRANTZ, Maria Helena Zancan. **O ensino da literatura nas séries iniciais**. Ijuí: Ed. Ijuí, 1997.

PAIVA, Aparecida (Org.). **Literatura**: saberes em movimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PERRAUL T, Charles. **Chapeuzinho Vermelho**. Tradução por Olivia KrahenbOhl. São Paulo: Círculo do livro, 1994.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

| 4º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Literatura e Infância | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: | | |

O objeto de estudo da didática. Concepções da Didática. O processo de ensino aprendizagem na contemporaneidade. O processo de planejamento das ações educativas. Os componentes estruturantes de um plano. A gestão dos conteúdos e da relação pedagógica. Projeto Político Pedagógico. O plano de aula e seus componentes. Sequências didáticas, projetos didáticos. A Avaliação mediadora da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANDAU, V. M. (Org.) **A didática em questão**. 9. ed., Petrópolis: Vozes, 1991.
COMENIUS, João Amós. A. **Didática Magna**. Madrid: Instituto Editorial Réus, 1971.
LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
PIMENTA Selma Garrido (Org). **Didática e Formação de Professores: Percursos e Perspectivas no Brasil e em Portugal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 255.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.
CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007
HAYDAT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 2ª ed. São Paulo. Ática, 1995.p. 95-107.
HOFFMANN, Jussara: **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre. Mediação, 2003.
LUCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.
MASETO, Marcos Tarciso. **Didática: a aula como centro**. 4ª Ed. São Paulo: FTD, 1997
PIMENTA, S. G. Epistemologia da prática ressignificando a didática. In: FRANCO, A. S.;
PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2010.

| 4º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Pesquisa e Práticas II | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Problemáticas que envolvem a relação dos sujeitos/alunos e professores com o conhecimento escolar. Os processos de construção e ensino - aprendizagem do conhecimento escolar. Concepções teórico-metodológicas de pesquisa em Educação. Estudos das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANDRÉ, M.E.D. A. Etnografia da prática escolar. 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. COSTA, Marisa Cristina V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>MINAYO, M. C. de S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RN: Vozes, 2001.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.</p> | | |

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: Como Fazer Pesquisa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo, 1986.

| 5º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Educação Pela Arte Expressão Cultural | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: O significado Social da educação pela arte. Cultura e expressão cultural como mediação pedagógica para a construção da identidade étnica. A sinestesia e criatividade na educação pela arte. Corpo, corporeidade, identidade e interculturalidade nas sociedades tradicionais e na sociedade ocidental contemporânea. O significado político da arte na educação. As linguagens artísticas no trabalho pedagógico na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas do campo. Planejamento de atividades artísticas e avaliação em artes. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil . São Paulo: Perspectiva, 2002 BAUDELAIRE, Charles. As flores do mal . São Paulo: Editora Martins Claret, 2001. BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais-Arte . Brasília/DF: MEC/SEE, 1997. | | |

FUSARE, M.F.R; FERRAZ, M.H.C. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BENJANMIM, Walter. **Um crítico no auge do capitalismo**. Obras Escolhidas. Vol. III. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003.

| 5º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Gestão da Escola do Campo | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: Os processos educativos nas instituições não escolares: no setor produtivo, nos movimentos sociais e nas entidades da sociedade civil no contexto brasileiro contemporâneo. A gestão democrática na escola do campo. O papel do pedagogo na articulação do conhecimento e das ações no âmbito da sociedade civil organizada. A organização da práxis pedagógica na educação escolar e não escolar | | |

nas comunidades campestres na perspectiva do trabalho como princípio educativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, Ana Lúcia. Gestão da Sala de Aula: o manejo de classe com nova roupagem? In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. P. 87-100.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASTOS, João Baptista (org). **Gestão Democrática – O Sentido da Escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o sociativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOSSA, Nadia A. **Um Olhar Psicopedagógico**. São Paulo: Artmed, 2002.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GANDIN, Danilo. **Escola e Transformação Social**. 7. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SÁ, Ricardo Antunes. **Pedagogia e formação**. O trabalho pedagógico nos processos educativos não escolares. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

5º PERÍODO

| | | |
|----------------------------|----------------------------|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Alfabetização e Letramento | Classificação: obrigatória |
|----------------------------|----------------------------|--------------------------------------|

| | |
|--|---|
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Aspectos históricos e sociais da alfabetização. Concepções teóricometodológica do processo de alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Compreensão das principais teorias e métodos que alicerçam as práticas alfabetizadora. A indissociabilidade entre a alfabetização e o letramento no acesso ao mundo da escrita. O letramento e os letramentos (social, escolar, emocional, ecológico, digital, etc.). O desafio de alfabetizar letrando.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre teoria e prática. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.</p> <p>CASTANHEIRA. M. L; MACIEL, F. I. P; MARTINS, R. M. F. (Orgs). Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte/MG: Autêntica/Ceale: 2009.</p> <p>FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1985.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.</p> <p>FRADE, Isabel Cristina A. da S. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdo da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. Educação Santa Maria. v.32, n. 01, p. 21-40, 2007. Disponível em: http://www.ufsm.br/ce/revista. Acesso em 22/11/2012. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, Col. Polêmicas do nosso tempo, nº 4, 1989.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> | |

123 p.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 122 p. Alfabetização e letramento na sala de aula).

SILVA, Ceris S. R. da. **Planejamento das práticas escolares de alfabetização e letramento**. In: CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. (Org.). **Alfabetização e Letramento na sala de aula**. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora: Ceale, 2009. Col. Alfabetização e letramento na sala de aula.

OÑATIVIA, Ana Cecília. **Alfabetização em três propostas – da teoria à prática**. São Paulo: Ática; 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, Maria de Fátima C. e Sena, Maria das Graças C. **Dificuldades de aprendizagem na alfabetização**. Belo Horizonte, Autentica/Ceale, 2000.

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado Aberto, 1995.

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

OLIVEIRA, Maria do Socorro; KLEIMAN, Ângela B. (Orgs.). **Letramentos múltiplos: agentes, práticas, representações**. Natal – RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

SCILIAR-CABRAL, Leonor. **Guia prático de alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2003.

| 5º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Ensino de História e Geografia | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |

| |
|--|
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 |
| <p>EMENTA:</p> <p>O conhecimento espacial e histórico e suas relações com a realidade. Interações do mundo físico com as transformações históricas. Visão do ser humano e as suas múltiplas interações com o espaço que envolvam conceitos e atitudes do ensinar e aprender da História e da Geografia. Conhecimento dos campos de competência e suas interações transdisciplinares. Práticas pedagógicas que envolvem conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes no ensinar e aprender Geografia e Histórica numa perspectiva interdisciplinar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental para as escolas do campo.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ALMEIDA, Raimunda; CASTRO, Maria das Neves Gurgel de Oliveira. Rio Grande do Norte: Geografia história. São Paulo: FTD, 1995. p. 176.</p> <p>BITTENCOURT, C. (Org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.</p> <p>CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. 11. ed. Campinas: Papirus, 2009. p. 192.</p> <p>EIFLER, Ellen W. Experiência Didática Para Quem Gosta de Ensinar Geografia. Porto Alegre: Sagra Editora e Distribuidora, 1986. p. 71.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. Didática e práticas de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. 5.ed. Campinas: Papirus, 2008.</p> <p>GUIMARÃES, Maria Leda Lins. A geografia no espaço tempo. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, 1996. 108 p. ISBN 85-7273-045-1.</p> <p>KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura AfroBrasileira e Africana.</p> |

Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – História**. Brasília: Ensino Fundamental (1ª a 4ª Série). Brasília: MEC/SEF, 1997.

FONSECA, Thaís. **História & Ensino de História**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista de História**, Nº 25/26. São Paulo: ANPHU, 1993, p.143-162.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino De (Org). **Para onde vai o ensino de geografia; Para Onde Vai o Ensino de Geografia**. 9. ed. São paulo: Contexto, 2010. p. 144 (Coleção repensando o ensino). BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, c1990. 187 p.

SCHIMIDT, Maria; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

| 5º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Ensino de Língua Portuguesa | Classificação: obrigatória |
| Código: 0301066-1/Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |

Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04

EMENTA:

Concepções de linguagem e língua. O uso da escrita nas práticas sociais. O ensino da língua materna: objetivos, conteúdos e aspectos metodológicos. Os gêneros textuais como unidade básica do ensino da oralidade, escrita leitura e análise linguística. Sistemática Planejamento das aulas de língua materna e formas de avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Milton José De et al. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

HOSS, Myriam da Costa. **Prática de Ensino da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos Científicos, 1981.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Contradições no Ensino de Português: uma língua, diversos falares, O papel da escola diante da norma, norma padrão e normas sociais**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2013. 94 p. (Repensando a língua portuguesa).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Antônio Augusto G. **Aula de português**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KAUFMAN, Ana Maria; RODRIGUES, Elena. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NASPOLINI, Ana Tereza. **Didática de português: tijolo por tijolo: leitura e produção escrita**. São Paulo: FTD, 1996.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

| 5º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Estágio Supervisionado I na Educação de Jovens e Adultos | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: () Disciplina () TCC (x) Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 135 / 09; Prática: ___ / ___; Total 135 / 09 | | |
| EMENTA: Teoria: os aspectos legais do estágio. Estágio como pesquisa. A práxis profissionais da educação – gestor (a), coordenador (a) pedagógico (a), professor (a), técnicos (as) e outros. A gestão do trabalho pedagógico na EJA. Prática: Observar a gestão na sala de aula na totalidade para a elaboração do diagnóstico a escola; planejamento e ação na Educação de Jovens e Adultos. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDRÉ, Marli. Etnografia e o estudo da prática escolar cotidiana. In: ANDRÉ, Marli. Etnografia da prática . São Paulo: Papyrus, 1995. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2008. PIMENTA Selma Garrido. O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Carlos: Cortez, 2006. p. 200. SOUZA, Regina Célia De (Org) et al. A Práxis na Formação de Educadores Infantis . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 125 p. PARO, Vitor Henrique. Gestão da escola pública . São Paulo: Ática, 2004. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). Por uma educação do | | |

campo. Petrópolis: Vozes, 2004

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, P. **Conscientização:** teoria e prática da liberdade uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil:** educação popular e de educação de adultos. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

| 6º PERÍODO | | |
|---|----------------------|---|
| Nome do componente: | Ensino de Matemática | Classificação: obrigatória |
| Código: 0301065-1/Educação | | Avaliado por: (x) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: Objetivos e finalidades da matemática nos currículos escolares. Investigação, prática e teorização sobre objetivos, temas, conteúdos, conceitos e metodologias abordadas no ensino da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental em suas respectivas modalidades. Produção e uso de materiais didáticos tecnológicos no ensino de Matemática | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Prática Possível. 7. ed. São Paulo-SP: Papyrus, 2012. 112 p. ARANÃO, Ivana Valéria. D. A Matemática Através de Brincadeiras e Jogos. 7. | | |

ed. São Paulo-SP: Papyrus, 2011. 91 p.

BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática**. Brasília: MEC; SEF, 1997. (Parâmetros curriculares nacionais; v.3).

MACEDO, Lino de. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MACHADO, José Nilson. **Matemática e Realidade**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRAHER, T. CARRAHER, D. SCHLIEMANN, A. **Na vida dez, na escola zero**. 13. ed. São Paulo; Cortez, 2003.

CURY, H. N. **Análise de erros**: o que podemos aprender com as respostas dos alunos. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008.

D'AMBRÓSIO, U. **Educação matemática**: da teoria a prática. 2. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1997.

NUNES, Terezinha et al. **Educação Matemática: números e operações numéricas**. São Paulo: Cortez, 2005.

PARRA, Cecília; SAIZ, Irma (Orgs.) et al. **Didática da Matemática**: Reflexões Psicopedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

STAREPRAVO, Ana Ruth. **Matemática em Tempo de Transformação**: construindo o conhecimento matemático através de aulas operatórias. Curitiba: Renascer, 1997.

6º PERÍODO

| | | |
|--------------------------------|--|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Currículo da Escola do Campo | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: | Grupo: (X) Disciplina () TCC | |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Departamento de Educação | () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Teorias do currículo. As relações entre currículo, cultura e poder. Currículo crítico integrado ao saber e ao mundo do trabalho do campo. A escola democrática no contexto contemporâneo. O currículo e a relação entre a gestão democrática, participativa e a Pedagogia da Alternância. O currículo como projeto de formação cultural mediado pela escola do campo. A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP). Paradigma da construção de um PPP da Educação do Campo.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.</p> <p>MACEDO, Elizabeth. Estudos em currículo e cultura. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de;</p> <p>AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Sentidos de currículo: entre linhas teóricas, metodológicas e experiências investigativas. Campinas, SP: FE/UNICAMP; ANPEd, 2006.</p> <p>PIMENTEL, Álamo. Prefácio. In: MACEDO, Roberto Sidnei. Currículo, Diversidade e Equidade: luzes para uma educação intercristica. Salvador: Edufba, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>MACHADO, Ilma Ferreira. Um projeto político-pedagógico para a escola do campo. Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional, v. 4, nº 8, p. 191-219. jul/dez. 2009.</p> | |

MARÍN, José. Globalização, diversidade cultural e desafios para a educação. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 16, n. 30, p. 139-160, jan.-abr. 2007.

MARTINS, Fernando José. Organização do trabalho pedagógico e Educação do Campo. **Revista Educação Santa Maria**, v. 33, n. 1, p. 93-106, jan./abr. 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

| 6º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Língua Brasileira de Sinais | Classificação: obrigatória |
| Código: 04010891/Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: Libras em contexto. Estudos das modalidades visual e gestual da comunidade das pessoas surdas. Gramática de uso. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar : abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez Brasília: MEC/UFC, 2010. 24 p. 4v. il. (A | | |

educação especial na perspectiva da inclusão escolar).

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: A aquisição da Linguagem**. Porto Alegre - RS: Artmed, 1997. 126 p.

SKLIAR, Carlos. **A surdez um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 192 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FELIPE, T. A. Libras em Contexto: **Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos**. MEC: SEESP, Brasília, 2001.

PERLIN, G. **História do povo surdo**. Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Acadêmica em Surdos. UNISC, 2003. Material não publicado.

QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SILVA, M. da P. M. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

| 6º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Ensino de Ciências | Classificação: obrigatória |
| Código: 0301063-1/Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |

Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04

EMENTA:

Objetivos e importância do ensino de Ciências Naturais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A didática das ciências naturais e o ensino de Ciências como prática investigativa. Parâmetros Curriculares, temas transversais e tendências no Ensino de Ciências. Os conteúdos e os recursos didáticos para o ensino de Ciências na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e EJA nas Escolas do Campo. O papel da avaliação no ensino de Ciências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, A M.P. de. **Ensino de ciências:** unindo a pesquisa e a prática. Thompson, 2004.

FROTA-PESSOA, Oswaldo. **Como Ensinar Ciências** 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. p. 218 (Atualidades pedagógicas).

JOULLIÉ, Vera; MAFRA, Wanda. **Didática de Ciências:** Através de Módulos Instrucionais. 6. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1987. p. 212.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Novas Tecnologias Para o Ensino de Ciências:** Condicionantes de Sua Utilização na Sala de Aula. Brasília: MEC/SEF, 1979.

CARVALHO, A M. P. de; GIL-PEREZ, Daniel. **Formação de Professores de Ciências:** Tendências e inovações, 4a.ed., São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, A. M. P. de.; VANNUCCHI, A. I.; BARROS, M. A.; et al. **Ciências no Ensino Fundamental:** o Conhecimento Físico. São Paulo: Scipione, 1998.

CHALMERS, Alan. **Que é Ciência, Afinal?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

WEISSMANN, Hilda (Org.) **Didática das Ciências Naturais:** contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.

| 6º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Práxis Docente da Educação do Campo | Classificação: obrigatória |
| Código: 03010641/Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45 / 03; Prática: ___ / ___; Total 45 / 03 | | |
| EMENTA: | | |
| <p>A construção histórica do trabalho docente. Profissionalização do professor. As dimensões da Prática Profissional do Professor/educador. O professor como intelectual orgânico. Ser profissional ou educador. Práticas pedagógicas e a formação de educadores do campo. As tendências da formação de professor.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| <p>ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do Campo. Caderno CEDES, v.27, n.72, pp.157-176. maio/agosto 2007.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>GARCIA, Carlos M. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na</p> | | |

investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e sua formação**. Portugal: Publicações Dom Quixote, Ltda – Instituto de Inovação Educacional e autores, 1992.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Os professores e sua formação. Portugal: Publicações Dom Quixote, Ltda – Instituto de Inovação Educacional e autores, 1992.

MENEZES NETO, Antônio Júlio de. Formação de professores para a educação do campo: projetos sociais em disputa. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCAR, M. F. dos S. Princípios Pedagógicos da Educação do Campo e o Currículo da Educação de Jovens e Adultos do campo: discurso e prática. Tese (Doutorado). Universidad Del Mar (Udelmar): Chile, 2011.

ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ:Vozes, 2011.

BENJAMIM, César, CALDART, Roseli Salette. **Projeto popular e escolas do campo**: Por uma educação básica do campo. Nº 3. Brasília: Editora Peres, 1997.

SHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a Educação Básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010. Disponível em:<

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302010000300017&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. (6ª ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

VEIGA, Ilma Passos A. Professor: Tecnólogo do ensino ou agente social. In: VEIGA, Ilma Passos A. **Formação de professores**: políticas e debates. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

| 6º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Estágio Supervisionado II (Educação Infantil) | Classificação: obrigatória |
| Código: Educação | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: () Disciplina () TCC (x) Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): - | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 135 / 09; Prática: ___ / ___; Total 135 / 09 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Concepções de Estágio, o Estágio como pesquisa, relação teoria e prática. Estudo, análise e problematização do campo de atuação profissional. Elaboração de Plano de Intervenção pedagógica para prática da Educação Infantil. Construção de planos de aula e sequências didáticas para aulas na Educação Infantil das Escolas do Campo. Ação docente na educação infantil nas Creches e pré-escolas do Campo.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FAZENDA, Ivani, et al. A prática de ensino e o estágio Supervisionado. São Paulo: Papirus, 1991.</p> <p>FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. São Paulo: Papirus, 1996.</p> <p>PIMENTA Selma Garrido. O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?. 7. ed. São Carlos: Cortez, 2006. p. 200.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> | | |

BUJES, Maria Isabel E. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na educação infantil?** Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (Org.) **Educação infantil: muitos olhares.** São Paulo: Cortez, 1996.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios.** Campinas, SP: Papyrus, 2007.

SOUZA, Regina Célia De (Org) et al. **A Práxis na Formação de Educadores Infantis.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 125 p.

ZABALZA, M A. **Didacticada educação infantil.** Porto: Edições ASA, 2005.

| 7º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Nutrição na Alimentação Escolar | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Educação | Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: Nutrição na Alimentação Escolar | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___ / ___; Total 60/04. | | |
| EMENTA: Conceitos de Nutrição, estudo dos alimentos e dos nutrientes. Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, merenda escolar saudável, higiene e controle de manipuladores de alimentos. Controle social e o PNAE. Educação promotora de saúde na alimentação escolar. | | |

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACCIOLY, E. A escola como promotora da alimentação saudável. **Ciência em Tela**, volume. 2, nº 2, 2009.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei 11.947** de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em:

<

ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/pdde/eL_11947_16062009.pdf.> . Acesso em 03 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde; 2011. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/>>. Acesso em 03 jan. 2019.

BRASIL. **Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2011. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/> . Acesso em 03 jan. 2019.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nO216, de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. Brasília, DF: ANVISA, 2004. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/e-legis/>>. .> . Acesso em 03 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação - Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia Alimentar para a população brasileira: Promovendo a alimentação saudável! Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 210p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF: MS, MEC, 2006. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>>. .>. Acesso em 03 jan. 2019.

LUZ, F. L., RAMOS, O. M. e BASTOS, A. V. **Alimentação Escolar Saudável:**

Aproximando agricultura familiar, alimentação escolar, educação alimentar e ambiental. Maquiné, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação - Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia Alimentar para a população brasileira: Promovendo a alimentação saudável! Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 210p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº**

1010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF: MS, MEC, 2006. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>. Acesso em 03 jan. 2019.

DANELON, S.A.M., DANELON, S.M., SILVA, V. M. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas, **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 13(1): 85-94, 2006.

DAVANÇO, G.M.; TADDEI, J.A.A.C.; GAGLIANONE, C.P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. **Rev. Nutr.** V.17, n.2, p. 177-184. 2004.

MAHAN, L. K. ; Strump E. S. Krause. **Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 9ª edição. São Paulo: Roca, 1998.

| 7º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Criança: linguagem oral e escrita | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Educação | Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: Criança: linguagem oral e escrita | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 30/02; Prática: ___ / ___; Total 30/02. | | |
| <p>EMENTA: Caracterização do processo de desenvolvimento da linguagem e do pensamento infantil, tendo presente os fundamentos epistemológicos dessa formação e sua importância para o processo de alfabetização nas escolas camponesas. Discute a relação linguagem, cultura, sujeito e ensino da língua e a escrita como produção social e cultural, no contexto do pensar e do fazer.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| ARENA, D. A literatura infantil como produção cultural e como instrumento de | | |

iniciação da criança no mundo da cultura escrita. São Paulo: Cortez, 2010.

CRUVINEL, F.R. Ensinar a Ler na Escola: A leitura como prática Cultural. **Ensino em REVISTA**, Uberlândia, 2010, p.249-276.

MELLO, S; MILLER, S. **O desenvolvimento da linguagem oral e escrita em crianças de 0 a 5 anos.** Pró-Infantil: Curitiba, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRAIDY, Carmen Maria; KAERCHER, Gládis E. **Educação infantil:** Pra que te quero? Porto Alegre. Artmed. 2001. Cap.12, p.135-151

FEIL, Izelda Terezinha Sausen. **Alfabetização:** um desafio novo para um novo tempo. 13. ed. Ijuí, RS: Vozes, 1991.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo.** São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky:** Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. 4ª ed. São Paulo: editora Scipione, 2003.

VYGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins

Fontes, 2001.

SMOLKA, Ana L. B. **A criança na fase inicial da escrita:** alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez: Editora da UNICAMP, 2003.

| 7º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Criança: linguagem matemática | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Educação | Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: Criança: linguagem matemática | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 30/02; Prática: ___ / ___; Total 30/02. | | |
| EMENTA: A função social dos conteúdos matemáticos e sua relação com a Educação do Campo. A matemática no currículo, na legislação e seus enfoques teóricos metodológicos aplicáveis à Educação Infantil do campo. | | |

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. - Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

FAYOL, M. **A criança e o Número**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática**. Campinas, SP.

Autores Associados, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

D'AMBRÓSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas/SP: Petrópolis, 1996.

FLATO, Moshé. **O poder da matemática**. Lisboa: Terramar, 1990.

KISHIMOTO, Fizuki M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo. Cortez, 1999.

PIAGET. J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro. Zahar, 1971

RANGEL, Ana Cristina Souza. **Educação matemática e a construção do número pela criança: uma experiência em diferentes contextos sócio-econômicos**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.

7º PERÍODO

| | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Laboratório de TCC | Classificação: obrigatória |
| Código: 0301122-1 | Avaliado por: () Nota (x) Conceito | |
| Departamento de origem: | Grupo: () Disciplina (x) TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: 0301122-1 - Laboratório de TCC | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45/03; Prática: ___ / ___; Total 45/03. | | |

EMENTA: Pesquisa social. Socialização de Estudos e pesquisas do curso. Etapas de um Projeto de Pesquisa. Elaboração do Projeto de TCC. Troca de experiências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, Ivani C. A (org.) **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Loyola, 2010.

SEVERINO, Antônio José. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. (org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 4 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade Marconi. **Fundamentos da metodologia científica**. SP: Atlas, 2001.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **A lógica de construção de um projeto de pesquisa no campo educacional**. Trilhas, Belém, ano 04, n.1, p. 105-108, Jul. 2004.

| 7º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Estágio Supervisionado III (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Educação | Grupo: () Disciplina () TCC (x) Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: Estágio Supervisionado III (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática | | |

Carga horária/Crédito: Teórica 135/09; Prática: ___ / ___; Total 135/09.

EMENTA: Organização e ação didática a partir do diagnóstico dos processos educativos escolares nos anos iniciais do Ensino fundamental nas escolas camponesas. O planejamento e a ação docente como elementos indissociáveis da prática pedagógica escolar nas escolas do campo. Materiais didático-pedagógicos e diferentes metodologias no ensino-aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUDKE, Menga. Formação inicial e construção da identidade profissional de professores de 1º grau. In: CANDAU, Vera M. (Org.) **Magistério: construção cotidiana**. 5. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997..

MARTINS, Fernando José. **Organização do trabalho pedagógico e Educação do Campo**. Revista Educação. Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 93-106, jan./abr. 2008.
MASETTO, Marcos Tarciso. **Didática: a Aula Como Centro**. 4. ed. São Paulo: FTD, 1997.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria S. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GERALDI, Grisolia, et al (orgs) **Cartografia do trabalho docente: professor(a) pesquisador(a)**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil-ALB. 1998.

MACIEL, L. S. B.(Org.) **Reflexões sobre a formação de professores**. Campinas-SP: Papirus, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1993
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução n. 36/2010-CONSEPE, de 11 de agosto de 2010. Regulamenta o estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciaturas da UERN. Aécio Cândido de Sousa. Presidente em Exercício. Sala dos Conselhos. Mossoró-RN.

8º PERÍODO

| | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Tecnologias e Mediação Pedagógica | Classificação: obrigatória |
| Código: 0301072-1 | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Educação | Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: 0301072-1 - Tecnologias e Mediação Pedagógica | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___ / ___; Total 60/04. | | |
| <p>EMENTA: A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do pedagogo. A mediação pedagógica, compreensão e uso dos audiovisuais em sala de aula das escolas camponesas: fotografia, rádio, cinema, TV, vídeo, computador, softs educativos, internet. Experiências de Educação à Distância e do uso de audiovisuais em sala de aula.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AURICCHIO, Ligia de Oliveira. Manual de Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.</p> <p>FREITAS, Maria Elenimar de Oliveira; SILVA, Silvânia Lúcia de Araújo.</p> <p>Interdisciplinaridade e recursos tecnológicos: processos em construção na sala de aula contemporânea. Patu: [s.n.], 2010. 56 p.</p> <p>MORAN, J. M. MASETTO, M. T. e BEHENS, M. A. Novas tecnologias e mediações pedagógicas. São Paulo, Papirus, 2000.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. Formação continuada de professores e novas tecnologias. Maceió: EDUFAL, 1999.</p> <p>PINTO, Manuel. Novas Metodologias em educação. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora. 1995.</p> <p>SANCHO, Juana M. Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>SANTAELLA, Lúcia. A cultura das Mídias. São Paulo: Brasiliense, 1996.</p> <p>SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. da S. C. Moita; CARVALHO,</p> | | |

Ana Beatriz Gomes (Org.). **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SOUZA, Márcio Vieira de. **Mídia e conhecimento: a educação na era da informação**. 1998.

TEDESCO, Juan Carlos (Org). **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo: Cortez, 2004.

| 8º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Educação Sócio Ambiental | Classificação: obrigatória |
| Código: | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Educação | Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: Educação Sócio Ambiental | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45/03; Prática: ___ / ___; Total 45/03. | | |
| <p>EMENTA: Aquisição de conhecimentos das relações homem-natureza, ecossistemas, recursos e preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e temas que permeiam a dimensão ambiental. Avaliação e controle de impactos ambientais no ar, na água e solo. Elaboração de laudos, relatórios de estudos ambientais. Gestão, planejamento e administração ambiental. Desenvolvimento de ações de preservação, conservação e educação ambiental.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente/ saúde. V. 9. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.</p> <p>GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papyrus, 2006.</p> <p>LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>MEDINA, N. M. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação - PROPACC – Proposta de participação para a construção do conhecimento.</p> | | |

Petrópolis: Vozes, 2003.

REIGOTA, M. **A floresta e a escola**: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CURRIE, K. L. **Meio ambiente interdisciplinaridade na prática**. Campinas, Papirus, 1998.

CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. A dimensão ambiental da educação escolar de 1ª. a 4ª. séries do ensino fundamental na rede escolar pública da cidade de Paranaguá. **Dissertação de doutorado em Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento**, Universidade Federal do Paraná, 1999.

CARVALHO, I. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTRO, R. S. **A formação de professores em educação ambiental possibilita o exercício desta no ensino formal?** Panorama da educação ambiental no ensino fundamental. P. 49 - 53. Brasília: MEC: SEF, 2001.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos, Rima, 2002.

| 8º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Educação para Diversidade | Classificação: obrigatória |
| Código: 03010641 | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Educação | Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: 03010641 - Educação para Diversidade | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45/03; Prática: ___ / ___; Total 45/03. | | |
| EMENTA: | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |

| 8º PERÍODO | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Educação para Diversidade | Classificação: obrigatória |
| Código: 03010641 | Avaliado por: (x) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Educação | Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: 03010641 - Educação para Diversidade | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45/03; Prática: ___ / ___; Total 45/03. | | |
| <p>EMENTA: A política nacional para a diferença e diversidade. Igualdade versus diferença: sentidos e discursos. O currículo, diferenças e diversidade. Conceitos de gênero, raça, etnia, classe social e padrões culturais. As relações de gênero e étnico-raciais e políticas de reparação. Legislação que assegura os direitos dos LGBTs. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade e diferenças. As práticas pedagógicas e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.</p> <p>HERNAIZ, Ignácio (Org). Educação na diversidade experiências e desafios na educação intercultural bilingue. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Sec. de Educ. Continuada, 2009.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Niterói: EDUFF, 1995.</p> <p>BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.</p> <p>_____. Resolução nº 2, de 28 de Abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas</p> | | |

de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

_____. **Resolução nº 5**, de 22 de julho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

_____. **Resolução nº 8**, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.**

CANDAU, Vera M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na escola: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lado ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2014. GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

FELINTO, Renata (Org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert, 2004. In: GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: MEC/SEB, 2007.

LOPES, Alice C. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. **Um discurso sobre gênero nos currículos de Ciências**. Educação e Realidade. 32(1): 45-58 jan/jun 2007.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAGALHÃES, António; STOER, Stephen. **A escola para todos e a excelência acadêmica**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Egleret al. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPE, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: uso e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica

Editora, 2012.

TOMÉ, Claudia Maria Felício Ferreira. De Que Inclusão...Formação, Currículo e Diferença no âmbito da Secad/Secadi. **Tese de doutorado** (Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro 2016.

TOSTA, Sandra Pereira; COSTA, Lígia Marise Lima. Alunos quilombolas, escola e identidade étnicorraciais. **Reflexão e ação**. v. 21, n. esp. 2013, p. 149-171.

| 8º PERÍODO | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Trabalho de Conclusão de Curso | Classificação: obrigatória |
| Código: 0301125-1 | Avaliado por: () Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Educação | Grupo: () Disciplina (x) TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito: 0301125-1 - Trabalho de Conclusão de Curso | | |
| Componentes Equivalentes: | | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/___; Prática: 90 / ___; Total 120/08. | | |
| EMENTA: Estudos, leituras e fichamentos de referenciais teóricos que versam sobre o tema do trabalho de conclusão de curso. Orientação para construção de artigo científico. Apresentação do TCC. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Etnografia da prática escolar . 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. | | |
| BARROS, Aidil de Jesus Paes de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. | | |
| DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. | | |
| DESLANDES, Suely Ferreira Cruz Neto (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. | | |
| FAZENDA, Ivani Catarina A. A pesquisa em educação e as transformações do | | |

conhecimento. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013

RAMPAZZO, Lino. O conhecimento. In: RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica para alunos do curso de graduação e pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2013. p. 17-30.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.).

Metodologia da Pesquisa Educacional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Líber Livro, 2007.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 90-113.

BOGDAN, Roberto, BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27. Disponível em:<

<https://revistas.ufg.br/fchf/article/view/1719>>. Acesso: 29 mar. 2018.

DEMO, Pedro. **Praticar ciência**: metodologias do conhecimento científico. São Paulo: Saraiva, 2011.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, N. 115, p. 139-154, março/2002. Disponível em:<

<http://proferlao.pbworks.com/w/file/attach/65176929/PESQUISA%20QUALITATIVA.pdf>> . Acesso em: 29 mar. 2018.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Quantidade-Qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, JOSÉ Camilo dos, GAMBOA Silvio Sánchez (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez,2000.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Definida na relação entre orientador e orientando a partir do problema/objeto de estudo do trabalho monográfico.

11.2 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

| |
|---------------------------|
| PERÍODO <Nº> |
|---------------------------|

| | | |
|---|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Educação e Multiculturalidade | Classificação: optativa |
| Código: DEC0055 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: Educação e diversidade cultural. Educação e os movimentos sociais. A educação e a paridade dos direitos sem discriminação de etnia, religião, opção sexual. Educação para o diálogo entre os diferentes. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Anos Iniciais. Apresentação de temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001. CALADO, A. J. F.; ANDRADE, L. E. de. (Orgs.). Ser ou tornar-se negro? Memórias, desafios, lutas e utopia. João Pessoa: Idéia, 2002. CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura (Fim de milênio). São Paulo: Paz e Terra, 1999. DURAND, G. O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998. GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1993 | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABRAMOWAY, R. O capital social dos territórios. Disponível em: < http://www.dataterra.org.br/eventos >, 2000. AUGÉ, M. O Sentido dos outros: atualidade da antropologia. Petrópolis: Vozes, 1999. _____. "A vida em uma sociedade pós-tradicional". In: GIDDENS, A.; BECK, U.; | | |

LASH, S. Modernização Reflexiva, São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 25-53.

NÓVOA, A. "Os professores na virada do milênio: Do excesso dos discursos à pobreza das práticas". Educação e Pesquisa, v. 25, n. 1, jan./jun. 1999, p. 10-20.

_____. "As Ciências da Educação e os processos de mudança". In: _____. Ciências da Educação e mudança. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1997, p. 17-67.

SILVA, T. T. da. "Quem escondeu o currículo oculto". In: _____. Documento de identidade: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999, p. 77-152.

| PERÍODO <Nº> | | |
|--|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Leitura, escrita e resolução de problemas matemáticos | Classificação: optativa |
| Código: DEC0056 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 /04; Prática: ___ / ___; Total 60/04 | | |
| EMENTA: Estudo sobre o conceito de interdisciplinaridade na construção do conhecimento escolar. A relação de impregnação mútua entre a matemática e a língua materna. A oralidade, a escrita e o desenho como recursos de comunicação nas escolas de matemática. A resolução de problemas como perspectiva da aprendizagem significativa e do conflito cognitivo para aquisição do conhecimento e do pensar matemático. Estratégias pedagógicas para desenvolver habilidades favoráveis à formulação e ao desenvolvimento de situações problema. | | |

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALRO, H.; SKOVSMOSE, O. Diálogo e aprendizagem em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MENEZES, L. Matemática, Literatura & Aulas. Educação e Matemática, 2011, série 115, p. 67 – 71.

NACARATO, A. M.; LOPES, C. E. Escritas e leituras na Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SMOLE, Kátia Stocco Smole. Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SMOLE, Kátia Stocco. DINIZ, Maria Ignez. CÂNDIDO, Patrícia. Coleção Matemática de 0 a 6: Resolução de problemas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MACHADO, Nilson José. Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua. 5ed. São Paulo:Cortez, 2001.

POZO, Juan Ignacio. (org). A solução de problemas: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RABELO, Edmar Henrique. Textos Matemáticos: Produção, interpretação e resolução de problemas. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SMOLE, Kátia Stocco. Era uma vez na matemática: uma conexão com a literatura infantil. São Paulo: CAEM-USP, 1993.

| PERÍODO <N°> | | |
|--------------------------------|--|--------------------------------|
| Nome do componente: | Organização da Educação Municipal | Classificação: optativa |
| Código: DEC0057 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: | Grupo: (X) Disciplina () TCC | |

| | |
|--|-----------------------------------|
| Departamento de Educação | () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 /04; Prática: ___ / ___; Total 60/04 | |
| EMENTA: | |
| <p>Federação e município. A relação entre município, federação e educação no Brasil. Autonomia, descentralização e municipalização. Mecanismos de concepção, execução, avaliação e gestão da educação municipal.</p> | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | |
| <p>ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Políticas educacionais e Estado federativo: conceitos e debates sobre a relação entre município, federação e educação no Brasil. Curitiba: Editora Appris, 2013.</p> <p>BOTH, I. J. Municipalização da educação: Uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental. Campinas: Papirus, 1997.</p> <p>GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.) Município e educação. São Paulo: Cortez Editora, 1993.</p> <p>LIBÂNEO José Carlos. Educação escolar: políticas estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 409 p.</p> <p>RIBEIRO, Wanderley. Municipalização: os Conselhos Municipais de Educação Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 116.</p> | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | |
| <p>ADRIÃO, Thereza; PERONI, Vera (orgs.). Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna. Recife: ANPAE, 2013.</p> <p>ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Revan/FAPESP, 2000.</p> <p>BORDIGNON, Genuíno. Gestão da Educação no município: sistema, conselho, plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.</p> | |

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Licínio Carlos. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Ângela Maria. A municipalização do ensino na visão dos atores escolares: entre a intenção e a realidade. Santos: Editora Universitária Leopoldianun, 2005.

SOUZA, Donaldo Bello; MARTINS, Ângela Maria. Planos de Educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

WERLE, Flávia Obino Correia (org.). Sistema Municipal de Ensino e Regime de Colaboração. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

| PERÍODO <N°> | | |
|--|----------------------|---|
| Nome do componente: | Projetos Pedagógicos | Classificação: optativa |
| Código: DEC0058 | | Avaliado por: (X) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 /04; Prática: ___ / ___; Total 60/04 | | |
| EMENTA: Significado, importância e tipologia de projetos pedagógicos para o espaço escolar e não escolar. A organização do currículo por projetos de ensino. Projeto de ensino como planejamento didático articulador de conhecimentos. Construção, implementação e avaliação de projetos pedagógicos. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. das G. S. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Artmed, 2007.

BEHRENS, M. Paradigma Emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANÁRIO, R. (org). Inovação e projecto educativo na escola. Lisboa: Educa, 1992.

FAZENDA, I. C. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 2ed.Campinas: papyrus, 1995.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. Projetos pedagógicos práticas interdisciplinares: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Editora Avercamp, 2005. 150 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSMAN, H. Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática. Piracicaba:Ed.Unimep,1996.

ESTEVÃO, C. Gestão estratégica nas escolas. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1998.

NOGUEIRA, N. R. Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: editora Érica, 2007.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Lisboa: D. Quixote, 2002.

ZEN, M. I. D. (org.). Projetos Pedagógicos: cenas de sala de aula. Porto Alegre: mediação, 2001.

| PERÍODO <N°> | | |
|--|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Educação Popular: perspectivas Freirianas | Classificação: optativa |
| Código: DEC0060 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |

| |
|--|
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 /04; Prática: ___ / ___; Total 60/04 |
| <p>EMENTA:</p> <p>Fundamentos da Educação Popular: relações com a História e a Filosofia. Conceitos de Educação Popular. A Educação Popular e a Escola Pública: possibilidades da escola cidadã com Freire e Gadotti. As relações entre educação popular, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia. Paulo Freire, a construção de uma metodologia dialógica e a formação de professores. Relação entre as teorias da educação com as práticas educativas populares desenvolvidas na região.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). A Questão Política da Educação Popular. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 198.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Saber e Ensinar: Três Estudos de Educação Popular 3. ed. Campinas: Papyrus, 1986. p. 187.</p> <p>BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e Educação Popular: a Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982. p. 304 (Coleção ensaios).</p> <p>COSTA, M. V. (Org.). Educação Popular Hoje. São Paulo. Edições Loyola. 1999.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 3º Ed. 1994.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 20. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p> <p>FREIRA, Paula. Teorias e práticas em educação popular escola pública, inclusão, humanização. Fortaleza: UFC, 2011. 245 p. (Coleção Diálogos Intempestivos, n.95).</p> <p>FREIRE, Paulo; OLIVEIRA, Rosiska Darcy De; OLIVEIRA, Miguel Darcy De. Vivendo e Aprendendo: Experiências do Idac em Educação Popular 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 125 p. (Leituras afins).</p> <p>PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil. São Paulo: Loyola, 2003. 527 p. (Temas brasileiros, v.2).</p> |

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOUFLEUER, J. P. Pedagogia da Ação Comunicativa: uma leitura de Habermas. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

GADOTTI, M. Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar. Petrópolis: Vozes, 1990.

GADOTTI, M.; TORRES, C. (Org.). Educação Popular: utopia latino-americana. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994.

GARCIA, R., L.; VALLA, V. A fala dos Excluídos. São Paulo: Papyrus editora, 1996.

PAIVA, V. (Org.). Perspectivas e dilemas de educação popular. Rio de Janeiro, Graal. 1984.

SANTOS, J. M. C. T. Paulo Freire: **Teorias e práticas em educação popular.**

Escola pública, humanização, inclusão. Fortaleza, Edições UFC, 2011.

| PERÍODO <N°> | | |
|---|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Trabalho Docente na sala de AEE | Classificação: optativa |
| Código: DEC0061 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 45/03; Prática: 15/01; Total 60/04 | | |
| EMENTA: A educação especial no contexto da sociedade e da escola pública brasileira; políticas e desafios atuais; o atendimento educacional especializado como serviço de apoio à inclusão escolar do aluno público alvo da educação especial, princípios | | |

e metodologias do atendimento educacional especializado, a tecnologia assistiva na sala de recurso multifuncional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATISTA, Cristina Abranches Mota e Mantoan, Maria Tereza. Educação inclusiva: Atendimento educacional especializado para deficiência mental. 2ª ed, Brasília, ed. MEC, SEESP, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Educação Inclusiva. Atendimento educacional especializado. Coletânea. Brasília: MEC-SEESP, 2006.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009** - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial. Disponível: www.mec.org.br. Acesso em: 11/03/2021.

JESUS, Denise Meyrelles de. BAPTISTA, Claudio Roberto. CAIADO, Katia Regina Moreno. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2013. (p 43-62, p 21-42, p 197-218, p 275-294)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Cristina Abranches Mota e Mantoan, Maria Tereza Educação inclusiva: Atendimento educacional especializado para deficiência mental. 2ª ed, Brasília, ed. MEC, SEESP, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 5. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de (Org.). Escola, Diferença e Inclusão. Fortaleza: Edições UFC, 2010

| PERÍODO <N°> | | |
|--|--|---|
| Nome do componente: | Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem | Classificação: optativa |
| Código: DEC0062 | | Avaliado por: (X) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___/___; Total 60/04 | | |
| EMENTA: Estudo histórico das múltiplas concepções de avaliação a nível nacional e internacional. Paradigmas, métodos e critérios. Conhecimento dos teóricos que orientam para uma avaliação formativa e de desenvolvimento individual e social. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA HOFFMANN, J. Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 12 ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1994, 199 p. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1995. VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2005. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Colaboração de Montserrat Ventura. Traduzido por Jussara Haubert Rodrigues. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. | | |

HUNTER, Madeline. Teoria da Motivação para Professores - Um livro programado. Petrópolis: Vozes, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1992.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: As Abordagens do Processo. São Paulo: EPU, 1986 (Coleção Temas Básicos da Educação e Ensino).

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. Colaboração de Ana Sanchez. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Palavra do professor).

| PERÍODO <Nº> | | |
|---|---|---|
| Nome do componente: | Educação Ambiental nas Práticas Pedagógicas | Classificação: optativa |
| Código: DEC0063 | | Avaliado por: (X) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___/___; Total 60/04 | | |
| EMENTA: A educação ambiental nos currículos escolares. Projetos de ensino em Educação Ambiental. Resolução de problemas a partir de temas geradores: dimensões e desafios. Atividades pedagógicas para a educação ambiental na Educação Infantil e Anos iniciais. Experiências de projetos de EA em espaços escolares e não escolares; diagnósticos de problemáticas sócio-ambientais e elaboração de projetos para proposições de intervenções em problemas concretos. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |

CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 65-71.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

PENTEADO, H. D. Meio Ambiente e formação de professores. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da nossa época; v. 38).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CABRAL NETO, A.; MACEDO FILHO, F. D. de; BATISTA, M. do S. da S. Educação ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares. Brasília: Liber Livro, 2010. GUIMARÃES, Mauro. (Org.). Caminhos da Educação Ambiental: da forma a ação. Campinas, SP: Papirus, 2006.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. Caderno CEDES, v.29, n.77, p. 63-79. 2009.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. da C. Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SATO, M.; CARVALHO, I. (Org.). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

| PERÍODO <N°> | | |
|--|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Educação Especial e Inclusão | Classificação: optativa |
| Código: DEC0064 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___/___; Total 60/04 | | |

EMENTA:

Visão histórica da compreensão e do atendimento às pessoas com necessidades especiais. Estudo das deficiências e dificuldades, das condutas típicas e altas habilidades (superdotadas) na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva/Ministério da Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014.

GLAT, Rosana. PLETSCHE, Marcia Denise (Org.) Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. 1. ed. Rio de Janeiro: EUERJ, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA): DSM-V-TR. Associação Americana de Psiquiatria. DSM-V-TR- Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 2013.

BATTISTUZZO, Ligia Helena Caldana. A Experiência de Aprendizagem Mediada de Reuven Feuerstein: A Modificabilidade em Alunos de Cursos Profissionalizantes. Quaestio: revista de estudos em educação, [S.l.], v. 11, n. 1, p. p. 187-190, ago. 2010. ISSN 2177-5796. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2017.

BEZ, Maria Rosângela. Comunicação Aumentativa e Alternativa para sujeitos com transtornos globais do desenvolvimento na promoção da expressão e

intencionalidade por meio de ações mediadoras. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, 2010.

GALVÃO FILHO, T. A.; MIRANDA, T. G. Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo. In: GALVÃO FILHO, T. A. (Org.); MIRANDA, T. G. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2012, p. 247-266. ISBN: 9788523210144. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/salas_de_recursos.pdf. Acesso em: 30 set. 2016.

NUNES, Leila Regina d' Oliveira de Paula et al (Org.). Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014. 146 p.

| PERÍODO <N°> | | |
|---|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Financiamento da Educação | Classificação: optativa |
| Código: DEC0065 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___/___; Total 60/04 | | |
| EMENTA: Financiamento para educação básica. Origem dos recursos. Programas alojados nos sistemas e nas escolas. Fundos de Manutenção da educação. Orçamento | | |

participativo. Acompanhamento dos recursos financeiros pela sociedade através dos conselhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHETTI, R. G. Modelo neoliberal e políticas educacionais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção questões de nossa época; v. 56).

DAVIES, N. O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta. CampinasSP: Autores associados, 1999. – (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo: 64).

DOURADO, L. F.. PARO, V. H. (Orgs.). Políticas públicas & educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DUPAS, G. Economia global e exclusão social: pobreza, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGUITA, M. F. A face oculta das escolas: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: 84 Artes Medicas, 1989.

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. da (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis: Vozes, 2002.

KUENZER, A. Z. Pedagogia da fábrica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995. PINTO, J. M. de R. Financiamento da educação no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. Educação e sociedade. 2002.

| PERÍODO <N°> | | |
|--|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Capacidades linguísticas na alfabetização | Classificação: optativa |
| Código: DEC0066 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |

| |
|---|
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___/___; Total 60/04 |
| <p>EMENTA:</p> <p>Aquisição do sistema de escrita Alfabético. Natureza e características do Sistema de Escrita Alfabético. Princípios básicos para aprendizagem do sistema alfabético. Capacidades necessárias ao domínio da leitura, produção e compreensão de textos escritos e orais. Práticas pedagógicas de alfabetização numa perspectiva de letramento.</p> |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. 6. ed. São Paulo: Scipione, 1993.</p> <p>FRADE, Isabel C. A. da Silva. As capacidades linguísticas da alfabetização e letramento: desafios para a articulação teoria e prática. Secretaria de educação a Distância/MEC. Boletim 19. Outubro 2006. Salto para o futuro.</p> <p>LEAL, Telma F. Aprendizagem dos Princípios Básicos do sistema alfabético: A porque é importante sistematizar o ensino? In: ALBUQUERQUE, Eliana B. C. de e MORAIS, Artur Gomes de. A alfabetização de jovens e adultos: Em uma perspectiva de letramento. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 59-76.</p> |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRAGGIO, Sílvia L. B. (Org.). Contribuições da linguística para a alfabetização.</p> <p>FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de letras, 2008, p.15-61.</p> <p>MORTATTI, Maria do Rosário. Educação e Letramento. São Paulo: UNESP, 2004.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Cortez, 2003. p.126.</p> |

| PERÍODO <N°> | | |
|---|--|---|
| Nome do componente: | Práticas interdisciplinares na educação infantil | Classificação: optativa |
| Código: DEC0067 | | Avaliado por: <input checked="" type="checkbox"/> Nota <input type="checkbox"/> Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | | Grupo: <input checked="" type="checkbox"/> Disciplina <input type="checkbox"/> TCC <input type="checkbox"/> Estágio <input type="checkbox"/> Internato <input type="checkbox"/> UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: <input checked="" type="checkbox"/> Teórica <input type="checkbox"/> Prática <input type="checkbox"/> Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___/___; Total 60/04 | | |
| EMENTA: Financiamento para educação básica. Origem dos recursos. Programas alojados nos sistemas e nas escolas. Fundos de Manutenção da educação. Orçamento participativo. Acompanhamento dos recursos financeiros pela sociedade através dos conselhos. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais Curriculares para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. DAHLBERG, Gunilla. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2003 DEMO, P. Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: ARTMED Sul, 2000. FAZENDA, Ivani. Práticas interdisciplinares na escola – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 1997. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade Ou Ideologia? São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 107 (Coleção realidade educacional; n. 4). FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade História, Teoria e Pesquisa. 15. ed. Campinas: Papyrus, 2008. p. 143 (Coleção Magistério: formação e trabalho). | | |

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade Qual o Sentido?* 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p. 84 (Questões fundamentais da educação; 2)

LUCK, Heloísa. *Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos* – 14. ed. – Petrópolis: Vozes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008

KISHIMOTO, T. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

KLEIMAN, Ângela. **Leitura e Interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola**. Campinas, SP: Mercado de letras, 1999.

KRAMER, Sonia. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo, Ática, 1989.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia (Org.). **Modelos Curriculares para a Educação de Infância: Construindo uma práxis de participação**. Portugal: Porto Editora, LDA: 2007, Coleção Infância.

| PERÍODO <Nº> | | |
|--|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Práticas educativas em contextos não escolares | Classificação: optativa |
| Código: DEC0068 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___/___; Total 60/04 | | |
| EMENTA: | | |

Diferentes modos, formas e processos educacionais existentes na sociedade: formal, informal e não-formal. Formação crítica do pedagogo para atuação em contextos não escolares. Formação para a cidadania do indivíduo e dos grupos socioculturais. O caráter formativo de propostas educativas não formais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia do CNE. Brasília, 2005.

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. 8. ed. Campinas: Papirus, 2009. 247 p. (Magistério: formação e trabalho).

FAZENDA, I.C.A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1994.

LIBANEO, J. C. Pedagogia e pedagogo, para quê? São Paulo, Cortez, 2008.

LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa. 6. ed. Rio de Janeiro: WAK editora, 2010. 148 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

LIBÂNIO, José C. Ainda as perguntas: o que é a pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. IN: PIMENTA, Selma G. (Orgs.) Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

| PERÍODO <Nº> | | |
|----------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| Nome do componente: | Psicomotricidade e Educação | Classificação: optativa |

| | |
|---|---|
| Código: DEC0069 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___/___; Total 60/04 | |
| <p>EMENTA:</p> <p>A psicomotricidade em seu movimento dinâmico. A interdisciplinaridade Psicomotricidade e Educação. As bases do desenvolvimento psicomotor. Caracterização psicomotora: as funções e distúrbios. Avaliação Psicomotora.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BARRETO, Sidirley de Jesus. Psicomotricidade, educação e reeducação. 2.ed. Blumenau: Livraria Acadêmica, 2000.</p> <p>BARROS, Daisy Regina; BARROS, Darcymires. Educação física na escola primária. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.</p> <p>COSTE, Jean Claude. A psicomotricidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.</p> <p>FERREIRA, Carlos Alberto Mattos. Psicomotricidade: da educação infantil à gerontologia. São Paulo: Lovise, 2000.</p> <p>LAPIERRE, André; AUCOUTURIER, Bernard. A simbologia do movimento, psicomotricidade e educação. São Paulo: Manole, 1986.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>LE BOULCH, Jean. Educação psicomotora: a psicomotricidade na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.</p> <p>RIZZO PINTO, José. Corpo Movimento e Educação: o desafio da criança e adolescente deficientes sociais, Rio de Janeiro: Sprint, 1997.</p> | |

ROCHA, Maria S. P. de M. L. da. Não brinco mais: a (des)construção do brincar no cotidiano educacional. Ijuí: Unijuí, 2000.

| PERÍODO <N°> | | |
|--|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Linguagem, leitura e Produção de textos | Classificação: optativa |
| Código: DEC0070 | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ___/___; Total 60/04 | | |
| EMENTA: A linguagem e o processo de comunicação. As funções da linguagem. A leitura como elemento interdisciplinar. A leitura e a produção de textos. Tipologia textual. As relações entre os textos. A função do texto. Gêneros redacionais. Elementos e estrutura dos textos. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA CELIS, Glória Inostroza. Aprender a formar crianças leitoras e escritoras. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. FIORIN, José Luis; SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender o Texto Leitura e Redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 431 (Ática universidade). GIANINI, Eloísa Bombonatti. Leitura, interação e produção: trabalhando com projetos – ensino fundamental. São Paulo: Editora d: Ao Brasil, 2001. KAUFMAN, Ana Maria Elena; RODRÍGUEZ, María Helena. Escola, leitura e produção de textos. Reimp. 2008 . Porto Alegre: Artmed, 1995. 179 p | | |

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Leitura Produção de Textos e a Escola: Reflexões Sobre o Processo de Letramento*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007. p. 111 (Coleção letramento, educação e sociedade)

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KLEIMAN, Ângela B. (ORG.) *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letra, 1995.

SILVA, Maria Alice S. Souza. *Construindo a Leitura e a Escrita*. São Paulo: Ática, 1995.

SMITH, Frank. *Compreendendo a leitura*. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola – uma perspectiva social*. Rio de Janeiro: Ática,

TEBEROSKY & COLOMER. *Aprender a ler e escrever – uma proposta construtivista*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

| PERÍODO <N°> | | |
|--|---|--------------------------------|
| Nome do componente: | Educação para as Relações Étnico-Raciais | Classificação: optativa |
| Código: DEC00XX | Avaliado por: (X) Nota () Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE | |
| Pré-requisito (código - Nome do componente): | | |
| Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): | | |
| Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ / ___; Total 60 / 04 | | |
| EMENTA: Racismo e preconceitos no Brasil. Movimento negro, indígena e as lutas por reconhecimento. Relações étnico-raciais no Brasil. Ações afirmativas, cotas e | | |

legislações nacionais para a cultura afro-brasileira e indígena. Educação, escola e diversidade cultural. Educação e ensino antirracista. Pensamento decolonial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo; Editora 34: São Paulo, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das Relações-Étnico raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica**. Mazza Edições: Belo Horizonte, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana”

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005. 204 p. (número de consulta: 379.260981 S959 2. ed. / 2005).

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Estação Brasil: Rio de Janeiro, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

11.3 EMENTÁRIO DAS UCE

| | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Unidade Curricular de Extensão I | Classificação: obrigatória |
| Código: DEC0050 | Avaliado por: () Nota (X) Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 15 / 01; Prática: 45 / 03; Total 60/04 | | |
| EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente. | | |

| | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Unidade Curricular de Extensão II | Classificação: obrigatória |
| Código: DEC0051 | Avaliado por: () Nota (X) Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 15 / 01; Prática: 75 / 05; Total 90/06 | | |
| EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente. | | |

| | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Unidade Curricular de Extensão III | Classificação: obrigatória |
| Código: DEC0052 | Avaliado por: () Nota (X) Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 15 / 01; Prática: 60/04; Total 75/05 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.</p> | | |

| | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Unidade Curricular de Extensão IV | Classificação: obrigatória |
| Código: DEC0053 | Avaliado por: () Nota (X) Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 15 / 01; Prática: 75 / 05; Total 90/06 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.</p> | | |

| | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Nome do componente: | Unidade Curricular de Extensão V | Classificação: obrigatória |
| Código: DEC0054 | Avaliado por: () Nota (X) Conceito | |
| Departamento de origem: Departamento de Educação | Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE | |
| Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática | | |
| Carga horária/Crédito: Teórica 15 / 01; Prática: 45 / 03; Total 60/04 | | |
| <p>EMENTA:</p> <p>Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.</p> | | |

12 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação ocorrerá durante o desenvolvimento do curso e procurará considerar a participação e o desenvolvimento nas atividades propostas no polo, a participação nas atividades no ambiente de aprendizagem e o desempenho geral durante o curso. Os critérios da avaliação por parte do professor serão discriminados nos respectivos planos de ensino de cada disciplina respeitando as normas da UERN e em conformidade com os critérios aprovados pelo Colegiado do Curso. A esta avaliação somar-se-ão as avaliações presenciais sobre conteúdos específicos das disciplinas. Das avaliações presenciais podem constar questões discursivas e objetivas. Todas as avaliações serão elaboradas e corrigidas pelo docente da disciplina. Cabe ao tutor presencial, com a supervisão do professor interativo (docente da disciplina), a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade pelo controle de frequência do aluno. A frequência é registrada on-line no Portal pelo tutor presencial, logo após a realização da aula interativa e das atividades presenciais. O acadêmico é aprovado mediante 75% de presença em relação ao total de horas das

aulas interativas e das horas das atividades presenciais de cada disciplina.

Até, no máximo, dez dias úteis após a avaliação, o professor deverá divulgar a nota obtida na avaliação, sendo garantido ao aluno o acesso à sua prova, podendo solicitar cópia dela ao Departamento de Educação, arcando com os respectivos custos.

O aluno que não alcançar rendimento mínimo no final de cada período poderá realizar uma quarta prova presencial. Para realizar a quarta prova o aluno deverá ter média igual ou superior a 4,0 (quatro). A quarta prova (ou exame final) deverá ser realizada até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do resultado parcial. A nota mínima de aprovação, no exame final, é 6,0 (seis).

13 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

O Departamento de Educação, do Campus Avançado de Patu, que oferta o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade a distância, possui um quadro de servidores efetivos que atuam no curso através de funções de coordenação, secretaria e/ou integrando comissões necessárias ao funcionamento e oferta do curso. No ano de 2022, o Departamento de Educação conta com sete (07) professores efetivos, dos quais dois não estão em efetivo exercício e um (01) técnico administrativo. Do quadro permanente do curso, os profissionais citados ocupam as funções de: coordenação de curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), Comissão Setorial de Avaliação, Orientação Acadêmica e secretaria do departamento.

Considerando que o Curso de Educação do Campo é ofertado em convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), sendo financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os recursos humanos como coordenações, professores formadores, tutores presenciais e a distância, entre outros atores que atuam diretamente nos polos de educação a distância, são selecionados e vinculados a CAPES como bolsistas através de seleção pública.

O curso conta também com o apoio da Diretoria de Educação a Distância (Dead) e com o Departamento de Educação a Distância da UERN, que atuam nas funções administrativas e financeiras (recurso do convênio) relativas a oferta de

curso na modalidade a distância pela instituição, tornando-se um apoio fundamental para a organização, desenvolvimento e condução do convênio e oferta dos curso e turmas.

13.1 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

O quadro abaixo apresenta os docentes efetivos do Departamento de Educação, o regime de trabalho, a titulação, as funções que ocupam relacionadas ao curso e onde ocorreu ou ocorre o processo de qualificação profissional e acadêmica.

Quadro 2 – Docentes efetivos do Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu

| Matrícula | Nome | Regime de trabalho | Maior titulação | Atuação no Curso de Educação do Campo | Qualificação profissional e acadêmica |
|------------------|----------------------------------|---------------------------|------------------------|--|---|
| 13261-6 | Andréia Araújo da Nóbrega | Dedicação exclusiva | Mestrado | NDE e Orientação Acadêmica | Mestra em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) |
| 12249-1 | Iure Coutre Gurgel | 40h | Mestrado | Não atua no momento Licença capacitação | Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)/Doutorando em Educação, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) |
| 12916-0 | Joseane Abílio de Sousa Ferreira | Dedicação exclusiva | Doutorado | NDE e COSE | Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) |
| 12625-0 | Kamila Costa de Sousa | Dedicação exclusiva | Doutorado | Coordenação de curso, NDE e COSE | Doutora em Educação pela Universidade |

| | | | | | |
|---------|---------------------------------|---------------------|-----------|--|--|
| | | | | | Federal do Ceará (UFC) |
| 12632-2 | Samuel Penteado Urban | Dedicação exclusiva | Doutorado | NDE | Doutor em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) |
| 01819-8 | Soraya Nunes dos Santos Pereira | Dedicação exclusiva | Mestrado | NDE | Mestra em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) |
| 12221-1 | Suenyra Nóbrega Soares | Dedicação exclusiva | Mestrado | Não atua no momento Cedida a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. | Mestra em Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) |

Fonte: Secretaria do DE/CAP/UERN.

Em relação ao quadro efetivo de técnicos administrativos no Departamento de Educação, contamos com a seguinte realidade:

Quadro 3 – Técnicos administrativos efetivos do Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu

| Matrícula | Nome | Regime de trabalho | Maior titulação | Atuação no Curso de Educação do Campo | Qualificação profissional e acadêmica |
|------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------|--|---|
| 11041-8 | Gandelmar Brilhante de Souto | 40h | Especialista | Secretário do Departamento de Educação | Especialista em Ensino de Matemática, pela Faculdade Evangélica Cristo Rei (FECR) |

Fonte: Secretaria do DE/CAP/UERN.

13.2 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

Para a oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, modalidade a distância, são necessários recursos humanos diversos que contemplem as atividades pedagógicas e técnicas realizadas no curso. Com o convênio firmado com a UAB/CAPEES, o curso possui recurso financeiro previsto para a sua oferta, o que inclui cotas de bolsas pagas pela CAPES para as variadas modalidades de bolsistas que atuam em cursos de educação a distância.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância envolve os (as) seguintes profissionais:

- a) Professor(a) formador(a) (professores das disciplinas);
- b) coordenador(a) da tutoria;
- c) tutores (presenciais e a distância);
- d) assistente à docência;
- e) auxiliar administrativo (monitor(a) de secretaria);
- f) secretário(a) do curso;
- g) coordenador(a) do curso;
- h) coordenador(a) pedagógico e de produção de material;
- i) coordenador(a) do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- j) coordenador do polo;
- k) Núcleo Docente Estruturante.

A seguir, estão descritas as responsabilidades de cada um desses profissionais, assim como de outros (as) que atuarão no curso.

Professor(a) formador(a) (professores das disciplinas);

O corpo docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância é selecionado por meio de seleção pública, regido por edital, podendo ser do quadro de docentes efetivos da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), conforme disposto na Portaria Capes nº 102, de 10 de

maio de 2019, sendo excepcionalmente admitida a participação de professores externos nos casos de não preenchimento das vagas.

São atribuições do (a) professor (a) formador (a):

- a) Planejar, de acordo com o PGCC, as ações de formação, viabilizando metodologias que atendam às necessidades formativas dos discentes;
- b) Orientar, acompanhar e avaliar o trabalho dos Professores Tutores;
- c) Acompanhar e executar ações formativas em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- d) Avaliar junto com a Coordenação do Curso o processo de formação dos discentes no decorrer do período letivo;
- e) Adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, bem como conduzir análises e estudos sobre o desempenho dos discentes nos componentes curriculares;
- f) Desenvolver, em colaboração com os demais agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sistemas e metodologias de avaliação de alunos, mediante uso dos recursos previstos nos PGCCs;
- g) Participar de atividades formativas que visem o desenvolvimento de metodologias e de materiais didáticos para a modalidade a distância;
- h) Produzir relatórios de acompanhamento das respectivas atividades, sempre que solicitado pela Coordenação de Curso;
- i) Organizar atividades e encontros com os Professores Tutores para acompanhamento e avaliação do curso;
- j) Encaminhar ao Coordenador de Curso informações pertinentes à participação e o desempenho dos discentes nas atividades acadêmicas.

Coordenador(a) da tutoria;

A escolha do coordenador de tutoria será feita por meio de processo seletivo, regido por edital, realizado pelo colegiado do Departamento de Educação (CAP/UERN) e Diretoria de Educação a Distância, conforme Portaria da CAPES nº 102 de 10 de maio de 2019. As atribuições desse coordenador são:

- a) Participar do processo de seleção dos tutores;

- b) Distribuir os tutores entre as disciplinas, com o auxílio dos professores;
- c) Coordenar o trabalho das equipes de tutores presenciais e a distância;
- d) Visitar os polos regionais para acompanhar o trabalho do tutor presencial;
- e) Participar de reuniões convocadas pela coordenação do curso;
- f) Propor cursos de capacitação para os tutores;
- g) Realizar reuniões com o grupo de tutores do curso, sempre que julgar necessário;
- h) Acompanhar o desempenho qualitativo e quantitativo dos tutores.

Tutores (presenciais e a distância)

Neste curso, especificamente, haverá dois tipos de tutor (a): tutor(a) presencial e tutor(a) a distância. O(a) tutor(a) presencial é aquele (a) que atua no polo regional, mantendo contato com os(as) alunos(as) pelos meios de comunicação e também diretamente, ao realizar encontros presenciais obrigatórios com seu grupo ou ao atender solicitações individuais de alunos(as) que se desloquem até o polo à procura de orientação para seus estudos. Esses(as) tutores(as), denominados tutores(as) presenciais, devem ser professores(as) licenciados em Educação do Campo ou Pedagogia, com pós-graduação em áreas afins e, na medida do possível, trabalharem na rede pública local de funcionamento do polo. O outro tipo de tutor(a), denominado(a) tutor(a) a distância, preferencialmente aluno(a) de programa de pós-graduação em áreas afins à área da Educação, atua como tutor(a) de conteúdo de disciplina. De acordo com os referenciais de qualidade da EAD haverá um tutor presencial para cada 30 alunos e um(a) tutor(a) a distância para cada 30 alunos (as).

Os contatos entre os(as) tutores(as) do polo serão dinamizadas pelos meios de comunicação, com destaque para o correio eletrônico, o ambiente virtual de ensino e aprendizagem, a web conferência e o telefone. Esses tutores realizarão seu trabalho sob a orientação direta do(a) professor(a) da disciplina para a qual foram selecionados. Todos (as) os (as) tutores (as) deverão participar de um programa de formação para atuar como tutor (a) em cursos a distância, especialmente desenvolvido para este fim.

A seleção de tutores presenciais e a distância se dará por meio de processo seletivo, regido por edital, conforme Portaria da CAPES nº 102 de 10 de maio de 2019. Os processos seletivos deverão ser realizados pela Diretoria de Educação a Distância, acompanhados pela coordenação do curso, e abertos à participação da comunidade em geral, atendidos os requisitos previstos nos respectivos editais.

Dentro das atribuições comuns aos dois tipos de tutores destacam-se as seguintes:

- a) Orientar os alunos a planejar seus trabalhos;
- b) Orientar e supervisionar trabalhos de grupo;
- c) Esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das disciplinas;
- d) Esclarecer os alunos sobre regulamentos e procedimentos do curso;
- e) Proporcionar feedback dos trabalhos e avaliações realizadas;
- f) Representar os alunos junto aos responsáveis pelo curso;
- g) Participar da avaliação do curso;
- h) Manter contato constante com os alunos;
- i) Participar de cursos de formação que potencializem o seu trabalho.

São atribuições do tutor presencial:

- a) Acompanhar as atividades discentes das disciplinas, conforme o cronograma do curso pretendido;
- b) Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- c) Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA;
- d) Participar obrigatoriamente das atividades de capacitação, atualização e reuniões pedagógicas convocadas oficialmente pela instituição de ensino;
- e) Aplicar as avaliações presenciais das disciplinas;
- f) Quando necessário, apoiar operacionalmente a coordenação de tutoria dos cursos nas atividades presenciais nos polos, inclusive em finais de semana, agendando e divulgando antecipadamente os horários de atendimento aos alunos;

- g) Dominar as ferramentas do AVEA;
- h) Prestar auxílio no polo de apoio quando da dificuldade ou necessidades apresentadas pelos estudantes no processo de postagem de atividade AVEA;
- i) Organizar grupo de estudo com os estudantes sob sua responsabilidade no âmbito do polo de atuação;
- j) Manter intercâmbio com os professores, coordenador de tutoria e demais tutores, colaborando com o desenvolvimento da disciplina.

São atribuições do tutor a distância:

- a) Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os discentes;
- b) Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- c) Acompanhar as atividades discentes das disciplinas, conforme o cronograma do componente curricular do curso pretendido;
- d) Desenvolver atividades pedagógicas sob orientação do professor da disciplina nos polos presenciais ocasionalmente;
- e) Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes: auxiliar na correção das atividades e dar retorno aos alunos nas orientações a distância;
- f) Atender e orientar os alunos nas questões teórico-metodológicas da disciplina;
- g) Dominar as ferramentas do AVEA e manter regularidade de acesso;
- h) Responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
- i) Colaborar com o professor da disciplina na organização, fiscalização e na avaliação dos estudantes;
- j) Participar obrigatoriamente das atividades de capacitação, atualização e reuniões pedagógicas convocadas oficialmente pela instituição de ensino;
- k) Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- l) Quando necessário, apoiar operacionalmente a coordenação de tutoria dos cursos nas atividades presenciais nos polos, inclusive em finais de semana,

agendando e divulgando antecipadamente os horários de atendimento aos alunos;

m) Conhecer os conteúdos das disciplinas e suas bibliografias.

Assistente à docência

O Curso de Licenciatura de Educação do Campo receberá apoio do (a) Assistente à docência que irá trabalhar de forma integrada e colaborativa com o (a) coordenador (a) do polo, apoiando as ações gerenciais da CAPES e acadêmicas e dos Polos em que o curso será ofertado. Ele (a) deve ter um satisfatório domínio sobre os procedimentos acadêmicos da UERN para poder atuar. Precisa também conhecer a estrutura e funcionamento do Polo para que possa desenvolver um trabalho colaborativo. Além disso, precisa estar ciente do calendário e dos cronogramas das disciplinas de cada semestre e estimular a formação de grupos de aprendizagem e colaborativa entre alunos (as). São atribuições do (a) Assistente à Docência:

- a) Em parceria com o (a) coordenador (a) de polo, atuar na organização de toda a estrutura de atendimento da tutoria presencial, incluindo definição de horários e escalas das sessões, coordenação, aplicação das avaliações presenciais e posterior acompanhamento;
- b) Encaminhar à CAPES relatórios de acordo com definições da DED;
- c) Auxiliar as IPES na dinâmica do processo de atendimento tutorial, auxiliando-os na contínua integração às TICs em EaD e ao sistema;
- d) Esclarecer dúvidas acadêmicas dos (as) alunos (as);
- e) Auxiliar as IPES na articulação entre os diversos atores envolvidos na oferta do curso;
- f) Participar de capacitações promovidas pela UERN e CAPES;
- g) Acompanhar o desempenho da tutoria do curso no polo, tendo em vista seu aperfeiçoamento;
- h) Ajudar os (as) alunos (as) na busca de soluções para encaminhamento de demandas acadêmicas;

- i) Estabelecer contato com os (as) alunos (as), particularmente aqueles que frequentam pouco o polo, divulgando as ações no polo, buscando saber de suas dificuldades e razão da ausência, no sentido de minimizar a evasão;
- j) Estar presente nos encontros e avaliações presenciais em parceria com o (a) coordenador (a) do polo;
- k) Integrar o acolhimento aos (as) alunos nos polos UAB;
- l) Em parceria com o (a) coordenador (a) de polo, realizar eventos acadêmicos e de integração do polo à comunidade;
- m) Em situações excepcionais, substituir o (a) tutor (a) presencial.

Auxiliar administrativo (monitor(a) de secretaria)

O (a) auxiliar administrativo atua diretamente no polo regional e tem como função no curso:

- a) direcionar o atendimento telefônico;
- b) esclarecer dúvidas administrativas e, se necessário, encaminhá-las para a secretaria do curso;
- c) registrar dados dos atendimentos administrativos;
- d) realizar atividades de cadastramento, arquivamento, recebimento e encaminhamento de correspondências;
- e) orientar os (as) alunos (as) na utilização dos equipamentos computacionais e no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

Secretário(a) do curso

Este profissional, que irá atuar nas dependências da UERN, é responsável pelos encaminhamentos administrativos e pelo registro da vida acadêmica dos (as) alunos (as) do curso. Tem como função principal manter atualizados tais documentos e articular uma interface entre o sistema de acompanhamento da aprendizagem do (a) aluno (a) no curso e as exigências regimentais da UERN para cursos de licenciatura.

Coordenador(a) do curso

A coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância será realizada por um (a) docente do Departamento de Educação do CAP/UERN, selecionado por meio de edital realizado pelo colegiado do Departamento de Educação (CAP/UERN), conforme Portaria da CAPES nº 102 de 10 de maio de 2019.

A coordenação do curso será responsável pela organização de toda a estrutura necessária para viabilizar o curso, bem como pelo estabelecimento do fluxo de contatos institucionais. É de responsabilidade da coordenação do curso atividades como:

- a) Auxiliar nos processos seletivos para escolha das equipes de trabalho;
- b) Acompanhar a construção dos materiais didáticos do curso;
- c) Organizar os procedimentos, junto à DIRCA e à secretaria do curso, referentes à seleção, à matrícula e ao acompanhamento acadêmico dos alunos do curso;
- d) Presidir o colegiado do curso;
- e) Realizar reuniões pedagógicas sempre que necessárias;
- f) Assumir as demais funções definidas no regulamento geral dos cursos de graduação na modalidade EAD da UERN.

Coordenador(a) pedagógico e de produção de material

A coordenação pedagógica orienta as ações relativas à modalidade a distância, dentre elas a produção dos materiais e o planejamento das atividades desenvolvidas a distância, atendendo às solicitações da coordenação geral do curso. A coordenação pedagógica será responsável pelos processos de gestão inerentes à modalidade a distância nos aspectos pedagógicos, de planejamento geral do curso, de análise, aprovação e produção dos materiais didáticos. Dentre as atividades, destacam-se:

- a) criar a arquitetura pedagógica do curso dentro da modalidade a distância;
- b) implementar a proposta pedagógica nos materiais didáticos;

- c) coordenar a produção dos materiais didáticos (impresso e on-line);
- d) identificar problemas relativos à modalidade da EAD, a partir das observações e das críticas recebidas dos (as) professores (as), alunos (as) e tutores (as) e buscar encaminhamentos de solução junto ao coordenador do curso;
- e) organizar e executar o processo de pesquisa e avaliação do curso;
- f) realizar estudos sobre a educação a distância;
- g) participar do programa de formação das equipes de trabalho (professores (as), alunos (as), tutores (as), técnicos (as)) para atuarem na modalidade a distância.

Coordenador(a) do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Responsável por coordenar a equipe que irá customizar a plataforma escolhida adaptando-a às necessidades pedagógicas e gráficas do curso. Esta coordenação tem como atribuições:

- a) formar as equipes e os (as) alunos (as) para o uso do ambiente virtual de aprendizagem;
- b) fornecer senhas de acesso aos (as) professores (as), alunos (as), tutores (as), coordenação acadêmica, coordenação pedagógica, coordenação de tutoria, coordenação de polos e secretaria do curso;
- c) disponibilizar os materiais no ambiente virtual de aprendizagem;
- d) prestar o suporte técnico para as webs conferências.

Coordenador do polo

Essa função será exercida por professor (a) da rede pública, graduado (a) e com, no mínimo, 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior, responsável pela coordenação do polo de apoio presencial.

Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi criado e regulamentado na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) pela Resolução nº 59/2013 – CONSEPE,

considerando a legislação vigente (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Portaria de Nº 147 do CONAES/MEC, de fevereiro de 2007, que criou o conceito de Núcleo Docente Estruturante; Resolução 01 do CONAES/MEC, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante; e, Parecer Nº 04 do CONAES/MEC, de 17 de junho de 2010, que explicita os eixos norteadores do Núcleo Docente Estruturante).

O NDE do Curso de Licenciatura em Educação do Campo a Distância será formado por uma comissão de professores do quadro permanente do Departamento de Educação e terá caráter propositivo, consultivo e executivo. Conforme a Resolução 59/2013 citada acima, os membros do NDE devem ocupar-se da concepção do curso e de sua consolidação, desenvolvendo as atividades de modo articulado com as entidades representativas e deliberativas de professores e alunos da UERN, considerando as demandas sociais loco-regionais, as diretrizes curriculares nacionais e a missão desta IES.

O NDE do Curso de Educação do Campo a Distância terá as seguintes atribuições:

- a) acompanhar a implantação do PPC do curso e atualizá-lo periodicamente com vistas a garantir sua sintonia com a dinâmica das demandas sociais, com as políticas públicas da área e as diretrizes nacionais, assegurando o perfil desejado para o profissional egresso;
- b) contribuir na discussão das concepções de estágio supervisionado, no planejamento de suas atividades e na elaboração de mecanismos avaliativos;
- c) propor atividades que garantam a articulação teoria-prática visando à melhoria da formação do futuro professor;
- d) orientar os alunos quanto à escolha dos temas a serem desenvolvidos nos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, a fim de assegurar uma conexão com o projeto político do curso e o campo de atuação;
- e) orientar os demais docentes na consecução dos Programas Gerais dos Componentes Curriculares – PGCC, de modo a assegurar que este efetivamente expresse o PPC do Curso;

- f) acompanhar e discutir os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e propor estratégias para melhoria dos resultados quando for o caso;
- g) estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento da legislação em vigor para que o curso possa alcançar os seus objetivos.

A renovação de membros do NDE do Curso de Educação do Campo a Distância deverá ser apenas parcial e ocorrer de forma gradativa, sempre conservando em sua composição o mínimo de dois professores em cada processo de escolha de novos participantes, conforme prevê o Art. 10 Resolução nº 59/2013 – CONSEPE.

13.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

A capacitação dos docentes e tutores do Curso de Educação do Campo, ocorrem semestralmente, através da oferta de cursos de formação em educação a distância promovidos pela Dead/UERN, visto que os professores formadores e tutores (presenciais e a distância) que atuam no curso são selecionados por edital e atuam como bolsistas da CAPES, e em sua maioria não fazem parte do quadro de professores/servidores da UERN, logo não sendo possível serem contemplados por uma política de licença capacitação no âmbito da instituição.

No que se refere ao departamento que é responsável pela oferta do curso e considerando que os docentes efetivos atuam em outras funções que não se referem à docência (exceto os aprovados no edital de seleção) o Departamento de Educação/CAP elaborou o seu Plano de Capacitação docente para o biênio 2020/2021. Entendendo o planejamento como um procedimento estratégico que visa aperfeiçoar o desempenho acadêmico, pautou-se essa atividade em diretrizes norteadoras que preveem a concretização de ações capazes de modificar a realidade contextual dos que se propõem a realizá-las.

Assim, definiu-se como objetivos primordiais dessa política:

- Incentivar e apoiar o processo de capacitação docente de forma contínua e sistemática.

- Definir os critérios para o processo de saída dos docentes em função das necessidades do Departamento de Educação/CAP.
- Consolidar, através da capacitação docente, os grupos de estudos e pesquisas como condição imprescindível à intervenção na realidade social.
- Aperfeiçoar o Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Departamento de Educação-CAP/UERN, através da realização de novos Cursos de Especialização, de acordo com as demandas locais.

As condições para a liberação do docente que se proponha a cursar Pós-Graduação, está condicionada aos critérios exigidos pela Resolução 45/2012-CONSEPE.

14 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, modalidade a distância, conta com infraestruturas que atendem ao curso, docentes, tutores e estudantes de forma direta ou indireta. De forma direta temos o a estrutura física do Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu, assim como a Biblioteca do Campus e suas salas e também a estrutura dos polos de apoio presencial. De forma indireta, consideramos a infraestrutura do Diretoria de Educação a Distância que disponibiliza ao curso a equipe que atua diretamente na Gestão administrativa e financeira dos cursos a distância, Coordenação e equipe Pedagógica, assim como a Equipe de Suporte Técnico, responsável pelo gerenciamento do Moodle, ambiente virtual de aprendizagem utilizado no curso.

Evidenciaremos neste projeto, a infraestrutura que atende diretamente ao curso. Assim, no Campus de Patu e Departamento de Educação, pode-se considerar a infraestrutura que se segue:

14.1 ADMINISTRATIVO

Quadro 4 – Infraestrutura do DE/CAP/UERN

| PARA AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO DEPARTAMENTO |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • 01 sala medindo 24m² onde funciona a |

- dependência administrativa
- 01 sala medindo 24m² onde funciona a sala de reuniões
- 01 banheiro para os profissionais
- 01 estante de aço
- 04 armários de aço
- 02 aparelhos telefônicos
- 02 ar condicionados
- 05 armários de aço com gavetas
- 02 computadores
- 02 impressoras
- 3 estabilizadores
- 2 mesas para computador
- 4 mesas para escritório
- 1 mesa retangular (grande)
- 8 cadeiras com assento e encosto de madeira
- 2 cadeiras acolchoadas
- 3 cadeiras giratórias
- 1 longarina de 3 lugares com braços
- 1 gela água

Fonte: Secretaria do DE/CAP/UERN.

14.2 SALAS DE AULA

Diferentemente dos cursos presenciais, que demandam a estrutura física da sala de aula, nos cursos ofertados na modalidade a distância a sala de aula se desenvolve no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que no Curso de Educação do Campo é o Moodle.

No entanto, a infraestrutura física das salas de aula do Campus de Patu, que atendem ao Departamento de Educação, também está disponível para que o Curso de Educação do Campo possa utilizar, podendo assim ser proposto atividade didático-pedagógicas, como encontros/atividades de pesquisa, ensino e extensão nas salas de aulas do campus.

Quadro 5 – Salas de aula do DE/CAP/UERN

| PARA AÇÕES DE ENSINO DO DEPARTAMENTO |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • 04 salas de aula • 02 blocos de sanitários (masculino e feminino) • 160 carteiras escolares • 05 quadros escolares tamanho 4m x 1,20m, revestidos com fórmica • 08 Ar condicionados • 01 bebedouro elétrico |

- 02 quadros de avisos
- 04 projetores multimídia
- 02 notebooks
- 01 televisor
- 01 aparelho de DVD
- 01 microssistem
- 01 rádio gravador
- 01 amplificador de potência para caixa de som
- 01 sala para brinquedoteca
- 04 computadores
- 04 estabilizadores
- 04 mesas para computador
- 12 cadeiras acolchoadas
- 20 cadeiras brancas
- 02 armários de aço
- 01 sala de informática com 13 computadores
- 04 salas de aula de 42m² cada
- 01 caixas de som
- 01 caixa de som amplificada
- 01 sala de Laboratório
- 01 sala do Grupo de Pesquisa
- 02 salas para os professores

Fonte: Secretaria do DE/CAP/UERN.

14.3 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS

O Departamento de Educação do CAP/UERN, dispõe de uma sala destinada ao funcionamento de uma brinquedoteca com equipamentos que possibilitam a realização de micro aulas e oficinas pedagógicas com os alunos do curso de Educação do Campo, com brinquedos e equipamentos adequados para Educação Infantil. No que se refere aos recursos de informática, utiliza-se a sala de informática do Campus Avançado de Patu, destinado a todas as licenciaturas ofertadas no Campus. Para acesso à internet, os alunos têm à disposição uma sala com 10 (dez) computadores, além de acesso à rede wi fi em toda área do Campus.

O Departamento de Educação também conta com um Laboratório de Pesquisa, Ensino, Extensão e Formação de Professores – LAPEF cujo o objetivo é ampliar o conhecimento científico em torno das concepções e práticas relacionadas à formação dos profissionais da educação e do ensino na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, considerando suas modalidades, bem como dos processos

pedagógicos que ocorrem em espaços não-escolares por meio de atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Suas demais finalidades estão relacionadas as seguintes atividades:

- a) Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa de caráter científico e de inovação (PIBIC) relacionados a objetos investigativos que se integrem às Linhas de Pesquisa inerentes ao Grupo de Pesquisa “Formação, Currículo e Ensino” (FORMACE) que contemplam as subáreas da educação: Práticas de Ensino; Estágio; Políticas Educacionais e Programas de Formação de Professores; Currículo; Aprendizagem, desenvolvimento e avaliação; Estudos da Infância; Educação Inclusiva e Diversidade;
- b) Desenvolvimento de Programas ou projetos de extensão em atendimento as questões sociais e pedagógica em que a escola e a sociedade demonstrem demandas que precisam ser assistidas pela universidade no âmbito do Curso de Pedagogia/Educação do Campo quanto às práticas socioeducativas e a formação continuada dos profissionais da Educação;
- c) Estabelecer parceria com às escolas públicas em relação aos projetos aos programas externos vinculados à UERN como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Residência Pedagógica, por exemplo que incentiva e valoriza o magistério no aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica;
- d) Seleção, organização, aquisição e produção de materiais pedagógicos a serem disponibilizados para consultas de professores e alunos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- e) Realização de Cursos de curta duração, oficinas e modalidades similares de caráter prático, e relacionados as linhas de pesquisa a que o LAPEF está vinculado;
- f) Realização de cursos de formação continuada para docentes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental em parceria com os sistemas de ensino municipal, estadual ou federal;

- g) Assessoria ao ensino das disciplinas pedagógicas aos demais cursos de licenciatura do CAP/UERN, mediante encontros, reuniões e minicursos aos docentes e alunos;
- h) Realização de reuniões de trabalho relacionadas a projetos de pesquisa e extensão;
- i) Orientação de alunos quanto a realização de pesquisa em nível de graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, quando houver;
- j) Orientação de discentes cadastrados em programas institucionais de iniciação científica, monitoria e aqueles vinculados a programas ou projetos de extensão;
- k) Assessoria a comunidade quanto as questões relacionadas as práticas pedagógicas;
- l) Organização e promoção de eventos científicos para apresentação das produções científicas e das experiências desenvolvidas no ensino e na extensão.

O laboratório estará apto a estabelecer uma articulação com os sistemas de ensino (municipal, estadual e federal) e com os programas do Ministério da Educação vinculados a Plataforma Freire direcionados a formação inicial e continuada de professores e demais profissionais da educação básica. Neste sentido, as escolas públicas dos municípios da região do CAP/UERN serão atendidas, em suas demandas, pelas ações do LAPEF, para que a universidade venha cumprir sua função social de produzir ciência a partir da, e para a, comunidade mediante o tripé pesquisa, extensão e ensino.

14.4 OUTROS ESPAÇOS

14.4.1 Acervo Bibliográfico

Ao falarmos em conhecimento, em saber, estamos falando também no seu acesso, que nas instituições educacionais se dá principalmente através da leitura de textos escritos. Dessa forma, apresentamos o acervo disponível para os estudos e pesquisas na área educacional com perspectivas de ampliação dos títulos a partir dos

já existentes. Tais títulos encontram-se distribuídos na biblioteca central da UERN e na biblioteca instalada nas dependências do Campus Avançado de Patu.

A biblioteca do Campus Avançado de Patu (CAP) funciona de Segunda à Sexta feira, das 7h às 12h e das 13 às 22h, dispondo de 584 títulos, com 1211 exemplares disponíveis, na área de educação.

- O CAP concentra em sua biblioteca um acervo bibliográfico que se propõe a atender ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, dessa Unidade Universitária. Sabe-se, no entanto, que esse acervo é insuficiente para o atendimento satisfatório dos usuários que procuram esse serviço. Porém, dentro da política de melhoria da qualidade de atendimento à comunidade universitária, implementada pela UERN, prevê-se, em futuro próximo, um avanço significativo em prol do aperfeiçoamento desse serviço.

a) Política de Atualização

- As aquisições ocorrem periodicamente, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela administração superior, priorizando as solicitações de livros e periódicos encaminhados pelos Departamentos Acadêmicos da Unidade.

b) Política de Acesso

Horário de Acesso à Biblioteca

De Segunda à Sexta-feira: 7h às 12h e das 13h às 22h.

- Forma de acesso e empréstimo

Os usuários têm livre acesso ao acervo disponibilizado fisicamente em estantes. O empréstimo ocorre de forma informatizada com a utilização do Sistema de Automação de Bibliotecas da UERN - SIABI.

- Qualidade da catalogação e disposição do acervo
- A catalogação do acervo obedece às regras do Código de catalogação Anglo Americano – AACR2 e a disposição do acervo está organizada conforme a Classificação Decimal de Dewey – CDD, que define a localização nas estantes.
- Títulos de livros e periódicos por área de conhecimento.

14.4.2 Área Física

- O espaço físico da Biblioteca está distribuído em 02 (duas) salas para estudo individualizado, 01 (um) salão onde se encontra o acervo à disposição do usuário, sala para recepção e empréstimo, 02 (dois) banheiros, perfazendo uma área total de 199,5 m².
- Longe de ser a estrutura adequada para atender às necessidades do aluno dos cursos ofertados no campus, esta tem sido o mínimo que se pode garantir para funcionamento até o momento de elaboração deste Projeto.
- A partir das reformulações e melhorias aqui propostas, assim como da ampliação da oferta dos Cursos de Pós-graduação no âmbito do CAP/UERN, uma das metas do Curso para ser atingida em curto prazo é a duplicação do acervo bibliográfico. Em médio prazo, propõe-se a aquisição de assinaturas de periódicos especializados, assim como a ampliação dos serviços de consulta *on-line* para os usuários do sistema de bibliotecas da UERN.

14.5 NOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL

Nos polos, os alunos tem acesso à midiateca, computadores conectados à rede eletrônica, equipamentos para a realização de web conferências e salas de estudo, assim como suporte técnico e administrativo. Em cada um dos polos que ofertam o curso, foram oferecidas, no máximo, 30 vagas no processo seletivo inicial. Os inscritos deverão comprometer-se a ir até o polo regional para as atividades didáticas obrigatórias, para orientação junto à tutoria e para obtenção de material bibliográfico para seus estudos.

O funcionamento do polo será organizado levando em conta que os alunos do curso são trabalhadores. Nesse sentido, serão priorizados horários compatíveis com a necessidade da clientela, o que implica o atendimento nos finais de semana e em períodos noturnos.

No tocante ao aspecto da acessibilidade, os polos oferecem condições razoáveis, porém, passíveis de aperfeiçoamento, o que está sendo monitorado pela

UERN, no sentido de sanar qualquer deficiência. A organização dos espaços definidos para os polos está em conformidade com as normas da UAB, conforme segue:

- 1 sala para Secretaria Acadêmica;
- 1 Sala da Coordenação do polo;
- 1 sala para Tutores Presenciais;
- 1 sala de Professores e Reuniões;
- 1 sala de Aula Presencial Típica;
- 1 Laboratório de Informática;
- 1 Sala de web conferência;
- 1 Biblioteca.

15 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

15.1 POLÍTICA DE GESTÃO

Na UERN a política de gestão desenvolvida parte do princípio da democracia interna, buscando desenvolver na instituição a participação das diversas categorias que a compõem para a tomada de decisões. Este PPC está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UERN, visto que o Curso de Educação do Campo do Departamento de Educação do CAP/UERN desenvolve uma gestão colegiada por meio de ações deliberativas e formativas em plenárias departamentais e Conselho Administrativo (CONSAD).

Os órgãos colegiados apresentam cronograma semestral de plenárias deliberativas e encontros formativos para o corpo docente e administrativo. O ambiente social também inclui momentos de confraternização com a participação de professores e técnicos no Planejamento semestral que envolve todos os cursos do CAP/UERN. Tendo em vista os princípios da democracia, da gestão colegiada, humanização, responsabilidade socioambiental e inclusão, o Departamento de Educação respeita a autonomia dos profissionais, dando legitimidade às decisões colegiadas com agilidade após exposição e discussão de suas metas e interesses

formativos como liberações para formação, gestão de programas, formação de quadro docente e toda estrutura organizacional.

No entanto, o princípio da hierarquia também é considerado a fim de favorecer a agilidade do gerenciamento, sem perder de vista a colegialidade das decisões e esse é um grande desafio, visto que a visão crítica da gestão colegiada, baseada em comissões permanentes como NDE, COSE, grupo de estágio, de orientação acadêmica, concede legitimidade às ações derivadas das decisões compartilhadas e corresponsabilidade. Assim a dinâmica organizacional, com a plenária departamental e o Conselho Acadêmico Administrativo (CONSAD) criam uma cultura institucional com composição fundamental para decisões legais no âmbito do curso. Dessa forma desenvolve-se uma política de gestão institucional coletiva, pautada no diálogo, com a participação da comunidade acadêmica, na perspectiva de garantir uma gestão dialógica e democrática.

O trabalho dos docentes e técnico-administrativos potencializa esforços no sentido de fortalecer a cultura organizacional, centrada em ações voltadas à gestão de pessoas que somam esforços para promover uma formação impactante em nível de graduação para os graduandos do curso de Pedagogia. Essa dinâmica de gestão do curso de Pedagogia está hierarquicamente, vinculada à política de administração universitária que se operacionaliza em nível superior e das unidades acadêmicas, conforme o Regimento Geral e o Estatuto da UERN.

Nível Superior

I - Órgãos consultivos e deliberativos:

- a) Conselho Universitário – CONSUNI; e
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CONSEPE.

II - Órgãos executivos:

- a) Reitoria
- b) Pró-Reitorias
- c) Assessorias
- d) Órgãos suplementares, administrativos e comissões permanentes.

III - Assembleia Universitária

- a) O Conselho Universitário é o órgão máximo de função consultiva, deliberativa e normativa em matéria de administração e política universitária.
- b) O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão consultivo, deliberativo e normativo da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão.
- c) A Reitoria é o órgão executivo central da administração superior, sendo exercida pelo reitor e, em seus impedimentos e ausências, pelo vice-reitor.
- d) As Pró-Reitorias são órgãos auxiliares de direção superior que propõem, superintendem e supervisionam as atividades em suas áreas respectivas. São as seguintes: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN) e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).
- e) As assessorias são diretamente subordinadas ao Gabinete do Reitor, com atribuição de assessoramento superior em matéria de planejamento, comunicação social, avaliação institucional, assuntos jurídicos, internacionais, pedagógicos e científicos.
- f) Os órgãos administrativos com atribuição de coordenação de atividades-meio fornecem apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- g) Os órgãos suplementares, com atribuições de natureza técnico-didático-administrativa, são destinados à coordenação de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. As comissões permanentes, com atribuições e constituição específicas, são definidas no Regimento Geral da UERN.
- h) A Assembleia Universitária (não deliberativa) é a reunião da comunidade universitária, constituída pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

Nível das Unidades Universitárias

I - Órgãos deliberativos

- a) Conselho Acadêmico-Administrativo

b) Plenária dos departamentos

II - Órgãos executivos

a) Diretoria das Unidades Universitárias

b) Chefia dos departamentos.

c) O Conselho Acadêmico-Administrativo (CONSAD), é o órgão máximo deliberativo e consultivo de cada unidade em matéria acadêmica e administrativa.

d) O Colegiado é, no âmbito de atuação departamental, o órgão deliberativo em matéria didático-científica e administrativa. No Departamento de Educação fazem parte do Colegiado, com direito a voz e voto: todos os docentes lotados no departamento (efetivos e temporários);

representação estudantil, composta por 1/5 (um quinto) dos docentes, eleita pelos seus pares; e representação de técnicos-administrativos, composta por 1/5 de técnicos lotados no departamentos.

15.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

O Departamento de Educação do CAP/UERN, como instituição educativa, tem o compromisso social e político, de acompanhar e avaliar periodicamente sua proposta formativa, como mecanismo indispensável para refletir, teorizar e intervir com ações transformadoras nas práticas curriculares.

O caráter de inovação proposto no conjunto desta proposta curricular aponta para sua complexidade operacional, principalmente quando tomamos como referência toda uma tradição já vivenciada por nós, de propostas curriculares reduzidas a grandes elencos de Disciplinas operacionalizadas de modo individual e compartimentalizado numa constante prática contributiva para o esfacelamento do saber e as omissões de experiências e aprendizados que poderiam ser socializados e reinventados no coletivo docente.

Estamos diante de uma proposta formativa que exige do professor formador a disposição para enfrentar o novo, para aprender a “ser e fazer uma nova docência” através do coletivo, em meio a seus pares: dialogando, experienciando, teorizando, questionando, acertando, errando, pesquisando. Trata-se de fomentar uma nova

cultura formativa capaz de provocar mudanças lentas, porém significativas em nosso cotidiano de trabalho.

O Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo do CAP/UERN será avaliado e monitorado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) que é uma Comissão Permanente de caráter propositivo, consultivo e executivo vinculado ao Departamento Acadêmico, criado pela Resolução, nº 59/2013-CONSEPE (UERN, 2013). Conforme o Art. 4º desta Resolução, constitui-se entre outras atribuições do NDE:

- I- Formular o Projeto Pedagógico do Curso - PPC, estabelecendo os seus princípios norteadores, definindo seu currículo, suas estratégias metodológicas e o perfil do profissional egresso;
- II - Acompanhar a implantação do PPC do curso e atualizá-lo periodicamente com vistas a garantir sua sintonia com a dinâmica das demandas sociais, com as políticas públicas da área e as diretrizes nacionais, assegurando o perfil desejado para o profissional egresso;
- (...)VII - Orientar os demais docentes na consecução dos Programas Gerais dos Componentes Curriculares – PGCC, de modo a assegurar que este efetivamente expresse o PPC do Curso;
- (...) XII - Adotar estratégias para garantir que o PPC do curso e a formação dos alunos reflitam os valores universais, como a ética, o compromisso com o coletivo e com a natureza, o cooperativismo, a democracia e a preservação da identidade cultural local e nacional (UERN-RN, 2013, p. 04).

A Comissão Permanente do NDE deve ser eleita em plenária do Departamento e, necessariamente seus membros, terão que pertencer ao quadro de professores efetivos da UERN, com o mínimo de três anos de atividade no curso e em regime de tempo integral. A comissão é composta por:

- I) O Chefe do Departamento ou Coordenador do Curso; preferencialmente;
- II) O Orientador Acadêmico do Curso;
- III) O Coordenador de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso;
- IV) No mínimo, dois professores do Curso que não exerçam função administrativa, sendo um para assumir a coordenação do NDE e outro a vice coordenação.

As funções ora apresentadas não se confundem com atividades de ordem burocrática, embora esse aspecto permeie todas as ações propostas. O significado maior para a existência da Comissão em:

- mobilizar todos os integrantes do Departamento de Educação-CAP/UERN para a necessária apreensão e efetivação desta proposta pedagógica;

- propor parceria de trabalho entre o DE-CAP/UERN e os campos de Estágio;
- provocar vínculos de pesquisas entre a prática formativa, o Curso de pós-graduação lato sensu e os Grupos de Pesquisa do DE-CAP/UERN;
- divulgar resultados avaliativos e experienciais da implementação curricular;
- propor o aperfeiçoamento da proposta curricular, à medida que possíveis deficiências forem surgindo.

Os membros do NDE terão carga horária disponível para o cumprimento de suas atribuições de acordo com o estabelecido na Resolução de Distribuição de Carga Horária Docente.

Contudo, tendo como eixo os princípios da constância, da democracia, da pertinência e da diversidade, já definidos acima, e em busca da melhoria contínua, o curso de Educação do Campo do CAP/UERN terá um programa de avaliação continuada para averiguar as condições de funcionamento do curso. Esse programa deverá funcionar de forma integrada, envolvendo representantes de todas as partes que compõem o Curso, ou seja, alunos, professores, tutor, coordenador e funcionários, para se ter a possibilidade de avaliar o andamento de todos os seus pares. Esse processo avaliativo se dará de forma contínua, numa constante discussão entre coordenação, corpo docente e discente, sendo mantido um diálogo permanente entre eles, possibilitando a recondução de processos que porventura não sejam adequados aos objetivos do curso e a aprendizagem dos alunos. As estratégias serão compostas principalmente por reuniões periódicas especialmente organizadas para esse fim.

Convém destacar que esse processo se desenvolverá junto à Comissão Setorial de Avaliação – COSE, cuja função é conduzir o processo interno de avaliação dos Cursos de Graduação, nas Unidades Acadêmicas, sob orientação da Assessoria de Avaliação Institucional - AAI, cuja operacionalização será abordada nas próximas seções.

15.2.1 Política de avaliação interna e externa do curso

As Políticas de Avaliação dos Cursos de Ensino Superior representam uma importante dimensão para a qualidade do ensino e da formação dos futuros profissionais que estarão atuando na sociedade e que precisam que seus cursos estejam cada vez mais atualizados quanto ao conteúdo e organização curriculares propostos, como também alinhados às discussões e necessidades sociais. Pode-se considerar de acordo com Gatti (2000, p. 93) que “Os processos avaliativos são, assim, parte integrante de nosso dia a dia, ajudam-nos a processar mudanças ou a reforçar caminhos e rotinas, a cessar ações, etc.” tornando-se uma importante ferramenta para olhar e refletir com maior precisão sobre os cursos e instituições.

A obrigatoriedade de avaliar os cursos de ensino superior se estabelece no país com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem por objetivo

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, p. 01)

Com a criação do SINAES a Educação Superior passou a ser avaliada a partir do tripé que compõe as universidades que são o ensino, a pesquisa e a extensão, dimensões fundantes para a qualidade formativas dos cursistas. O SINAES em sua proposta avalia as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes através de ferramentas diversas para cada aspecto que se propõe avaliar. As ferramentas avaliativas propostas também buscam produzir dados sobre a importância e relevância social que as instituições e os cursos oferecidos possuem, evidenciando a qualidade da gestão, do corpo docente e da estrutura física e das instalações oferecidas pelos cursos através das instituições.

A partir das avaliações desenvolvidas e dos seus resultados obtidos, é possível ter um panorama da Educação Superior e então construir propostas para melhorar a qualidade das instituições e cursos, como também ampliar a oferta de programas, de investimentos e recursos financeiros, através de políticas públicas, que possam

fortalecer a formação dos estudantes ao ampliar a oferta e a qualidade das instituições de ensino superior.

Através de diversos instrumentos, o SINAES estabelece avaliações externas para as instituições de ensino superior e orienta as dimensões que precisam ser consideradas para que as instituições desenvolvam suas avaliações institucionais internas. Assim, os instrumentos avaliativos estabelecidos pelo SINAES são:

- **Autoavaliação conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA):** órgão colegiado autônomo estabelecido em cada instituição para o desenvolvimento e aplicação da autoavaliação da Educação Superior. O processo de autoavaliação parte de um roteiro geral proposto a nível nacional, mas que possui como premissa as características da instituição na elaboração do instrumento mais adequado para seu desenvolvimento, em que busque construir indicadores sobre os aspectos pedagógicos, do corpo docente, administrativos e da estrutura física da instituição.
- **Avaliação externa:** corresponde a avaliação desenvolvida por um corpo técnico externo à instituição, mas que são também docentes com carreira acadêmica e científica, encaminhados aos cursos das instituições de ensino superior pelo Conselho Nacional de Educação ou Conselho Estadual de Educação.
- **Censo da Educação Superior:** esse instrumento tem caráter informativo, revelando dados censitários sobre os cursos superiores.
- **Cadastro de cursos e instituições:** corresponde às informações cadastradas pelas instituições e cursos e que compõem um banco de dados sobre os seus resultados.

Nas próximas seções serão abordadas as avaliações internas desenvolvidas no Curso de Educação do Campo, destacando a regularidade das avaliações e seus instrumentais.

15.2.2 Avaliação interna do curso

Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Avaliação Interna Institucional se dá através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que de acordo com a Resolução Nº 13/2016-CONSUNI, que aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da UERN, pode-se considerar que o

Art. 2º A Comissão Própria de Avaliação - CPA/UERN - tem por finalidade a coordenação e acompanhamento do processo interno de avaliação da Universidade, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES - e pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte - CEE/RN. (UERN , 2016, p. 01).

A CPA é o órgão na UERN que elabora e articula junto às Comissões Setoriais de Avaliação (COSEs) de cada curso a aplicação de questionários online e o acompanhamento da participação dos discentes, docentes e demais servidores da instituição, como também o processamento de dados obtidos com o processo avaliativo.

A Avaliação Interna Institucional da UERN se caracteriza como Autoavaliação, em que não há a obrigatoriedade da participação dos diversos sujeitos que compõem a universidade, mas que se constrói como um processo de sensibilização desses sujeitos para a compreensão da importância do ato de avaliar, como um caminho para diagnosticar, refletir e identificar os aspectos que estão de acordo com a perspectiva da instituição e do curso, como também reconhecer o que precisa ser melhorado para então buscar alternativas, ações e reformulações a fim de atender as necessidades e os objetivos propostos pelos cursos.

A Comissão Setorial de Avaliação - COSE responsável pela Avaliação Interna no âmbito do Curso de Educação do Campo, tem como competência:

- I. Sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo órgão para os processos de avaliação institucional;
- II. Desenvolver o processo de autoavaliação no órgão, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Própria de Avaliação - CPA/UERN;
- III. Organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades;
- IV. Sistematizar e prestar as informações solicitadas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA/UERN;
- V. Ao fim de cada semestre, a COSE deverá apresentar à CPA/UERN relatório das atividades realizadas, conforme modelo procedente da própria CPA/UERN. (UERN, p. 6, 2016).

É atribuição da COSE do Curso de Educação do Campo construir caminhos de comunicação com o corpo discente, docente, tutores e demais servidores para a divulgação da Avaliação Institucional, buscando sensibilizar os diversos sujeitos envolvidos na Educação Superior, especificamente no Curso de Educação do Campo, para a importância de participar do ato de avaliar as diversas dimensões que compõem o curso e a instituição. Na COSE do Curso de Educação do Campo, esse trabalho de sensibilização é feito através de seminários anuais promovidos pelo NDE, espaço-tempo em que a COSE é apresentada a todo o corpo discente do curso e é discutida a necessidade de realização das avaliações do Ensino Superior. São também promovidos encontros semestrais com os discentes durante o período de Avaliação Institucional, para apresentar suas datas e objetivos. É necessário destacar a representatividade discente na COSE, pois além de um discente fazer parte do grupo de trabalho desse órgão, esse também se revela como um importante elo com os demais discentes do curso.

A COSE em suas reuniões com os membros que a compõe e com a Plenária Departamental do Curso de Educação do Campo, busca traçar caminhos para desenvolver com maior efetividade a Avaliação Interna Institucional, através de estratégias de mobilização do corpo discente e docente, como também promover a discussão e reflexão dos dados obtidos com a consolidação da avaliação de cada semestre.

A Avaliação Interna Institucional, conforme a Resolução Nº 13/2016-CONSUNI se constitui como:

[...] atividade que consiste em um processo de caráter de diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, e cujo objetivo é identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do Sistema Nacional de Avaliação Superior, bem como as singularidades da Universidade. (UERN, 2016, p.x)

Esse processo avaliativo na UERN, se desenvolve semestralmente, iniciando com um período de ampla divulgação das datas e sequencialmente o período de abertura da avaliação online. A Avaliação Interna Institucional se realiza através de

um questionário online, disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, estando disponível para os discentes, docentes e tutores que atuam no curso.

15.3 POLÍTICAS DE PESQUISA

Em decorrência do corpo docente efetivos do Departamento de Educação ser reduzido em apenas sete (07) professores efetivos, e os professores selecionados para atuarem no Curso de Educação do Campo não poderem institucionalizar projeto de pesquisa na instituição, o desenvolvimento de projetos de pesquisas é bem tímido. Porém, mesmo com a falta de investimentos percebe-se um número significativo de projetos de pesquisa, principalmente de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que atualmente dispõe de 5 propostas em desenvolvimento.

Consideramos que a falta de investimento em pesquisa é um problema que trava o crescimento da produção acadêmica, pois não existe apoio financeiro para a organização de equipes e participação em evento, esses obstáculos são vencidos no que é possível pela determinação dos professores, que buscam incentivar os alunos à pesquisa, apesar das dificuldades financeira da instituição.

As pesquisas desenvolvidas pelo Departamento de Educação, em sua maioria, estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa: **FORMAÇÃO, CURRÍCULO E ENSINO (FORMACE)**, grupo institucionalizado na UERN e no Diretório de Grupos do CNPq. Além do projetos de pesquisa ligados ao PIBIC, há também o desenvolvimento de pesquisas no formato de fluxo contínuo institucionalizado na UERN.

15.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão, definida como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e sociedade” (PDI/UERN, 2008:61). A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é órgão responsável por articular, acompanhar, registrar e promover as ações de extensão da UERN. Desde 2015, essa Pró-reitoria realiza o Colóquio de

Extensão para que professores e alunos possam apresentar os produtos dos seus projetos na modalidade de Banner e de apresentações Culturais.

Essa iniciativa tem estimulado os professores a criarem novos estudos e elaboração de projetos, demonstrando o seu compromisso com a missão da UERN e a parceria com a sociedade ao abordar temáticas de interesse social além do crescimento do processo de construção do conhecimento.

O Departamento de Educação do CAP/UERN vem ampliando seu desenvolvimento de projetos de extensão e no corrente ano conta com 04 projetos de extensão em vigência. O interesse do corpo docente que coordena os projetos de extensão é envolver estudantes dos cursos de Educação do Campo e Pedagogia, que são as licenciaturas ofertadas pelo departamento. O compromisso do departamento é estimular a participação dos estudantes dos cursos nos projetos, para que possam vivenciar a extensão, o que contribuirá significativamente para a qualificação dos futuros profissionais da educação.

16 PROGRAMAS FORMATIVOS

A UERN vem mantendo convênios com CAPES e o CNPq que regulamentam alguns Programas Formativos no âmbito das unidades acadêmicas. Nessa parceria, o Departamento de Educação aderiu por meio de projetos aprovados em editais, ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), ao Residência Pedagógica (RESPED) e ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Além dos Programas externos a UERN oferta por meio de edital próprio, o Programa Institucional de Monitoria (PIM). Os professores concorrem com projetos específicos de suas disciplinas, selecionando por aulas e pela média na disciplina aqueles que serão monitores, os primeiros colocados concorrem a bolsas financiadas pela UERN. A seleção ocorre semestralmente.

O Departamento de Educação tem uma ampla experiência com a oferta de programas formativos para os estudantes do Curso de Pedagogia (presencial), mas espera-se conseguir envolver os estudantes do Curso de Educação do Campo (a

distância) nesses programas, incluindo a participação desse público nos editais de seleção para atuação como bolsista e/ou voluntário.

17 RESULTADOS ESPERADOS

A partir dos argumentos apresentados para a construção deste PPC é que se pretende proporcionar, aos alunos do Curso de Educação do Campo da UERN, a possibilidade de participarem de atividades de ensino, pesquisa e extensão na área do Campo. O resultado que se espera é que os estudantes se tornem educadores comprometidos com as necessidades das comunidades campesinas, atuando de forma crítica e reflexiva nos espaços da docência das escolas do campo na Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, bem como na gestão dos espaços escolar e não-escolar que compreenda as demandas do campo.

18 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A política de acompanhamento dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo, modalidade a distância, tem por base o compromisso social da universidade, em especial a sua responsabilidade para com o envio de profissionais qualificados ao mercado de trabalho. De fato, o curso tem contribuído não só para a formação inicial daqueles que nele têm buscado uma consolidação profissional, mas também como veículo de viabilização para o aprofundamento e/ou aperfeiçoamento dos estudos nesse campo de conhecimento.

Assim, a formação é voltada para a inserção desses egressos em contextos de ensino/aprendizagem dos conhecimentos da área das comunidades campesinas, sobretudo na área da docência, focando principalmente na sua atuação como educador do campo. Dessa forma, o referido curso disponibilizará para a sociedade brasileira, sobretudo cidades do interior do Rio Grande do Norte, profissionais para o

trabalho com o ensino/aprendizagem na área do campo, tendo em vista que nessa região as áreas rurais são maiores do que as urbanas.

Para promover um acompanhamento dos egressos, o curso irá dispor de um canal de comunicação virtual, um formulário on-line aberto a todos os egressos, facilitando assim o acesso a informações sobre suas atuações e perspectivas profissionais. Além disso, o curso contará, ainda, de endereços eletrônicos, institucional e grupos interativos, através dos quais mantém contato permanente com esses alunos, desde a inserção dos mesmos na graduação.

Considerando a necessidade de aprimoramento do ensino e formação continuada, o curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância da UERN realizará pesquisas institucionalizadas, como um mecanismo que permite a contínua melhoria do planejamento e da operacionalização do processo de ensino e aprendizagem; o curso também promoverá a trajetória dos egressos, principalmente no que se refere à inserção profissional dos mesmos na comunidade e nas atividades de trabalho em diferentes campos de atuação. O Departamento de Educação (DE), através do Grupo de Pesquisa Formação, Currículo e Ensino (FORMACE), a partir de 2025, promoverá encontros de egressos do curso de Educação do Campo da UERN para investigar seus campos de atuação e atividades que vem desenvolvendo na sociedade.

19 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO/LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

TÍTULO I

DA ESTRUTURA DO CURSO

CAPÍTULO I

DA IDENTIFICAÇÃO E DOS OBJETIVOS DO CURSO

Art. 1º - O Curso de Graduação/Licenciatura Educação do Campo na modalidade a distância da UERN foi criado a partir da Resolução Nº 32/2018 - CONSEPE e teve seu reconhecimento através do Decreto XXXX, com oferta aprovada no Edital 05/2018 da CAPES/UAB.

Art. 2º - O Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância é parte integrante da Faculdade de Educação-FE.

Art. 3º - O Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância visa formar educadores e educadoras que possam atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, na Gestão Escolar das escolas do campo e em espaços não escolares relacionados às áreas rurais.

Parágrafo único: O referido curso objetiva formar o educador que domine conhecimentos que o capacite para situações específicas da educação nas áreas rurais para que dialogue com diferentes visões de mundo, possibilitando condições para que reflita sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a escola em um contexto rural.

Art. 4º - O currículo pleno do curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância dispõe de uma carga-horária de 3.520 horas que devem ser integralizadas no limite mínimo de 04 anos (08 semestres) e limite máximo de 05 anos e meio (11 semestres).

§ 1º - A carga horária total do Curso, 3.520 horas, assim distribuídas: 2.195h de componentes curriculares teóricos, 400h de Prática de Componente Curricular, 405h de estágio obrigatório, 320h de extensão obrigatória, e 200h de atividades complementares do Núcleo Integrador.

§ 2º - O Graduando em Educação do Campo deverá integralizar em sua carga horária total, 200 horas em forma de Atividades Complementares-ATC (acadêmico-científico-culturais), 320 horas de extensão e 180 horas referentes a Disciplinas Optativas.

§ 3º - As 400 horas destinadas a Prática de Componente Curricular estão inseridas na Carga Horárias dos Componentes Curriculares Prática de Pesquisa I (30h), Prática de Pesquisa II (30h), Estágio Supervisionado I (105h), Estágio Supervisionado II (105h) Estágio Supervisionado III (105h) e Trabalho de Conclusão de Curso (25h).

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

Art. 5º - O Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo tem sua chefia composta pelo Chefe e Subchefe, e pelo Coordenador do curso, eleitos pelo colegiado do Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu. O Chefe do departamento e o Coordenador do curso disporão de 20 horas semanais para o exercício desta atividade.

Art. 6º - Compete ao Chefe de Departamento Acadêmico

I - Convocar e presidir as reuniões do Departamento;

II - Administrar e representar o Departamento;

III - Instituir Comissão Eleitoral para organização e execução do pleito na forma do que trata o § 4º do Artigo 14 do Estatuto da UERN;

IV - Submeter, na época devida, à aprovação do Departamento, o plano de atividades a ser desenvolvido a cada período letivo;

V - Propor a distribuição das tarefas de Ensino, Pesquisa e Extensão entre os docentes em exercício, de acordo com os planos de trabalho aprovados;

VI - Zelar pelo patrimônio e pela ordem no âmbito do Departamento, adotando as medidas necessárias e representando ao Diretor de Unidade, quando se imponha a aplicação de sanção disciplinar;

VII - Fiscalizar a frequência dos docentes e do pessoal Técnico-administrativo lotado no Departamento, comunicando em tempo hábil ao Diretor de Unidade;

VIII - Fiscalizar a observância do Regime Escolar, no âmbito do Departamento, o cumprimento do programa das disciplinas e execução dos demais planos de trabalho;

IX - Cumprir, e fazer cumprir, as disposições do Regime da Unidade, deste Regimento e dos Estatutos, assim como as deliberações dos Departamentos e dos órgãos da Administração Escolar e Superior da Universidade;

X - Adotar, em caso de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência do Departamento, como colegiado, submetendo o seu ato à ratificação deste na primeira reunião subsequente;

XI - Apresentar ao Diretor de Unidade, no fim de cada semestre letivo, os relatórios das atividades departamentais, sugerindo as providências cabíveis para maior eficiência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;

XII - Exercer todas as atribuições que se incluíam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência.

Parágrafo único: Ao Subchefe de Departamento, caberá substituir o Chefe nas suas faltas e impedimentos e, quando for o caso, encarregar-se de parte das atribuições do Chefe, por delegação deste.

Art. 7º - Compete ao Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UERN na modalidade a distância:

I - Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;

II - Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;

III - Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;

IV - Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;

V - Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;

VI - Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;

VII - Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos em conjunto com o coordenador UAB;

VIII - Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;

IX - Verificar "in loco" o bom andamento dos cursos;

X - Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;

XI - Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento;

XII - Auxiliar o coordenador UAB na elaboração da planilha financeira do curso.

Art. 8º - O Curso deverá dispor de um Orientador Acadêmico, que realizará trabalho de acompanhamento do discente para integralização da carga horária curricular.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
CAPÍTULO I
DOS EIXOS DA FORMAÇÃO

Art. 9º - O curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância destina-se prioritariamente à formação do profissional da educação do

campo, bem como à capacitação daqueles que pretendem atuar como profissionais da área do campo.

Art. 10º - De acordo com as orientações estabelecidas nas Diretrizes Curriculares para Formação de Professores (BRASIL, 2015), o Curso deve assegurar o perfil do profissional desejado, a partir dos seguintes Núcleos de Estudos:

I – Núcleo de Formação Geral: obrigatório e dirigido ao estudo da atuação profissional e da multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do acesso a literatura especializada, de reflexões e de ações críticas, formado pelos componentes curriculares e atividades de que se estrutura em 4 eixos formativos:

| EIXOS FORMATIVOS | COMPONENTES CURRICULARES/ ATIVIDADES |
|--|--|
| Ser Humano e sua relação com o trabalho e a sociedade | Orientação para Educação a Distância (EAD) Metodologia do Trabalho Científico Psicologia Social História da Educação Brasileira Ética no Trabalho Sociologia da Educação Filosofia da Educação Políticas e Legislação da Educação Básica Cultura Brasileira Antropologia e Educação Pedagogia histórico-crítica Psicologia do Desenvolvimento Psicologia da Aprendizagem |
| Cidadania, Organização Social, Política e a Identidade do Campo | Sociologia do Trabalho e Rural Fundamentos da Educação do Campo Movimentos Sociais e Educação do Campo Currículo da Educação Básica Educação Inclusiva Sociolinguística |
| Educação como instrumento de Mudança Social | Gestão e Planejamento educacional Didática Pedagogia da Alternância Gestão da Escola do Campo História e Geografia do Rio Grande do Norte Educação pela Arte e Expressão Cultural Educação Sócio Ambiental |

| | |
|---------------------------------------|---|
| | Educação para Diversidade |
| Docente Educação Campo | na do Alfabetização e Letramento Ensino de História e Geografia na Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos Concepções e Práticas de Educação Infantil Ensino de Língua Portuguesa Ensino da Matemática Criança: Linguagem oral e escrita Criança: Linguagem e Matemática Estágio Supervisionado I (EJA) Estágio Supervisionado II (Educação Infantil) Estágio Supervisionado III (anos iniciais do Ensino Fundamental Nutrição na Alimentação Escolar Currículo da Escola do Campo Ensino de Ciências Práxis do Docente da Educação do Campo Tecnologia e Mediação pedagógica Literatura e Infância LIBRAS |

II – Núcleo de Aprofundamento e Diversificação dos Estudos - obrigatório e destinado às áreas de aprofundamento profissional, cuja demanda, é estabelecida pelo projeto pedagógico mediante os contextos históricos vivenciados, formado pelos componentes curriculares e atividades de:

- Optativas I
- Optativas II
- Pesquisa e Prática I
- Pesquisa e Prática II
- Laboratório de TCC
- TCC
- Atividades de Extensão

Parágrafo único – poderão ser acrescentadas ao elenco dos componentes curriculares optativos quaisquer outros em qualquer tempo respeitando o princípio da flexibilidade curricular e os procedimentos acadêmicos da instituição.

III – Núcleo de Estudos Integradores - obrigatório e formado por atividades livres de caráter científico-acadêmico-culturais que visam enriquecer o processo formativo do aluno como um todo e deverá ser vivenciado ao longo do curso, tais como, participação em pesquisa, extensão, eventos científicos, publicação de trabalhos dentre outras. Serão computadas para efeito de integralização curricular somente as atividades realizadas pelo aluno após o seu ingresso no curso.

Art 11. Os quadros demonstrativos da matriz curricular referentes ao fluxo, equivalências, componentes curriculares optativos, atividades complementares encontram-se nos anexos deste Regulamento.

TÍTULO III

DOS COMPONENTES CURRICULARES

CAPÍTULO I

DA PESQUISA E PRÁTICAS

Art 12. São atividades orientadas ao favorecimento de espaços para o ato de pesquisar e para a aprendizagem prática do campo em formação, a partir do segundo ano do Curso, tendo como objetivo proporcionar elementos concretos para a reflexão sobre o fenômeno educacional na sua complexidade.

Art 13. As aprendizagens relativas à docência e à gestão dos processos educativos ocorrerão no contato com uma rede de profissionais e instituições que atuam em distintos espaços de educação escolar e não escolar do campo.

Art 14. O aluno é concebido como colaborador aprendiz junto a outros profissionais habilitados nas seguintes funções:

- Docência na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, considerando as modalidades de EJA, educação do campo, educação especial e educação quilombola;
- Atuação em gestão do sistema de ensino em espaços não-escolar.

Art 15. As atividades são desenvolvidas por pequenos grupos de estudantes, mediante fóruns on-line gerando aprendizagens de convívio próximo para o trabalho, numa atitude de corresponsabilidade junto ao profissional (atuante no campo de trabalho) o qual coordenará todo o acompanhamento das práticas; mediação e

resolução de conflitos; habilidades necessárias para desenvolver relações interpessoais com diferentes grupos.

Parágrafo único – é o sistema de rodízio o meio para eleger o professor responsável pela coordenação da Prática Pedagógica Programada em cada semestre de oferta.

Art 16. Cada componente Pesquisa e Prática terá uma carga horária total de 60 horas-aula, sendo 30 horas destinadas para o aluno realizar o **acompanhamento** de profissionais no campo de trabalho (local ou em sua cidade de origem) e 30 horas-aula reservadas à orientação, socialização e discussão das práticas na sala de aula.

Parágrafo único – o aluno deve desenvolver a parte destinada ao acompanhamento de profissionais nas escolas ou instituições do campo, município da cidade em que está residindo.

Art 17. O aluno deve receber até a primeira quinzena do semestre letivo um Plano de Acompanhamento Pedagógico constando todas as orientações para o desenvolvimento de sua prática do professor responsável pela coordenação da atividade.

Art 18. A operacionalização das 15 (quinze) horas pode ocorrer em 4 (quatro) dias letivos no horário regulamentar do curso de forma intercalada ao longo do semestre ou durante os sábados letivos estabelecidos no calendário universitário, sendo distribuídas da seguinte forma:

- 03 (três) horas para a orientação do Plano de Acompanhamento Pedagógico pelo professor coordenador;
- 12 (doze) horas para a socialização e discussão dos resultados com a participação de todos os professores integrantes do respectivo período.

Art 19. As áreas de atuação do Educador do Campo que devem servir de referência para o desenvolvimento das práticas pedagógicas programadas em espaços escolares e não escolares são as seguintes:

- Educação Infantil;
- Anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Gestão dos Processos Educativos.

Parágrafo único – é recomendável que o aluno vivencie (sem a obrigatoriedade de uma ordem preestabelecida) três possibilidades distintas de atuação do pedagogo.

Art 20. A avaliação dessa atividade curricular pode se constituir em diferentes instrumentos, cabendo ao conjunto de professores eleger o mais adequado de modo a formalizá-lo por meio de uma única nota ao final do semestre letivo.

Art 21. A carga horária destinada ao coordenador e a cada professor responsável pelo componente é de 02 (duas) horas semanais.

TÍTULO IV **AS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS-ATC**

CAPÍTULO I **DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Art. 22 - O aluno deverá integralizar as 200 (duzentas) horas de Atividades acadêmico-científico-culturais através da atuação em projetos de pesquisa e extensão, bem como pela participação em atividades de caráter acadêmico, técnico, científico e cultural no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN e de outros espaços institucionais.

Art. 23 - O aluno poderá integralizar parte da carga horária destinada às atividades complementares através do cumprimento de carga horária adquiridas na participação em cursos ou minicursos que considere importante para sua formação profissional e pessoal, podendo cursá-los no âmbito da UERN ou em outra IES, devidamente credenciada junto ao MEC.

Parágrafo único: Os cursos ou minicursos a que se refere esse artigo deverão ser atividades relacionadas à área da música e não se configuram como componente curricular da matriz do curso.

Art. 24 - Para que as atividades de pesquisa e extensão e a participação em eventos de caráter acadêmico-científico sejam computadas como carga horária, deverão ser desenvolvidas em programas devidamente institucionalizados que permitam emitir documento comprobatório, constando o número de horas-atividades do aluno, bem como a discriminação das atividades desenvolvidas.

Art. 25 - Serão consideradas para integralização curricular, apenas aquelas atividades científicas e culturais onde o aluno participe ativamente na sua organização ou execução, devidamente comprovadas;

Art. 26 - Dos mecanismos de acompanhamento:

§ 1º O registro e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo aluno ao longo do curso serão feitos pela Orientação Acadêmica do Curso, mediante o formulário disponível na Plataforma Íntegra da UERN.

§ 2º O aluno deve, ao término de cada semestre inserir os quantitativos de horas semestral em sua página na Plataforma Integra e entregar os certificados na Secretaria do Curso para que o Orientador Acadêmico realize a validação das horas no sistema on-line de acordo com os critérios estabelecidos pelo Projeto Pedagógico do Curso.

§ 3º O aluno tem direito de acesso ao seu cadastro escolar junto à Orientação Acadêmica do Curso, a fim de acompanhar suas atividades de modo a cumprir, dentro do prazo previsto para a conclusão do curso.

Art. 27 - O acompanhamento das atividades complementares desenvolvidas pelo aluno terá como orientação a tabela de pontos em anexo a este documento.

TÍTULO V

DA PROPOSTA DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 28 - O Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório, é entendido como uma atividade teórico-prática, onde o fundamental é aprender novas maneiras de enfrentar problemas constituindo-se assim, num processo de investigação na ação, desenvolvida de forma articulada com as demais ações do currículo.

Art. 29 - O Estágio Supervisionado tem como objetivo principal contribuir para a formação de um profissional reflexivo, no sentido de pensar e agir diante dos problemas educacionais apresentados nos campos de atuação, sejam estes espaços escolares ou não.

Art. 30 - O Estágio Supervisionado no Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo, envolve os seguintes componentes curriculares:

I - Estágio Supervisionado I no 5º período - Desenvolvido na Educação de Jovens e Adultos em comunidades campestres, envolve o estudo sobre a alfabetização de adultos, gestão das escolas do campo e dos conteúdos que fazem parte dos adultos, afim melhor articular as práticas pedagógicas da EJA em escolas do campo.

II - Estágio Supervisionado II no 6º período - Desenvolvido na Educação Infantil das escolas do campo, envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a elaboração de proposição de soluções para as situações de ensinar, aprender e elaborar, executar e avaliar projetos de ensino, não apenas na sala de aula, mas também na escola, como instância formadora, e na sua relação com a comunidade.

III - Estágio Supervisionado III no 7º período - Consiste no desenvolvimento e na execução de projetos, a partir de situações e de experiências práticas, visando a aprimorar a formação e a atuação profissional do futuro Educador do Campo em salas de aula do Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano, considerando as demais modalidades de ensino. A inclusão das modalidades de ensino (Educação Quilombola, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação inclusiva, etc), nesse contexto, tem o propósito de flexibilizar e contemplar necessidades formativas profissionais e pessoais dos formandos em Educação do campo.

CAPÍTULO II

DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 31 - A carga horária total do Estágio Supervisionado será de 405 (quatrocentos e vinte) horas, distribuída semestralmente da seguinte forma: O Estágio Supervisionado I, desenvolvido no 5º período, com carga horária de 135 (cento e cinco) horas; O Estágio Supervisionado II, desenvolvido no 6º período, com carga horária de 135 (cento e cinco) horas; O Estágio Supervisionado III, desenvolvido no 7º período, com carga horária de 135 (cento e cinco) horas.

Parágrafo único: Para cada Estágio Supervisionado será destinado, dessas 135 horas, 30 horas para atividades teóricas e 105 horas para Prática Pedagógica Curricular que corresponde às atividades práticas referentes a observação, planejamento e intervenção no campo de estágio.

Art.32 - Preferencialmente, o Estágio Supervisionado será realizado em escolas públicas de Ensino Fundamental do campo, e/ou em instituições educativas que atende a comunidade campestres que dispõem de educadores do campo que atende alunos da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

§ 1º Em caso de não haver lócus para todos os alunos matriculados no componente curricular estágio na cidade sede da unidade, este poderá ser realizado em outro município.

§ 2º O Estágio Supervisionado somente poderá ocorrer em instituições que tenham condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário, sendo vedada a realização de atividades que não estejam relacionadas com a área da Educação do campo.

Art. 33 - A frequência do aluno no desenvolvimento das atividades no campo de estágio deve corresponder a 100% da carga horária destinada para esse fim (Resolução 06/2015-CONSEPE).

CAPÍTULO III DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 34 - As atividades relativas aos Estágios Supervisionados estão assim distribuídas:

I - O Estágio Supervisionado I, desenvolvido no 5º período, com carga horária de 135 horas na Educação de Jovens e Adultos;

II - O Estágio Supervisionado II, desenvolvido no 6º período, com carga horária de 135 horas, na Educação Infantil;

III - O Estágio Supervisionado III, desenvolvido no 7º período, com carga horária de 135 horas, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 35 - As atividades de orientação em sala de aula destinam-se à:

I - Discussão dos princípios básicos do Estágio Supervisionado no que diz respeito à importância do mesmo para a formação profissional;

II - Oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a prática docente em diferentes contextos de ensino/aprendizagem da Educação do Campo;

III - Orientação do aluno quanto ao processo de planejamento, execução e avaliação do Estágio Supervisionado, conforme o Programa Geral do Componente Curricular-PGCC, aprovado pelo Departamento de Educação - DE;

IV - Fornecimento dos instrumentos a serem utilizados no estágio, como: fichas, formulários, questionários, legislação e material bibliográfico.

Art. 36 - As atividades de observação no campo de estágio destinam-se ao conhecimento da realidade do campo de estágio por meio de instrumentos investigativos que possibilitem a articulação entre ensino e pesquisa.

Art. 37 - As atividades de intervenção destinam-se a intencionalidade de colaboração e co-atuação do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no campo de estágio, junto ao supervisor de campo, de acordo com as suas etapas e cronograma definido junto ao supervisor de estágio.

Art. 38 - As atividades do exercício profissional destinam-se as ações pedagógicas a serem desenvolvidas no campo de estágio na perspectiva de atuação na Educação de Jovens e Adultos, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO IV

INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS AVALIATIVOS PARCIAIS E FINAIS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 39 - Os instrumentos de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado são: o projeto Pedagógico para Docência, avaliação da prática docente pelo Supervisor Acadêmico e pelo Supervisor de Campo do Estágio, e trabalho final escrito que relate a experiência vivenciada no estágio. Essas etapas devem estar explicitadas no Programa de Componente Curricular e aprovado em plenária departamental.

§ 1º O trabalho final do Estágio Curricular Supervisionado correspondente à etapa de sistematização escrita do conhecimento produzido a partir do contato com a prática social, na qual o aluno vivencia, investiga e interpreta a realidade, formula e executa propostas de atuação em situações contextualizadas, mediante a (re)elaboração dos elementos teórico-práticos obtidos no decorrer do curso do componente curricular estágio supervisionado.

§ 2º O trabalho final do Estágio Curricular Supervisionado deve apresentar uma reflexão teórico-metodológica sobre as atividades vivenciadas no componente curricular, podendo assumir diferentes composições: relatórios, portfólios, artigos, resumo expandido, dentre outros que sejam compatíveis com as exigências de um trabalho acadêmico-científico.

§ 3º O trabalho final de Estágio Curricular Supervisionado deve apresentar articulações com os trabalhos parciais.

§ 4º Serão utilizados também como instrumentos de avaliação os planos e projetos de trabalhos elaborados, bem como a própria ação pedagógica do estagiário no campo de estágio.

Art. 40 - São critérios para avaliação do aluno estagiário:

I - Cumprimento das etapas previstas no regulamento de estágio contidas nesse PPC;

II - Comprovação de cumprimento da carga horária prevista para esse componente curricular;

III - Participação e contribuição nos projetos educativos da escola, principalmente referente às ações desenvolvidas em sala de aula;

IV - Domínio do conteúdo e habilidade de planejar, executar, avaliar e refletir sobre sua ação docente, observados a partir da elaboração dos planos e projetos propostos;

V - Apresentação dos relatórios avaliativos parciais e final;

VI - Atribuição de conceitos e/ou notas conforme desempenho do estagiário nas atividades propostas.

CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 41 - O coordenador de estágio deverá ser um professor do quadro efetivo do Departamento de Educação - DE, escolhido em plenária departamental, ao qual será atribuída a carga horária de 04 (quatro) horas semanais.

Art. 42 - Compete a Coordenação do Estágio Supervisionado do Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo:

I - Cadastrar e avaliar periodicamente o campo de estágio, observando os seguintes requisitos:

a) Infraestrutura e recursos (humanos e materiais) necessários ao pleno desenvolvimento do Estágio;

b) Profissional qualificado para o acompanhamento do Estágio.

II - Promover a articulação entre os Supervisores Acadêmicos de Estágio Supervisionado;

III - Disponibilizar aos Supervisores Acadêmicos de Estágio e aos alunos estagiários as normas e dispositivos legais que regulamentam o Estágio;

IV - Planejar e viabilizar a realização do Estágio Supervisionado;

V - Definir, junto aos Supervisores Acadêmicos de Estágio, o campo de estágio do aluno estagiário;

VI - Disponibilizar fichas e demais documentos aos alunos estagiários;

VII - Providenciar, junto a Direção da Faculdade de Educação-FE, os recursos materiais necessários à realização do Estágio;

VIII - Articular-se com a administração das instituições concedentes do campo de estágio para solução de eventuais problemas;

IX - Apresentar ao Departamento de Educação-DE um relatório semestral de suas atividades.

CAPÍTULO VI

DA SUPERVISÃO ACADÊMICA E DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 43 - O Estágio Supervisionado é acompanhado por um professor do Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo, a quem compete esclarecer aos alunos sobre o significado e os objetivos do estágio, orientando sua proposta de execução.

§ 1º O Professor Supervisor Acadêmico deve fazer parte do quadro efetivo do Departamento de Educação-DE;

§ 2º O Professor Supervisor Acadêmico de Estágio deve, preferencialmente, ser o mesmo no acompanhamento do grupo de alunos para o desenvolvimento do estágio junto às instituições de ensino citadas no Art. 35, exceto por motivos de natureza justificável;

§ 3º A Supervisão Acadêmica de Estágio Supervisionado poderá ser exercida por um professor provisório, desde que acordado e aprovado em plenária departamental e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE.

Art. 44 - É atribuição do Professor Supervisor Acadêmico de Estágio:

I - Orientar os alunos quanto à elaboração do plano ou projeto de Docência a ser desenvolvido durante as fases do estágio;

II - Orientar os alunos quanto à escolha da instituição em que o estágio deve ser realizado;

III - Fornecer ao estagiário todas as informações sobre o estágio, suas normas e documentação, inclusive a caracterização do campo de estágio;

IV - Realizar supervisões sistemáticas para acompanhar e avaliar o desempenho e o envolvimento do estagiário na dinâmica da prática profissional;

V - Solicitar do estagiário a documentação referente ao registro das atividades desenvolvidas;

VI - Manter a Coordenação de Estágio Supervisionado informada sobre o desenvolvimento do estágio;

VII - Efetuar os registros das atividades teórico-práticas desenvolvidas em sala de aula no diário da turma, conforme sua execução, inclusive presenças, faltas e notas dos alunos;

VIII - Avaliar o desempenho dos estagiários sob sua responsabilidade conforme as normas vigentes na universidade, atribuindo-lhe os respectivos conceitos e notas;

IX - Oferecer subsídios teóricos-metodológicos e didático-pedagógicos para a prática da docência.

Art. 45 - O número de estagiários para cada Supervisor Acadêmico de Estágio é de, no máximo, 12 (doze) alunos.

Art. 46 - O Supervisor de Campo do Estágio Supervisionado é um profissional da área objeto de formação, lotado na instituição de realização do Estágio, responsável, naquele local, pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento dessa atividade (Resolução 06/2015-CONSEPE).

Art. 47 - Compete ao Supervisor de Campo do Estágio Supervisionado:

I - Acolher o aluno estagiário e o Supervisor Acadêmico de Estágio nas dependências da instituição campo de estágio;

II - Acompanhar de forma sistemática as atividades desenvolvidas pelo aluno estagiário;

III - Preencher as fichas de avaliação do aluno estagiário;

IV - Comunicar ao Supervisor Acadêmico de Estágio quaisquer problemas relacionados ao desenvolvimento das atividades do aluno estagiário.

CAPÍTULO VII DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 48 - O Estágio Supervisionado será realizado em instituições em Escolas das comunidades rurais. Em ambos os casos, os estabelecimentos podem ser públicos ou em instituições que funcionem atividades de ensino direcionadas a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

§ Parágrafo Único - O Estágio Curricular Supervisionado somente poderá ocorrer em instituições que tenham condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário, sendo vedada a realização de atividades que não estejam relacionadas com a área de formação do aluno.

CAPÍTULO VIII DO ALUNO ESTAGIÁRIO

Art. 49 - É dever do aluno estagiário:

I - Matricular-se nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo, obedecidos os pré-requisitos;

II - Frequentar e participar ativamente da fase de orientação e realizar as atividades e tarefas das demais fases do estágio;

III - comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente escolar;

IV - Conduzir-se com urbanidade e probidade em todas as fases do estágio;

V - Executar as atividades e tarefas de cada fase do estágio, mediante observação e cumprimento de normas e procedimentos metodológicos adotados pelo Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo;

VI - Manter o supervisor de estágio informado do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhe com brevidade qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não esteja prevista no plano;

VII - proceder avaliação sistemática e contínua de suas atividades com a finalidade de aperfeiçoá-las, sempre que necessário;

VIII - elaborar os trabalhos solicitados pelo professor e apresentá-los no prazo estabelecido;

Art. 50 - É direito do aluno estagiário:

I - Receber do Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo formulários, fichas e demais documentos utilizados no estágio;

II - Ser encaminhado oficialmente pelo Curso de Educação do Campo à instituição campo de estágio;

III - receber assistência e orientação de um supervisor de estágio;

IV - Requerer à Supervisão de Estágio, em casos especiais devidamente justificado e comprovado, o adiamento ou antecipação do estágio;

V - Recorrer à Coordenação de Estágio contra decisões do supervisor mediante justificativa comprovada;

VI - Ser informado previamente sobre os critérios de avaliação do Estágio Supervisionado e dos prazos a serem cumpridos;

Parágrafo único: é vedado ao estagiário realizar o estágio sob supervisão de outro estagiário ou executar o estágio supervisionado em sala de aula de outro estagiário do Curso de Graduação/Licenciatura em Educação do Campo.

TÍTULO VI

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

CAPÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO

Art 51. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma atividade obrigatória para a conclusão do curso de Educação do Campo e pertence ao Núcleo de Formação Geral.

Art 52. O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo habilitar o aluno a utilizar metodologia científica adequada à elaboração de um trabalho de científico que contribua para o seu desenvolvimento profissional. Inicia-se no sétimo período do Curso, com o componente curricular Laboratório de Trabalho de Conclusão de Curso, que tem carga-horária de 45 h/a; tendo continuidade no oitavo período, no componente curricular TCC, que tem carga-horária de 120 horas, distribuídas em 95 horas de atividades teóricas e 25 de atividades práticas.

Art 53. O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular na formação acadêmica e profissional dos alunos e consiste no desenvolvimento de um trabalho monográfico de pesquisa, individual, estruturado e desenvolvido sobre um tema resultante de processo investigativo.

CAPÍTULO II DA ORIENTAÇÃO

Art 54. O Trabalho de Conclusão de Curso denominado de TCC é orientado por professores vinculados ao Departamento de Educação.

Parágrafo único – poderão ser convidados professores de outros Departamentos Acadêmicos da UERN e de outras instituições públicas de ensino superior para serem co-orientadores mediante apreciação do *curriculum vitae* pelo orientador.

Art 55. Cabe à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso publicar a relação dos professores que orientarão os alunos no início de cada semestre letivo em que o componente for ofertado.

Parágrafo único – os professores designados são denominados de orientadores.

Art 56. Cada professor orientador deve ter entre 02 (dois) ou 03 (três) alunos, podendo chegar ao máximo de 04 (quatro), sendo atribuída a carga horária de 02 (duas) horas por orientando.

Art 57. A carga horária do componente será distribuída entre orientação em grupo, orientação individual e estudos independentes.

§ 1º As horas de orientação são destinadas para discussão de leituras, metodologias, acompanhamento e avaliação sistemática do processo de elaboração do TCC, considerando as características individuais do aluno e as especificidades do trabalho.

§ 2º As horas para os estudos independentes são destinadas ao trabalho de levantamento bibliográfico, leituras, coleta e análise de dados e redação do trabalho.

Art 58. Em caso de descumprimento das responsabilidades do orientador ou do orientando, em casos extremos, poderá haver solicitação de mudança entre ambos após exposição de motivos julgada pela Coordenação do TCC.

CAPÍTULO III DA APRESENTAÇÃO

Art 59. Os TCCs são elaborados e apresentados pelos alunos individualmente.

Art 60. Deve ser redigido em Língua Portuguesa e apresentado conforme as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art 61. A apresentação do trabalho será por meio de defesa pública.

Parágrafo Único. Em caso de ausência de algum membro da banca, este deve apresentar justificativa e enviar parecer avaliativo que contemple a análise do trabalho. O orientador, fica impedido de se ausentar da Banca, caso aconteça imprevistos, a data da banca será alterada, dentro do prazo estabelecido pela coordenação. A banca não pode ser realizada sem a participação de no mínimo dois membros.

CAPÍTULO IV DA ENTREGA

Art 62. O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser entregue, mediante protocolo, em três vias espirais, até 30 (trinta) dias antes do previsto para o encerramento do semestre letivo.

Parágrafo único - deve ser entregue a versão preliminar do TCC ao professor orientador para possíveis correções antes do trabalho ser enviado à Banca Examinadora e somente com a anuência deste poderá ser encaminhado para avaliação.

Art 63. Os alunos, cujos trabalhos obtiveram nota igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero), deverão encaminhar a cópia definitiva com encadernação capa dura, trinta dias

após a publicação do resultado, apresentando as devidas correções indicadas pela avaliação.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO

Art 64. Após a entrega dos trabalhos, serão designados 03 (três) professores, sendo um deles o orientador, para compor a banca examinadora.

Art 65. Os professores examinadores receberão os trabalhos e terão 20 (vinte) dias corridos para sua avaliação, devendo atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Art 66. A nota do TCC será obtida pela média aritmética simples das notas atribuídas individualmente pelos professores examinadores.

Art 67. A nota considerada mínima para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso é 7,0 (sete vírgula zero), devendo:

I- o aluno cumprir um mínimo de 75% de frequência nas horas de orientação;

II- O aluno reprovado terá que refazer, em período posterior, seu Trabalho de Conclusão de Curso, nos termos deste regulamento. Assim, procederá com nova matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, podendo escolher novo tema e novo orientador.

Parágrafo único - não haverá revisão da nota do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art 68. Na avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, são considerados:

I- pertinência, qualidade e atualidade do tema apresentado;

II- linguagem científica adequada à norma culta da Língua Portuguesa;

III- aspectos formais do trabalho.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art 69. A coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso é exercida por um professor do Departamento de Educação escolhido por seus pares em plenária departamental por um período de dois semestres letivos.

Art 70. São atribuições da Coordenação do TCC:

I- zelar pelo cumprimento destas normas, divulgando-as para os alunos inscritos no componente;

- II- elaborar e divulgar a lista dos alunos com seus respectivos orientadores na primeira semana de início do semestre letivo;
- III- divulgar, semestralmente, a lista dos professores com suas respectivas linhas de pesquisa e disponibilidade de orientação;
- IV- oficializar e divulgar as composições das Bancas Examinadoras dos trabalhos monográficos;
- VI- receber e distribuir os TCCs com os membros da Banca Examinadora observando o cumprimento dos prazos estabelecidos nestas normas;
- VII- receber, distribuir e entregar à secretaria da unidade toda a documentação relativa ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, inclusive a via oficial do TCC;
- VIII- encaminhar ao Colegiado do Departamento as dificuldades ou impasses eventualmente surgidos no desenvolvimento das atividades e prazos previstos;
- IX- decidir sobre a substituição do professor orientador e pedido de prorrogação de prazo ou, se necessário, remetê-los ao Colegiado.

Parágrafo único - ao professor coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso é atribuída carga horária de 10 (dez) horas semanais.

TÍTULO VII DA MIGRAÇÃO CURRICULAR

Art 71. A migração curricular é o ato que vincula o aluno ao cumprimento de um currículo que não é o seu de ingresso podendo ocorrer por motivo de desnivelamento do fluxo curricular e, conseqüentemente, decurso do prazo máximo de tempo no curso ou por vontade própria.

Art 72. A migração curricular ocorre por meio do requerimento do aluno à orientação acadêmica que após análise e deferimento solicita assinatura do termo de compromisso.

Parágrafo único – cabe ao orientador acadêmico elaborar e acompanhar o plano de estudo do desenvolvimento do fluxo curricular do aluno que solicitou a migração.

TÍTULO VIII DOS ESTUDOS INTEGRADORES

Art 73. As atividades que compõem os estudos integradores são complementares à formação profissional e devem ser vivenciadas ao longo do curso totalizando um mínimo de 100 (cem) horas.

Parágrafo único – cabe ao aluno responsabilizar-se pelo cumprimento das horas no sentido de buscar de modo autônomo e independente a participação em atividades livres obedecendo as normas deste regulamento.

Art 74. Os alunos devem participar de, no mínimo, 03 (três) tipos de atividades diferentes para que possa diversificar sua possibilidade de aprendizagem em espaços distintos.

Art 75. Os tipos de atividades, os critérios de pontuação e os requisitos documentais de comprovação encontram-se no anexo 03 (três) deste regulamento.

TÍTULO IV

DAS UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 76 – As Unidades Curriculares de Extensão (UCEs) são ofertadas, obrigatoriamente, a partir de sua vinculação com Programas e/ou Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão da UERN, respeitados os trâmites ordinários previstos na legislação vigente.

Art. 77 - No curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a Distância da UERN, as UCEs poderão ser desenvolvidas através de Programas e/ou Projetos institucionalizados, bem como através dos cursos permanentes ofertados pelo Departamento de Educação, ao qual o referido curso está vinculado.

Art. 78 - No curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância, o aluno deverá cumprir 345 horas de UCEs, previstas para o 2º (110 horas), o 3º (110 horas) e o 4º (100 horas) períodos.

Art. 79 - Os alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a Distância podem matricular-se em UCEs de outros cursos, de acordo com as vagas oferecidas. Em contrapartida, o curso de Licenciatura em Educação do Campo poderá receber alunos de outros cursos, contribuindo para nossas ações extensionistas.

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 80. O presente regulamento entra em vigor na data de publicação da Resolução de sua aprovação e seus efeitos de aplicação obrigatórios para os estudantes ingressantes a partir do segundo semestre letivo de 2019.

Art 81. Os casos omissos deste regulamento serão resolvidos pela plenária do Departamento de Educação, cabendo recurso às instâncias imediatamente superiores.

Parágrafo único: Informações complementares encontram-se nos anexos que dão embasamento legal ao presente regulamento.

Patu- RN, 27 de março de 2019.

20 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação no Magistério da Educação Infantil, Ano Iniciais do Ensino Fundamental, EJA, gestão nos espaços escolares e não escolares do campo na modalidade a distância utilizará materiais disponibilizados pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, visando especificamente permitir ao aluno desenvolver as atividades educativas com autonomia.

Os conteúdos das disciplinas serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, espaço em que se realizarão atividades de avaliação da aprendizagem através de fóruns, atividades individuais e trabalhos em grupo.

Para o curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância será utilizada a plataforma Moodle. O pacote de software Moodle, também chamado de plataforma e de ambiente de aprendizagem, pode ser utilizado para a criação de cursos na Internet. Trata-se de um software livre, isto é, licenciado pela GNU (General Public Licence), considerado atualmente como um dos mais bem-sucedidos ambientes de aprendizagem, é utilizado por várias universidades brasileiras e pela UERN. Uma vez que é oferecido gratuitamente, o Moodle pode ser copiado, utilizado e alterado por seus usuários, de acordo com as normas da Licença Moodle de seu fornecedor e desde que se mantenham protegidos os direitos autorais.

Cada disciplina contará ainda com pelo menos duas webs conferências interativas. O sistema de web conferência é disponibilizado pela Universidade Aberta do Brasil e permite a realização de seminários, aulas, conferências e reuniões com a participação dos palestrantes e dos ouvintes. Os alunos terão ainda o apoio de “chats”,

tanto presenciais quanto individuais, em que o professor e os tutores a distância fornecem suporte ao ensino-aprendizagem. Os tutores presenciais também se envolverão nesse projeto pedagógico, acompanhando as disciplinas ofertadas no semestre. Finalmente, o professor de cada disciplina poderá ir ao polo para participar de três encontros presenciais.

20.1 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático será selecionado pelos professores das disciplinas, considerando que esse material deva ser de domínio público, podendo inclusive utilizar a produção científica disponível no Sistema Universidade Aberta do Brasil (Plataforma EDUCAPES). O conteúdo básico da disciplina será apresentado em texto impresso e disponibilizado no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

Na Biblioteca do Campus Avançado de Patu, é possível os alunos consultarem o acervo e terem acesso as referências básicas definidas nas disciplinas do curso, considerando inclusive a aquisição de novos títulos que tratam especificamente da educação do campo e das questões relacionadas a realidade rural brasileira.

20.2 WEB CONFERÊNCIAS

A web conferência é utilizada com alguns objetivos pedagógicos principais. A organização de aulas magnas ou palestras, em que o professor fala em tempo real para um número ilimitado de alunos, que preparam perguntas e questões com antecedência e enviam pelo próprio sistema de web conferência, propiciando a realização de aulas interativas, sendo priorizado o debate, a discussão e a reflexão sobre os conteúdos da disciplina, com participação de estudantes em um ou mais pontos. O sistema ainda permite a disponibilização de arquivos em formatos variados, como Word, PDF, vídeos e áudio. As aulas, palestras e conferências ministradas no sistema de Web conferência podem ser gravadas e permanecem disponíveis para os/as alunos/as. Por meio da Web conferência efetiva-se o diálogo imediato, com interação de áudio e vídeo em tempo real, entre professores e alunos, característica

da tele presença.

20.3 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Na atualidade, os ambientes de ensino e aprendizagem virtuais oferecem várias possibilidades de interação, potencializando o ensino e a aprendizagem a distância e expandindo os limites do material impresso, proporcionando uma leitura hipertextual e multimidiática dos conteúdos curriculares que podem ter como ponto de partida um pequeno texto que se vale de animações, links diretos, vídeos, simulações, bibliotecas e laboratórios virtuais.

O AVA viabiliza a comunicação assíncrona entre professores ou colegas, permitindo e comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento em fóruns, enviar certa produção ao professor, compartilhar trabalhos desenvolvidos com os demais colegas, acessar ementas e programas de disciplinas, bibliografias de referência, artigos on-line e outras informações importantes para um bom desempenho no curso. Mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo também estão presentes no ambiente, através, por exemplo, de fóruns especializados por área de conhecimento.

Os AVAs proporcionam as seguintes funcionalidades:

- a) Ferramentas de criação de conteúdo on-line – em que os designers e professores colocam textos, animações, áudios, vídeos, simulações, avaliação de aprendizagem etc.;
- b) Ferramentas de avaliação de aprendizagem – as atividades podem ter resposta automática (questões de múltipla escolha, certo/errado etc.) e resposta descritiva, em que os professores e/ou tutores comentam os trabalhos dos alunos. Em qualquer caso, as atividades devem ficar registradas na plataforma;
- c) Portal de informação por curso;
- d) Link com o portal da UERN;
- e) Ferramenta de registro acadêmico;
- f) Ferramentas de colaboração: chats, listas de discussão, fóruns, etc. A interação com os demais colegas do curso, com os tutores e professores será facilitada por

essas ferramentas;

g) Ferramentas de apoio: lista de contatos, “Fale com o professor”, “Fale com a monitoria”, “Fale com a tutoria”, webmail, entre outros. Por meio dessas ferramentas o aluno terá diversas possibilidades de resolver suas dúvidas;

h) Ferramentas de pesquisa: bibliotecas, eventos, busca no ambiente de aprendizagem e na internet. As ferramentas de pesquisa expandem e conferem autonomia e independência ao aluno na busca de fontes alternativas de informação;

i) Ferramentas de secretaria: conceitos, agenda, cronograma, informações. Este grupo de ferramentas foi criado para que o aluno possa organizar sua agenda, receber os feedbacks ou ainda para tirar suas dúvidas sobre seu desempenho no curso.

Para esse curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a distância a plataforma MOODLE funcionará também como Ambiente Virtual de Aprendizagem do aluno, conforme indicação da UAB.

20.4 ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

O curso proposto será oferecido na modalidade a distância. As atividades presenciais serão desenvolvidas em polos regionais. Isso ocorrerá na sala de aula, na sala de web conferência e/ou no laboratório, dependendo da natureza da disciplina e da atividade em questão. Os alunos se concentrarão no polo e participarão das atividades diretamente com os professores e/ou tutores das respectivas disciplinas. Esses momentos englobarão parte da carga horária, estabelecida na proposta pedagógica do curso e ocorrerão quinzenalmente.

As atividades serão pré-determinadas pela coordenação do curso. Além dessas atividades, serão realizadas nos polos pelo menos três avaliações por disciplina. As atividades à distância representam a maior parte da carga horária do curso e se constituirão de tarefas definidas pelos docentes através de contatos via Ambiente Virtual de Aprendizagem e outros recursos tecnológicos com acompanhamento realizado pelos professores e pela equipe de tutores. Os professores das disciplinas oferecerão aos estudantes acompanhamento didático-pedagógico em horários pré-determinados via Ambiente Virtual de Aprendizagem e/ou

via web conferência.

20.5 NÚCLEO DE AVALIAÇÃO

De acordo com as diretrizes da UAB, os cursos a distância deverão ser acompanhados por um projeto de pesquisa de avaliação. Nesse projeto, a avaliação do curso será desenvolvida por um Núcleo de Avaliação, ligado tanto à coordenação do curso quanto à coordenação pedagógica, o qual deverá contar com quatro professores pesquisadores ligados ao DEAD e ao Departamento de Educação – DE e dois tutores, que acompanharão as atividades. A equipe irá avaliar todo o desenrolar do curso, levando em conta fatores indicadores como evasão escolar, desempenho dos alunos, entre outros. A equipe terá como objetivo, avaliar:

- a) o material produzido, tanto impresso quanto on-line;
- b) o ambiente virtual de ensino e aprendizagem;
- c) as web conferências;
- d) as relações entre os diferentes agentes do processo;
- e) os efeitos do curso no polo (índice de evasão).

20.6 IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

Neste curso, caracterizado como a distância, os conteúdos das disciplinas serão trabalhados a distância com o auxílio dos seguintes meios de comunicação: Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, web conferência, correio eletrônico, fax e correio postal. A carga Horária presencial do curso, em torno de 30% do total, será cumprida de acordo com as disponibilidades dos professores e tutores, nas seguintes atividades:

- a) encontros obrigatórios entre os alunos e tutores nos polos regionais;
- b) avaliações: cada disciplina terá, obrigatoriamente, três avaliações. No caso das disciplinas com 60 horas, 2 (duas) avaliações serão presenciais e 1 (uma) será através do trabalho de créditos. As disciplinas de 30 horas, terá 1 (uma) avaliação presencial e outra à distância. As atividades avaliativas serão elaboradas pelo professor e

aplicadas pelo tutor presencial, nos polos regionais;

c) web conferências;

d) chats obrigatórios

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.A.S. *et alii*. Diretrizes curriculares do curso de Pedagogia: disputas de projetos no campo da formação do profissional da Educação. In. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, pp. 819-842, out. 2006.

<Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>>.

ANASTASIOU, L. G. C. **Propostas curriculares em questão: saberes docentes e trajetórias de formação**. Recife: Anais do XIII ENDIPE, CD-ROM, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura**. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CNE/CP, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Proposta de diretrizes curriculares para o curso de pedagogia**. Brasília, DF: MEC/SESU/CECP, 1999. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/diretriz.htm>>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL.MEC. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Cadernos de subsídios. SECAD 2. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

INEP/MEC. BRASÍLIA – DF, 2007.

BRASIL. Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002. Brasília-DF: MEC/SECAD/CNE.

BRAZ, Anadja M. Gomes. **Teorias implícitas dos estudantes de Pedagogia sobre a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Natal: Tese de doutorado, 2006.

BRAZ, Anadja M. Gomes. **O processo formativo do Curso de Pedagogia na UERN: representações dos egressos de 2006.1**. Mossoró: texto digitalizado, 2007.

CALAZANS, Julieta (Org.). **Iniciação científica: construindo o pensamento crítico**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CALAZANS, M. J. C. Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural: Traços de uma Trajetória. *In*: DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, J. (Coord.) **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CARVALHO, Maria Cleide R. Dantas de; SANTOS, Mirza Medeiros dos. Projeto político-pedagógico do curso de Farmácia: os caminhos da mudança. *In*: CABRAL NETO, Antônio. **Flexibilização curricular: cenários e desafios**. Natal: EDUFRN, 2004. p. 71-94.

CHARLOT, Bernard. **L'école et le territoire: nouveaux espaces, nouveaux enjeux**. Paris: A. Colin, 1994.

CHARLOT, Bernard. **Les sciences de l'éducation: Un enjeu, um défi**. Paris: ESF Éditeur, 1995.

CORREIA, José Alberto. **Para uma teoria crítica em educação: contributos para uma recientificação do campo educativo**. Porto: Editora Porto, 1998.

CORREIA, José Alberto. **Linhas gerais para uma reflexão em torno da problemática das relações entre educação e desenvolvimento local**. Porto: 1998 (Mimeo).

COSTA, Maria Antonia Teixeira. **O Curso de Pedagogia: representações de alunos e alunas do semestre letivo de 2003.1**. Mossoró: texto digitalizado, 2007.

DE FRANCO, Augusto. **A Revolução do Local: Globalização, glocalização, localização**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ESTEVÃO, Carlos Alberto. Gestão educacional e formação. *In*: MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (orgs.). **Política e gestão da educação: dois olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 83-106.

FAZENDA, Ivani C, Arantes (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXIN**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2001.

GARCIA, T. C. M.. **Formação de professores: os ossos desse ofício**. In SILVA, Camilo Rosa (Org.). **Ensino de português: demandas teóricas e práticas**. João Pessoa: Idéia, 2007.

GRACIANI, Stella. **Comunidade educativa e ações transformadoras**. Mesa redonda coordenada por Ricardo Costa Galvanezi. Congresso Educação e transformação social 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio. Censo Demográfico, 2001-2006**.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE. **Perfil de seu município**: <http://www.rn.gov.br/secretarias/idema.2012>.

KUENZER, Acácia Zeneida; RODRIGUES, Marli de Fátima. **As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia**: uma expressão da epistemologia da prática. In: SILVA, Aida Maria Monteiro et al (Orgs). **ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: Novas Subjetividades, Currículo, Docência e Questões Pedagógicas na Perspectiva da Inclusão Social**, Recife: ENDIPE, 2006. p.185-212.

LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e gestão da escola**: Teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Diretrizes Curriculares da Pedagogia – um adeus à Pedagogia e aos Pedagogos?** . In: SILVA, Aida Maria Monteiro et al (Orgs). **ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: Novas Subjetividades, Currículo, Docência e Questões Pedagógicas na Perspectiva da Inclusão Social**, Recife: ENDIPE, 2006. p.213-242.

LUCARELLI, Elisa. Enseñar y aprender em la universidad: la articulación teoría-práctica como eje de la innovación el aula universitaria. In. CANDAU, Vera Maria. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MABILEAU, Albert. **A la recherche du local**. Paris: L'Harmattan, 1993.

MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Orgs). **Universidade**: Políticas, Avaliação e Trabalho Docente. São Paulo: Cortez, 2004.

MATOS, K. S. L.; VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo**: democracia e patrimonialismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2000.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. Formação de professores sob a perspectiva da teoria crítica e das políticas educacionais. In: **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, ano 8, n.11, jan.-jun, 2005, p.195-210.

MELO, Márcia Maria de Oliveira. **Pedagogia e Curso de Pedagogia**: riscos e possibilidades epistemológicas face ao debate e às novas Diretrizes Curriculares Nacionais sobre esse curso. In: SILVA, Aida Maria Monteiro et al (Orgs). **ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: Novas Subjetividades, Currículo, Docência e Questões Pedagógicas na Perspectiva da Inclusão Social**, Recife: ENDIPE, 2006. p.243-276.

MONEREO, Carles; POZO, Juan I. **A Prática de Assessoramento Educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NASCIMENTO, Débora M.; OLIVEIRA, J. Aldacéia; ANDRADE, M. Edgleuma. **A reestruturação do projeto político-pedagógico do curso de pedagogia do CAMEAM/UERN no contexto das novas diretrizes curriculares para este curso**.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In. OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. *et alii* (Orgs.). **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. pp. 13-36.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre, Artmed, 2002.

- RIBEIRO, Mayra R. Fernandes. **Formação de Professores no curso de Pedagogia da UERN: tecendo caminhos.** Mossoró: texto digitalizado, 2007.
- ROCHA, Vanja M. L. Correia. **O Curso de Pedagogia: representações de alunos e alunas do semestre letivo de 2003.1.** Pau dos Ferros: texto digitalizado, 2007.
- ROCHA, Vanja M. L. Correia. **A leitura dos planos de ensino de História e Geografia: a (in)definição dessas áreas no I e II ciclos do Ensino Fundamental.** Pau dos Ferros: texto digitalizado, 2006.
- RODRIGO, Maria José. Do cenário sociocultural ao construtivismo episódico: uma viagem ao conhecimento escolar mediante as teorias implícitas. In: RODRIGO, Maria José; ARNAY, José (Org.). **Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança.** São Paulo: Ática, 1998.
- RODRIGUES, Ângela; ESTEVES, Manuela. **A análise de necessidades na formação de professores.** Porto: Porto Editora, 1993, p.21.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v.37, n.130, jan/abr. 2007.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. A produção do conhecimento na universidade: ensino, pesquisa e extensão. In: **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, UESP, ano 7, n.10, p. 15-41, jul.-dez, 2004.
- SGUISSARDI, Valdemar. A Universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: SEVERINO, Antônio Joaquim. A produção do conhecimento na universidade: ensino, pesquisa e extensão. In: **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, UESP, ano 7, n.10, p. 15-41, jul.-dez, 2004.
- SILVA, Antonia Sueli. **A mediação pedagógica e práticas docentes: um estudo das representações sociais na formação do pedagogo.** Patu: texto digitalizado, 2007.
- SOUZA, M. A. de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST.** Petrópolis: Vozes, 2006.
- TERRIEN, J. A Natureza Reflexiva da Prática Docente: Elementos da Identidade Profissional e do Saber da Experiência Docente. **Educação em Debate** (UFC), UFC, Fortaleza, v. 19, n.33, p. 5-13, 1997.
- TERRIEN, J.; TERRIEN, A. T. S. . Cultura docente e gestão pedagógica: a racionalidade prática dos saberes do saber-fazer. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n.150-151, p. 42-51, 2000.
- TERRIEN, J. ; LOIOLA, Francisco Antônio ; MAMEDE, Maíra Araújo . Gestão moral da matéria e autonomia no trabalho docente. In: ROMANOWSKI, J.P; MARTINS,

P.L.O.; JUNQUEIRA, S.R.A.. (Org.). **Conhecimento local e conhecimento universal**: a aula, aulas nas ciências naturais e exatas, aulas nas letras e artes. Curitiba: Champagnat, 2004, v. 3, p. 43-56.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 013/2000-CONSEPE. Normas de Capacitação Docente da UERN.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE. **Resolução n.º 5/2010 que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN**. Mossoró-RN: CONSEPE, 2010.

UERN. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE. **Resolução N.º 27/2014** - Estabelece normas para a Atividade Curricular em Comunidade-ACC como componente curricular optativo na forma de disciplina dos currículos dos cursos de graduação da UERN, e altera a Resolução nº 27/2004-CONSEPE que cria a Atividade Curricular em Comunidade-ACC. Mossoró-RN: CONSEPE, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, L. **Estudos sobre a História do Comportamento**, Porto Alegre: Artmed, 1997.

ZABALZA, H. A. **Planificação e desenvolvimento curricular na escola**. Lisboa: ASA, 1998.

ZEICHNER, K. M. Formando professores reflexivos para a educação centrada no aluno: possibilidades e contradições. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003.

ANEXO 1 - PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO NDE

01/09/2022 15:55

SEI/SEARH - 16174592 - Portaria



PORTARIA-SEI Nº 373, DE 30 DE AGOSTO DE 2022.

Constitui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Educação do Campo do Campus Avançado de Patu (CAP).

O Vice-Diretor do Campus Avançado de Patu, no uso de suas atribuições Legais, Regimentais e Estatutárias;

CONSIDERANDO a Resolução nº 59/2013-CONSEPE;

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 97/2022/UERN - PATU - DE/UERN - PATU/UERN - REITORIA;

CONSIDERANDO a impossibilidade de cumprir o caput do art. 6 da Resolução 59/2013-CONSEPE, quanto ao tempo mínimo de três anos de atividade no curso;

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar para compor o NDE do Curso de Educação do Campo do CAP os seguintes docentes:

- I – **Soraya Nunes dos Santos Pereira**, na função de Chefe do Departamento;
- II – **Andréia Araújo da Nóbrega**, na função de Orientadora Acadêmica do Curso;
- III – **Kamila Costa de Sousa**, na função de Coordenadora de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso;
- IV – **Joseane Abílio de Sousa Ferreira**, na função de **Coordenadora do NDE**;
- V – **Samuel Penteadado Urban**, com mandato de três anos.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Patu, 30 de agosto de 2022.

Prof. Me. Benedito Manoel do Nascimento Costa.
Vice-Diretor do Campus Avançado de Patu - CAP/UERN.
Portaria nº 1088/2022-GP/FUERN.



Documento assinado eletronicamente por **Benedito Manoel do Nascimento Costa, Vice-Diretor(a) da Unidade**, em 30/08/2022, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16174592** e o código CRC **7F23CD8C**.

ANEXO 2 - ATA DE REUNIÃO DO DEPARTAMENTO <Após parecer final da DCG>

ANEXO 3 - ATA DE REUNIÃO DO CONSAD <Após parecer final da DCG>

ANEXO 4 - MINUTA DE RESOLUÇÃO DO CONSEPE <Ver modelo disponibilizado pela PROEG, no endereço: <http://proeg.uern.br/default.asp?item=proeg-formularios>>